

7º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL Nº 05/2011 – CONTEÚDO E GABARITO DA PROVA DE SELEÇÃO

O Presidente da Comissão Examinadora do 7º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador CARLOS EDUARDO DONEGÁ MORANDINI, **TORNA PÚBLICO** o conteúdo e o gabarito das Provas de Seleção (versões 01, 02, 03 e 04) do referido certame, realizadas em 20/02 e 27/02/2011:

CRITÉRIO REMOÇÃO (PROVA REALIZADA AOS 20/02/2011)

VERSÃO 01

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Registros Públicos

01. Em se cuidando de cheque, cujo talonário foi furtado e depois preenchido e utilizado fraudulentamente para compra de mercadorias, o apontamento no Tabelionato de Protesto é:

- (A) permitido, exigindo o Tabelião, porém, que o apresentante faça caução para garantia de eventual prejuízo.
- (B) permitido, obrigando o devedor a requerer sustação judicial do protesto.
- (C) proibido, não necessitando de qualquer prova de que o cheque restou apresentado ao banco, bastando apenas que o devedor, no prazo de 3 dias, assim afirme no Tabelionato.
- (D) proibido, desde que o cheque tenha sido devolvido pelo estabelecimento bancário com anotação do motivo (sustação do cheque pelo correntista em razão de alegada ocorrência de furto) e não tenha circulado por endosso.

02. É comum, principalmente nos grandes centros urbanos, a nomeação de empresas de assessoria para receberem intimações de protesto em nome do devedor. Para que isto seja válido perante os Tabelionatos de Protesto são necessários, além da relação dos representados das empresas de assessoria, instrumentos

- (A) de mandato com poderes especiais, mas com prazo de validade de um ano, ao menos, salvo ocorrência de revogação.
- (B) de mandato com poderes gerais, não necessitando de poderes especiais para receber intimações.
- (C) de mandato com poderes especiais para que a mandatária possa receber as intimações em nome do mandante, com exclusividade, com prazo de validade de 30 dias e possibilidade de prorrogação por igual período.
- (D) de mandato com poderes especiais para receber intimações, mas sem exclusividade e sem fixação de prazo de validade.

03. O título, cujo protesto foi sustado judicialmente, mas sem qualquer decisão definitiva e no curso do processo, pode ser retirado pelo apresentante

- (A) independentemente de qualquer autorização judicial, eis que é o único interessado no protesto e pode dele desistir, arcando, evidentemente, com as consequências do ato.
- (B) somente com autorização judicial.
- (C) independentemente de autorização judicial, desde que exibida concordância do devedor.
- (D) somente mediante prova de pagamento do título pelo devedor.

04. O art. 31 da Lei n.o 9.492, de 10.09.97, (Lei do Protesto de Títulos) estabelece que as certidões de protestos não cancelados podem ser fornecidas “a quaisquer interessados”. Em relação às entidades representativas da indústria e do comércio e àquelas vinculadas à proteção do crédito, porém, permite o art. 29 da mesma lei que a elas sejam encaminhadas informações diárias que

- (A) não podem ser divulgadas, ainda que parcialmente, mesmo porque se cuidam de informações sigilosas.
- (B) podem ser divulgadas, inclusive pela imprensa, não havendo qualquer distinção em relação ao fornecimento de certidões.
- (C) podem ser divulgadas apenas com a indicação dos títulos protestados e dos respectivos devedores, mas sem especificação do valor do título ou do documento da dívida.
- (D) podem ser divulgadas apenas em relação aos devedores citados por edital, cujos nomes já foram indicados na imprensa local.

05. Para aceitação do apontamento de títulos emitidos fora do Brasil, em moeda estrangeira, são exigidas

- (A) tradução juramentada, registro em Unidade de Títulos e Documentos e indicação do valor da obrigação em moeda nacional.
- (B) tradução juramentada e indicação pelo apresentante do valor da conversão para a moeda local.
- (C) provas de aprovação do crédito por órgão público federal competente e da realidade do negócio.
- (D) tradução feita pelo próprio apresentante e declaração de que a dívida não lhe foi paga, não sendo exigível qualquer conversão para a moeda corrente nacional.

06. Está dispensada de averbação no Registro de Imóveis

- (A) a cessão de crédito garantido por direito real, quando representado por Cédula de Crédito Imobiliário – CCI emitida sob a forma escritural.
- (B) a cessão dos direitos de credor fiduciário, garantidos por direito real, realizada por meio de endosso lançado na Cédula de Crédito Imobiliário – CCI emitida sob a forma cartular.
- (C) a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI integral, sendo o crédito imobiliário garantido por direito real.
- (D) a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI fracionária, sendo o crédito imobiliário garantido por direito real.

- 07.** Sobre a retificação administrativa de registro imobiliário, assinale a alternativa correta.
- (A) Ela deve ser iniciada e requerida sempre pelo titular de domínio do imóvel objeto do registro retificando.
 - (B) A retificação deve ser negada pelo Oficial de Registro de Imóveis sempre que houver aumento de medidas perimetrais ou da área superficial do terreno.
 - (C) A retificação deve ser negada pelo Oficial de Registro de Imóveis sempre que não for possível verificar que o registro corresponde ao imóvel descrito na planta e no memorial descritivo.
 - (D) O protocolo do requerimento de retificação formulado com fundamento no art. 213, inciso II, da Lei n.º 6.015/73, impede a qualificação e o registro de qualquer outro título contraditório, até que o Oficial de Registro de Imóveis decida sobre a possibilidade da averbação retificadora.
- 08.** A certidão de matrícula expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, no Estado de São Paulo
- (A) deve ser fornecida no prazo máximo de 2 dias úteis.
 - (B) pode ser solicitada somente pelos interessados constantes do registro.
 - (C) pode ser, a critério do Oficial, confeccionada com utilização de papel de segurança fornecido por empresa especializada.
 - (D) dá ensejo à cobrança reduzida dos emolumentos devidos quando objetivo unidade habitacional integrante de programa habitacional de interesse social, localizado em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, ou de outra forma definido pelo Município como de interesse social.
- 09.** O tombamento provisório de bens imóveis
- (A) deve ser registrado, em seu inteiro teor, no Livro n.º 3 – Registro Auxiliar.
 - (B) somente pode ingressar no fôlio real quando da sua conversão em tombamento definitivo.
 - (C) pode ser averbado à margem da transcrição ou na matrícula do imóvel tombado mediante apresentação de certidão do correspondente ato administrativo ou legislativo ou de mandado judicial, conforme o caso, e desde que atendidos os requisitos previstos no Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo acerca do assunto.
 - (D) pode ser averbado à margem da transcrição ou na matrícula do imóvel tombado mediante simples comunicação via ofício expedido pelo órgão competente federal, estadual ou municipal, do serviço de proteção ao patrimônio histórico e artístico, contendo menção ao número do cadastro municipal do imóvel.
- 10.** O art. 31-B da Lei n.º 4.591/64, acrescentado pela Lei n.º 10.931/2004, dispõe: “*Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.*” Essa averbação continuará produzindo efeitos até a
- (A) averbação da construção e o registro da instituição e especificação de condomínio quando, então, automaticamente, o Oficial de Registro de Imóveis deverá averbar o cancelamento do patrimônio de afetação.
 - (B) expedição do “habite-se” ou “auto de conclusão” do prédio construído.
 - (C) conclusão da obra por parte do construtor ou incorporador e a averbação da construção do prédio mediante a apresentação do “habite-se” ou “auto de conclusão”.
 - (D) averbação da construção, registro dos títulos de domínio ou de direito de aquisição em nome dos respectivos adquirentes e, quando for o caso, extinção das obrigações do incorporador perante a instituição financiadora do empreendimento.
- 11.** Quanto à formalização dos atos previstos na Lei n.º 11.441/07,
- I. com o advento da EC 66/10 ficou inviabilizada a possibilidade de restabelecimento de sociedades conjugais por escrituras públicas de casais já separados;
 - II. não se admite escritura de inventário negativo;
 - III. se a companheira for a única herdeira, não será possível lavrar-se o inventário extrajudicial.
- (A) Apenas o item III está correto.
 - (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - (D) Todos os itens estão corretos.
- 12.** Sobre os inventários e partilhas extrajudiciais, é correto afirmar que
- (A) a existência de credor do espólio impedirá a realização do inventário e partilha ou adjudicação por escritura pública.
 - (B) é obrigatória a nomeação de interessado na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio, com poderes de inventariante, no cumprimento de obrigações ativas ou passivas pendentes.
 - (C) é inadmissível a sobrepartilha por escritura pública referente a inventário e partilha judicial já findos.
 - (D) é inadmissível reconhecer a meação do(a) companheiro(a) sobrevivente, ainda que exista unanimidade entre os herdeiros reconhecendo a união estável.
- 13.** Sobre os prazos de validade de procuração utilizada em escritura, de acordo com previsão nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em divórcios, outorgada por um dos divorciandos, seu prazo de validade é de
- (A) 90 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.
 - (B) 180 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.
 - (C) 1 ano, contado da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.
 - (D) 60 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.
- 14.** No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, são praticados os seguintes atos:
- (A) registro de associações religiosas e autenticações de livros de sociedades empresárias.
 - (B) registro de fundações de direito público e privado e autenticações de livros de sociedades simples.
 - (C) registro de associações religiosas e matrícula de oficinas impressoras.

- (D) registro de autônomos que explorem atividade econômica e de associações públicas.
15. Ao examinar o estatuto de uma associação, o oficial registrador civil de pessoa jurídica deverá emitir nota devolutiva quando o estatuto
- (A) estabelecer categorias de associados com vantagens especiais.
 - (B) omitir a forma de aprovação das contas.
 - (C) estabelecer o *quorum* qualificado de três quartos dos associados para realizar qualquer alteração estatutária.
 - (D) omitir forma de destinação do patrimônio quando dissolvida a associação.
16. No Registro de Títulos e Documentos, há livros obrigatórios destinados ao seu expediente. Sobre eles, é correto afirmar que
- (A) é permitida a substituição do livro protocolo por sistema de fichas.
 - (B) é facultada a dispensa do livro de inscrição por extratos, desde que a serventia se utilize do livro de traslado integral.
 - (C) é possível a dispensa do uso do livro de traslado integral na hipótese de utilizar-se pasta classificadora de cópias reprográficas dos documentos.
 - (D) há possibilidade de dispensa do livro de inscrição por extratos, desde que a serventia se utilize de serviços de microfilmagem.
17. A respeito do registro de títulos e documentos de origem estrangeira, assinale a alternativa correta.
- (A) O Livro B não permite o registro de documentos escritos em língua estrangeira.
 - (B) Podem ser registrados na sua língua original, no livro "A".
 - (C) Devem ser traduzidos para português para o registro no Livro C.
 - (D) O Livro D permite o registro, desde que adotados os caracteres latinos.
18. Assinale a alternativa que possua apenas requisitos do assento de nascimento, segundo as normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.
- (A) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; ordem de filiação em caso de existirem irmãos que não sejam gêmeos, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.
 - (B) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, o estado civil e a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.
 - (C) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.
 - (D) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, Unidade de Serviço de casamento dos pais; a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.
19. Quanto à emancipação voluntária, é correto afirmar que deverá ser lavrada perante um Tabelião de Notas,
- (A) e averbada perante o Oficial do Registro Civil da comarca do domicílio do emancipado para inscrição no Livro E.
 - (B) ou feita mediante instrumento particular, registrada perante o Oficial do Registro Civil da sede da comarca do domicílio do emancipado para registro no Livro E e anotada no Livro de nascimento do emancipado.
 - (C) e averbada no Livro A.
 - (D) registrada perante o Oficial do Registro Civil da sede da comarca do domicílio do emancipado para registro no Livro E e anotada no Livro de nascimento do emancipado.
20. Para fins de Registro Civil e Notas, podem ser considerados *documento de identidade*:
- (A) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, e R.G., apenas.
 - (B) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, R.G., Passaporte, Carteira de Trabalho (CTPS) e carteira de exercício profissional emitida pelos órgãos criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75.
 - (C) R.G., passaporte e Carteira de Trabalho (CTPS).
 - (D) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, R.G., passaporte e carteira de exercício profissional emitida pelos órgãos criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75.
21. A propósito dos emolumentos, custas e despesas das unidades do serviço notarial e de registro, o delegado poderá formular consulta por escrito ao Juiz Corregedor Permanente para dirimir dúvida?
- (A) Sim, de caráter genérico, sobre cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.
 - (B) Não, a Corregedoria Permanente não é órgão consultivo.
 - (C) Não, a Corregedoria Permanente só aprecia consulta para dirimir dúvida formulada pelo usuário do serviço.
 - (D) Sim, em casos de caráter específico, sobre a cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.
22. Segundo a Lei n.º 8.935/94, são respectivamente, um direito e um dever do notário ou oficial registrador:
- (A) facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas e percepção integral dos emolumentos.

(B) exercer opção em caso de desmembramento de sua serventia e proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada.

(C) organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar e dar recibo dos emolumentos percebidos quando solicitado.

(D) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão e encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva.

23. Quanto à conversão da união estável em casamento é correto afirmar-se que deve ser lavrada

(A) no Livro C.

(B) no livro B-Auxiliar.

(C) no Livro B.

(D) no Livro D.

24. As unidades do serviço notarial e de registro possuirão os seguintes classificadores obrigatórios:

(A) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida pessoal dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(B) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e Associação dos Magistrados Brasileiros; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(C) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recebimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(D) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

25. De acordo com a Lei Paulista n.º 11.331/2002, o notário ou o registrador deverá recolher a contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, componente dos emolumentos até o primeiro dia útil subsequente ao

(A) da prática do ato.

(B) da semana de referência do ato praticado.

(C) da quinzena de referência do ato praticado.

(D) do mês de referência do ato praticado.

Direito Civil

26. Assinale a alternativa correta a respeito das fundações.

(A) Para criar uma fundação, o seu instituidor deverá lavrar escritura pública, vedado o testamento.

(B) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada por unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação.

(C) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

(D) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado, mesmo se funcionarem no Distrito Federal ou em território.

27. Aquele que, trabalhando em matéria-prima em parte alheia, obtiver espécie nova, desta será proprietário, se não se puder restituir à forma anterior. A regra legal representa qual instituto?

(A) Especificação.

(B) Confusão.

(C) Comissão.

(D) Adjunção.

28. Dá-se a novação quando

(A) ocorre o pagamento parcial da dívida, em termos de compensação.

- (B) o credor consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- (C) o credor for evicto da coisa recebida em pagamento.
- (D) o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

29. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O casamento de franceses, no Brasil, poderá ser realizado no Consulado da França.
- (B) Alemão residente no Brasil poderá casar-se com noiva brasileira perante a Autoridade Consular Alemã estabelecida no Brasil, regendo-se o casamento pelas leis brasileiras.
- (C) Casal de brasileiros, residindo no exterior, poderá casar-se perante a Autoridade Consular brasileira.
- (D) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre começo e o fim da personalidade, nome, capacidade e os direitos de família.

30. Assinale a alternativa correta.

- (A) Cinco anos após o trânsito em julgado da sentença de sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.
- (B) A presunção de morte decorrente da ausência autoriza a viúva do ausente a casar-se novamente.
- (C) O Código Civil não admite outras modalidades de presunção de morte além da ausência.
- (D) Somente até o momento da abertura da sucessão definitiva o ausente poderá recuperar seus bens.

31. Assinale a alternativa que não contém bem imóvel para efeitos legais.

- (A) Os materiais oriundos da demolição de um prédio e que serão destinados à venda.
- (B) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (C) As energias que tenham valor econômico.
- (D) O direito à sucessão aberta.

32. A respeito dos bens públicos, é correto afirmar:

- (A) os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- (B) o hospital municipal, o prédio da escola pública e o Fórum são bens de uso comum do povo.
- (C) é admissível a usucapião constitucional em bens públicos.
- (D) o uso comum dos bens públicos será sempre gratuito.

33. As utilidades que se retiram da coisa e lhe diminuem a quantidade, pois não se reproduzem periodicamente, são:

- (A) frutos civis (rendimentos).
- (B) frutos percipiendos.
- (C) pertenças.
- (D) produtos.

34. A declaração de vontade, cujos efeitos são pré-determinados pela lei e independem da intenção do agente, é denominada

- (A) negócio jurídico de disposição.
- (B) ato jurídico.
- (C) negócio jurídico unilateral.
- (D) contrato.

35. A respeito do mandato "em causa própria", assinale a alternativa incorreta.

- (A) Extingue-se com a morte do mandante.
- (B) Dispensa o mandatário de prestar contas.
- (C) É ineficaz a manifestação de vontade do mandante de revogação.
- (D) Permite que o mandatário transfira para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato.

36. A consequência da estipulação de condição fisicamente impossível em negócio jurídico é:

- (A) considera-se inexistente a condição, se for suspensiva.
- (B) nulidade do negócio, se a condição for resolutiva.
- (C) nulidade do negócio, se a condição for suspensiva.
- (D) considera-se inexistente a condição, seja suspensiva ou resolutiva.

37. Analise as seguintes proposições.

- I. O donatário de imóvel com condição resolutiva, na pendência da condição, pode ingressar com ação possessória contra esbulhador do bem.
- II. O encargo ilícito ou impossível considera-se não escrito, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que torna nulo o negócio.
- III. Na doação modal em benefício da coletividade, o Ministério Público pode exigir a execução do encargo, conquanto já falecido o doador sem ter exigido o cumprimento.
- IV. O doador, na doação com encargo, não pode revogar a liberalidade em razão do descumprimento do encargo, apenas pode demandar sua execução.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas são verdadeiras.
- (B) Apenas a IV é falsa.
- (C) Apenas a I e a IV são falsas.
- (D) Apenas a II é verdadeira.

38. Analise as proposições.

- I. É nulo o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.
- II. É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- III. É nulo o casamento por incompetência da autoridade celebrante.
- IV. É nulo o casamento de jovem com 17 anos completos, realizado sem autorização dos seus pais.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I, II e IV são corretas.
- (B) Todas são corretas.
- (C) Todas são falsas.
- (D) Apenas a II é verdadeira.

39. Assinale a alternativa incorreta a respeito do regime de comunhão parcial.

- (A) Entram na comunhão os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do matrimônio.
- (B) Exclui-se da comunhão a herança recebida pelo cônjuge na constância do casamento.
- (C) Entra na comunhão a doação recebida pelo cônjuge na constância do matrimônio.
- (D) Entra na comunhão o prêmio de loteria que o cônjuge ganhou.

40. Assinale a alternativa incorreta a respeito do reconhecimento de filhos.

- (A) O reconhecimento de filho por testamento deve constar de disposição específica, não sendo válido reconhecimento manifestado incidentalmente.
- (B) O reconhecimento poderá ser feito por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.
- (C) O reconhecimento de filho maior depende de seu consentimento.
- (D) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.

41. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É ineficaz o pacto antenupcial se não se seguir o casamento.
- (B) A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime obrigatório de separação de bens.
- (C) O pacto antenupcial poderá ser feito por escritura pública ou instrumento particular autêntico, registrado no Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
- (D) O pacto antenupcial, para produzir efeitos perante terceiros, deverá ser registrado no Registro de Imóveis do domicílio dos nubentes.

42. Assinale a alternativa correta a respeito do condomínio edilício.

- (A) A instituição é ato solene, somente pode ser realizada por escritura pública.
- (B) É possível determinar na escritura de constituição do condomínio que o terraço de cobertura não seja parte comum do prédio.
- (C) A Convenção que constitui o condomínio deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, metade das frações ideais.
- (D) Num edifício de apartamentos é vedada a alienação de garagem de um condômino a outro.

43. Assinale a alternativa incorreta a respeito da aquisição da propriedade imóvel.

- (A) O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.
- (B) A aquisição *causa mortis* não depende de registro do título.
- (C) A presunção que decorre do registro do título translativo não é absoluta, podendo ser objeto de anulação.
- (D) Não é possível cancelar o registro em prejuízo do terceiro adquirente de boa-fé.

44. Sobre hipoteca é incorreto afirmar que

- (A) não podem ser objeto de hipoteca o domínio direto, o domínio útil e o direito real de uso.
- (B) pode convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
- (C) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- (D) a hipoteca pode ser constituída para garantia de dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido.

45. Assinale a alternativa incorreta quanto ao tema da extinção das obrigações.

- (A) O fiador não pode compensar seu débito com o débito que o credor tem para com o afiançado.
- (B) A dívida oriunda de comodato não admite compensação.
- (C) Se o credor for evicto na coisa recebida em dação em pagamento, restabelece-se a obrigação original, ficando sem efeito a quitação.
- (D) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

Direito Processual Civil

46. Sobre a resposta do réu, é correto afirmar:

- (A) antes de discutir o mérito, o réu poderá discutir pagamento, transação, compensação e fatos que levem à extinção da obrigação.
- (B) o prazo para contestar é de 15 dias, ainda que vários réus com advogados distintos.
- (C) a reconvenção é incabível na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.

(D) antes de discutir o mérito, o réu poderá discutir pressupostos processuais, tais como inexistência de citação e incompetência absoluta.

47. Sobre recursos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O recurso adesivo será admitido na apelação, mas não será conhecido se o recurso principal for declarado deserto.
- (B) O recurso adesivo será admitido na apelação, mas não será conhecido se houver desistência ou improvemento do recurso principal.
- (C) No Juizado Especial Cível, como regra, o recurso terá somente o efeito devolutivo. A atribuição de efeito suspensivo será excepcional, se provada situação de dano irreparável.
- (D) No Juizado Especial Cível, os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de 05 dias, contados da ciência da decisão. Quando interpostos contra sentença, suspendem o prazo para recurso.

48. Sobre a execução, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Após a avaliação e antes mesmo das hastas públicas, o credor poderá requerer a adjudicação dos bens em seu favor. Se o valor da dívida for inferior ao da avaliação, caberá ao credor completar a diferença.
- (B) Quando a avaliação do bem revelar que ele é muito superior à dívida, ouvidas as partes, o juiz mandará reduzir a penhora a bens disponíveis e que satisfaçam a execução.
- (C) As hastas públicas serão realizadas por leiloeiro público, que não poderá ser indicado pelo credor, pois se trata de função de confiança do Juízo, a quem competirá inclusive a fixação da comissão.
- (D) Quando o exequente aceita a estimativa feita pelo executado sobre o valor do bem penhorado, desnecessária a avaliação judicial.

49. No processo cautelar, é correto dizer que

- (A) o sequestro tem lugar quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
- (B) o arresto, a busca e apreensão, o sequestro e a interpelação são medidas de natureza constritiva.
- (C) cabe à parte propor a ação principal, no prazo de 30 dias, contados da efetivação da medida cautelar, quando ela for concedida em procedimento preparatório.
- (D) o arresto subsiste ainda que se dê a novação da dívida.

50. Assinale a alternativa correta.

- (A) Na ação renovatória de contrato de locação, os recursos terão efeitos devolutivo e suspensivo.
- (B) Na ação de despejo por falta de pagamento, será concedida liminar para desocupação em 15 dias e independentemente de audiência da parte contrária, mediante caução, se provado que o contrato não previa garantia, ou se a garantia estivesse encerrada ou extinta.
- (C) A ação revisional de aluguel traduz exclusivo direito de o locador elevar o valor do aluguel para o valor de mercado.
- (D) Na procedência da ação renovatória, as diferenças dos aluguéis vencidos serão executadas em ação própria, sendo vedada a cobrança nos próprios autos.

51. Sobre o Código de Defesa do Consumidor, assinale a incorreta.

- (A) Nas ações de responsabilidade do fornecedor por produtos e serviços, a ação poderá ser promovida no foro do domicílio autor (consumidor).
- (B) O art. 6.º, inciso VIII, da Lei n.º 8.078/90, cuida da inversão do ônus da prova operada pelo juiz.
- (C) O art. 14, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.078/90, atribuiu ao fornecedor o ônus de provar a inexistência do defeito do serviço, a culpa exclusiva do consumidor ou do terceiro.
- (D) A defesa dos direitos e interesses individuais divisíveis e decorrentes de origens variáveis poderá ser efetivada coletivamente, respeitada a legitimidade do art. 82 da Lei n.º 8.078/90.

Direito Penal

52. Qual o tipo penal consistente na prática de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja?

- (A) Falso reconhecimento de firma ou letra.
- (B) Falsidade ideológica.
- (C) Petrechos de falsificação.
- (D) Falsidade documental.

53. Assinale a alternativa correta.

São considerados crimes hediondos

- (A) o perigo de contágio de moléstia grave, extorsão.
- (B) o latrocínio, extorsão mediante sequestro, estupro.
- (C) o sequestro e cárcere privado.
- (D) o homicídio, o aborto e o infanticídio.

54. O crime de concussão, art. 316 do Código Penal, é

- (A) crime formal.
- (B) crime material.
- (C) crime habitual.
- (D) crime de conduta especial.

- 55.** Assinale a alternativa incorreta.
- (A) A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
 - (B) O curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença condenatória recorrível.
 - (C) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.
 - (D) A prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

- 56.** O funcionário público processado criminalmente por prática de crime funcional tem direito às regras do art. 514 do Código de Processo Penal, defesa preliminar,
- (A) quando for maior de sessenta anos.
 - (B) somente se não for reincidente.
 - (C) quando, tendo praticado mais de um crime, a soma das penas não ultrapasse quatro anos de reclusão.
 - (D) sempre que o delito for afiançável.

- 57.** Assinale a alternativa que não indica causa de extinção da punibilidade.
- (A) Perdão aceito nos crimes de ação privada.
 - (B) Retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso.
 - (C) Casamento do agente com a vítima, no crime de estupro.
 - (D) Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

Direito Processual Penal

- 58.** Transitando em julgado a sentença que impuser pena privativa de liberdade, se o réu já estiver preso, ou vier a ser preso, para o cumprimento da pena, o juiz ordenará a expedição de
- (A) Ordem de prisão confirmatória.
 - (B) Carta de ordem.
 - (C) Mandado de prisão.
 - (D) Carta de guia.

- 59.** Assinale a alternativa correta.
- Qual o recurso cabível das decisões de absolvição sumária e impronúncia?
- (A) Apelação.
 - (B) Recurso em sentido estrito.
 - (C) Agravo.
 - (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

Direito Tributário

- 60.** Assinale a alternativa correta.
- (A) Autarquia federal não está sujeita ao pagamento de taxa de coleta de lixo instituída pelo Município.
 - (B) À União é defeso cobrar IOF nas operações financeiras realizadas pelo Município.
 - (C) Valorização decorrente de obra pública municipal, de imóvel pertencente ao Estado de São Paulo, não pode ser fato gerador de contribuição de melhoria cobrada pelo município.
 - (D) A imunidade ou a isenção tributária do comprador se estende ao produtor, contribuinte do imposto sobre produtos industrializados.

- 61.** O Princípio da Anterioridade Nonagesimal, objeto da Emenda Constitucional 42, de 19 de dezembro de 2003, aplica-se à fixação da base de cálculo do
- (A) ITR e ao aumento da alíquota do ICMS.
 - (B) ITBI e ao aumento da alíquota do IRPF.
 - (C) IPVA e ao aumento da alíquota do IPI.
 - (D) IPTU e ao aumento de alíquota do IOF.

- 62.** Segundo o Código Tributário Nacional, a certidão será positiva com efeitos de negativa quando indicar a existência de créditos
- (A) com exigibilidade excluída.
 - (B) ainda não constituídos.
 - (C) em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora.
 - (D) vencidos, mas ainda não inscritos em dívida ativa.

- 63.** Atendidas as demais condições estabelecidas na Constituição Federal, é possível a utilização de Medida Provisória para instituição de
- (A) imposto residual.
 - (B) taxa.
 - (C) imposto sobre grandes fortunas.
 - (D) empréstimo compulsório.

- 64.** Acerca do ITCMD incidente nos inventários, é correto afirmar que

- (A) para cada falecimento ocorre um fato gerador, independentemente do número de herdeiros ou legatários.
- (B) o ITCMD é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura do inventário.
- (C) suas alíquotas mínimas serão fixadas pelo Senado Federal.
- (D) a escolha do tabelião que lavrará o inventário influencia o elemento espacial do fato gerador.

Direito Comercial

- 65.** A sociedade entre cônjuges é
- (A) válida em qualquer regime de bens, ressalvada aos terceiros a possibilidade de demonstrar a simulação do ato.
 - (B) juridicamente impossível.
 - (C) válida se o regime de bens for comunhão universal.
 - (D) válida se o regime de casamento for comunhão parcial.
- 66.** Assinale a alternativa incorreta.
- (A) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (B) A cooperativa que tenha por objeto a construção e alienação de imóveis aos seus cooperados é sociedade empresária.
- (C) Independentemente de seu objeto, a sociedade por ações é sempre sociedade empresária.
- (D) Na sociedade em comum, a responsabilidade dos sócios é solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.
- 67.** Sobre o cheque, é incorreto afirmar:
- (A) o cheque com cláusula “não à ordem” ou equivalente não é transmissível por endosso ou por cessão de crédito.
 - (B) o cheque deve conter a assinatura do emitente ou do mandatário com poderes especiais.
 - (C) o cheque pode ser endossado ao próprio emitente, que por sua vez também pode fazer novo endosso.
 - (D) o pagamento do cheque pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro.
- 68.** Sobre Instituições Financeiras, é incorreto afirmar:
- (A) as empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura.
 - (B) nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor, incide a multa moratória de 2%, conforme entendimento fixado no Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a renegociação de contrato bancário impede a discussão sobre ilegalidades de contratos anteriores.
 - (D) estão sujeitas à aplicação do Código de Defesa do Consumidor.
- 69.** Sobre os efeitos da falência disciplinada na Lei n.º 11.101/2005, é correto afirmar:
- (A) os contratos bilaterais resolvem-se pela falência, sendo vedado ao administrador judicial dar a eles cumprimento.
 - (B) a decretação da falência não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens ainda que o administrador entenda ser o caso de arrecadação.
 - (C) a decretação da falência não faz cessar o mandato judicial conferido pelo devedor falido, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão ao administrador, que poderá revogar o aludido mandato.
 - (D) o falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência, durante 05 anos.
- 70.** Assinale a alternativa correta a respeito do cheque.
- (A) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, desde que não prescrita a ação cambiária.
 - (B) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.
 - (C) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 90 dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.
 - (D) A ação de regresso de um obrigado ao pagamento do cheque contra outro prescreve em 2 anos, contados da data em que foi demandado ou realizou o pagamento amigavelmente.
- 71.** Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta a respeito de alienação fiduciária.
- (A) O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.
 - (B) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária deve necessariamente indicar o valor do débito.
 - (C) Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.
 - (D) Na falência do devedor alienante, fica assegurado ao credor fiduciário o direito de pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente.

Direito Administrativo

- 72.** O atraso injustificado na execução do contrato administrativo sujeitará o contratado
- (A) à suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 05 anos.
 - (B) ao pagamento de multa, independentemente de previsão no ato convocatório e no contrato administrativo.
 - (C) à perda total da garantia do respectivo contrato cumulativamente com a incidência da multa.

(D) à rescisão unilateral do contrato pela Administração, sem prejuízo de outras sanções previstas na lei.

73. Sobre improbidade administrativa disciplinada na Lei n.º 8.429/92, é incorreto afirmar:

(A) o sucessor daquele que causou lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da referida lei, notadamente o ressarcimento ao erário, até os limites da herança.

(B) o ressarcimento integral do erário não é exigido quando o agente tenha causado o prejuízo sem dolo.

(C) não poderá haver conciliação, acordo ou transação na ação cautelar de sequestro de bens e na ação principal (de ressarcimento ou recuperação de bens para o erário).

(D) constitui ato de improbidade administrativa facilitar ou concorrer de qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial do Estado ou de entidade pública.

74. Sobre a administração indireta, é correto afirmar que

(A) as sociedades de economia mista e as fundações públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não precisam respeitar o princípio da publicidade.

(B) as causas cíveis em que é parte a sociedade de economia mista são de competência da Justiça Federal.

(C) autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

(D) a fundação, por desempenhar atividade no âmbito social, não está sujeita ao controle administrativo ou tutela por parte da administração direta, sendo, por isso, dotada de autoadministração.

75. O exercício estatal de provimento de cargos e movimentação de funcionários, as autorizações e permissões constituem modalidade de atos

(A) administrativos de conservação de serviços públicos.

(B) de rotina administrativa.

(C) de expediente.

(D) de gestão.

76. A divulgação oficial do ato administrativo, para conhecimento e início de seus efeitos externos, a título de publicidade, é considerada

(A) requisito de eficácia e moralidade.

(B) elemento formativo do ato.

(C) condição para convalidar atos irregulares.

(D) exigência administrativa facultativa.

77. Em relação à revogação administrativa de ato legal, eficaz e perfeito, assinale o enunciado juridicamente correto.

(A) Consideram-se válidos os efeitos produzidos pelo ato revogado até o momento da revogação.

(B) A revogação funda-se no poder vinculado conferido à administração pública.

(C) A revogação opera com efeito *ex tunc*.

(D) Em princípio, nem todo ato administrativo é revogável.

78. A anulação dos atos administrativos pela própria administração pública representa a forma normal de invalidação de atividade ilegítima do poder público. Em que se funda essa faculdade?

(A) Em razão de conveniência e oportunidade.

(B) No poder de autotutela do Estado.

(C) No poder arbitrário da administração.

(D) No poder de fiscalização hierárquica.

79. Em matéria de contrato administrativo, o que se entende por cláusulas exorbitantes?

(A) As que conferem certas vantagens ao particular, como o uso especial de bem público.

(B) As que estabelecem uma prerrogativa em favor do contratado particular, sem atender ao interesse público.

(C) As que extrapolam a vontade das partes.

(D) As que excedem do direito comum, para consignarem uma vantagem ou uma restrição à administração ou ao contratado.

Direito Constitucional

80. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para

(A) repelir a propaganda de conceitos nocivos à Nação.

(B) pôr termo a greve prolongada que perturbe a ordem pública.

(C) manter a integridade nacional.

(D) impedir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

81. Compete ao Conselho da República

(A) manifestar-se nos processos de improbidade administrativa.

(B) decretar intervenção federal.

(C) decretar o estado de sítio.

(D) pronunciar-se sobre o estado de defesa.

82. No Distrito Federal, o órgão de representação do Poder Legislativo é

(A) a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

- (B) a Câmara de Deputados do Distrito Federal.
- (C) a Câmara Distrital de Brasília.
- (D) o Congresso Distrital de Brasília.

83. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos

- (A) no Registro Público competente.
- (B) na Junta Eleitoral da Circunscrição Nacional.
- (C) no Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

84. Sobre o processo legislativo, é incorreto dizer:

- (A) a Constituição Federal pode ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
- (B) a Constituição Federal pode ser emendada por proposta de qualquer membro da Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.
- (C) compreende, dentre outras espécies de normas, as emendas à Constituição Federal, as leis complementares e os decretos legislativos.
- (D) são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.

85. Sobre direitos políticos, é incorreto dizer:

- (A) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, mas facultativos se estiverem numa das seguintes condições: (i) analfabetos ou (ii) maiores de setenta anos.
- (B) a elegibilidade mínima para quaisquer cargos é de vinte e um anos.
- (C) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (D) a soberania popular é exercida mediante voto, plebiscito, referendo popular e iniciativa popular.

86. Sobre as “Súmulas Vinculantes”, é correto dizer:

- (A) são editadas preferencialmente pelo Supremo Tribunal Federal e, excepcionalmente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) vinculam obrigatoriamente todos os membros do Poder Judiciário, excluindo-se os integrantes do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) vinculam todos os membros do Poder Judiciário sem distinção, assim como os demais Poderes (Executivo e Legislativo) e a Administração Pública de uma maneira geral.
- (D) vinculam todos os membros do Poder Judiciário sem distinção, sendo orientadoras (facultativas) em relação aos demais Poderes da República e à Administração Pública em geral.

87. Sobre nacionalidade, é incorreto dizer:

- (A) fora dos casos previstos na Constituição Federal, a lei não poderá estabelecer diferenças entre brasileiros natos e naturalizados.
- (B) são brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (C) são brasileiros naturalizados os que adquiram a nacionalidade brasileira na forma da lei.
- (D) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais no Brasil, até atingirem a maioridade.

Conhecimentos Gerais

88. Victor Brecheret, autor do “Monumento às Bandeiras”, localizado no Ibirapuera, em São Paulo-SP, era

- (A) paulistano e escultor.
- (B) veneziano e arquiteto.
- (C) parisiense e engenheiro.
- (D) romano e artista plástico.

89. A Presidente Dilma Vana Rousseff é nascida em

- (A) Curitiba e formada em ciências sociais.
- (B) Porto Alegre e formada em arquitetura.
- (C) Belo Horizonte e formada em economia.
- (D) Natal e formada em medicina.

90. A guerra dos Canudos foi o confronto entre os integrantes de um movimento popular de ideologia sociorreligiosa e o exército brasileiro, liderado por

- (A) Manuel da Silva Pires Ferreira.
- (B) Antonio Vicente Mendes Maciel.
- (C) Antonio Moreira César.
- (D) Febrônio de Brito.

91. Assinale a alternativa que contém Estado não integrante da Região Norte.

- (A) Maranhão.
- (B) Tocantins.
- (C) Rondônia.
- (D) Amapá.

92. A Estação Júlio Prestes foi reformada para, desde 1999, abrigar a sede

- (A) do Tribunal de Justiça de São Paulo.
 (B) do Governo do Estado de São Paulo.
 (C) da Prefeitura do Município de São Paulo.
 (D) da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

Versão 1 (GABARITO)

1 - D	2 - C	3 - B	4 - A	5 - B	6 - A	7 - C	8 - D	9 - C	10 - D
11 - A	12 - B	13 - A	14 - C	15 - B	16 - D	17 - C	18 - C	19 - D	20 - D
21 - A	22 - B	23 - C	24 - D	25 - B	26 - C	27 - A	28 - D	29 - B	30 - B
31 - A	32 - A	33 - D	34 - B	35 - A	36 - C	37 - B	38 - D	39 - C	40 - A
41 - C	42 - B	43 - D	44 - A	45 - A	46 - D	47 - B	48 - C	49 - C	50 - B
51 - D	52 - A	53 - B	54 - A	55 - C	56 - D	57 - C	58 - D	59 - A	60 - B
61 - A	62 - C	63 - B	64 - D	65 - D	66 - B	67 - A	68 - C	69 - C	70 - A
71 - B	72 - D	73 - B	74 - C	75 - D	76 - A	77 - A	78 - B	79 - D	80 - C
81 - D	82 - A	83 - C	84 - B	85 - B	86 - C	87 - D	88 - A	89 - C	90 - B
91 - A	92 - D								

VERSÃO 02

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Comercial

01. A sociedade entre cônjuges é

- (A) válida em qualquer regime de bens, ressalvada aos terceiros a possibilidade de demonstrar a simulação do ato.
 (B) juridicamente impossível.
 (C) válida se o regime de bens for comunhão universal.
 (D) válida se o regime de casamento for comunhão parcial.

02. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
 (B) A cooperativa que tenha por objeto a construção e alienação de imóveis aos seus cooperados é sociedade empresária.
 (C) Independentemente de seu objeto, a sociedade por ações é sempre sociedade empresária.
 (D) Na sociedade em comum, a responsabilidade dos sócios é solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.

03. Sobre o cheque, é incorreto afirmar:

- (A) o cheque com cláusula "não à ordem" ou equivalente não é transmissível por endosso ou por cessão de crédito.
 (B) o cheque deve conter a assinatura do emitente ou do mandatário com poderes especiais.
 (C) o cheque pode ser endossado ao próprio emitente, que por sua vez também pode fazer novo endosso.
 (D) o pagamento do cheque pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro.

04. Sobre Instituições Financeiras, é incorreto afirmar:

- (A) as empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura.
 (B) nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor, incide a multa moratória de 2%, conforme entendimento fixado no Superior Tribunal de Justiça.
 (C) o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a renegociação de contrato bancário impede a discussão sobre ilegalidades de contratos anteriores.
 (D) estão sujeitas à aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

05. Sobre os efeitos da falência disciplinada na Lei n.º 11.101/2005, é correto afirmar:

- (A) os contratos bilaterais resolvem-se pela falência, sendo vedado ao administrador judicial dar a eles cumprimento.
 (B) a decretação da falência não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens ainda que o administrador entenda ser o caso de arrecadação.
 (C) a decretação da falência não faz cessar o mandato judicial conferido pelo devedor falido, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão ao administrador, que poderá revogar o aludido mandato.
 (D) o falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência, durante 05 anos.

06. Assinale a alternativa correta a respeito do cheque.

- (A) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, desde que não prescrita a ação cambiária.
 (B) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.
 (C) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 90 dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.
 (D) A ação de regresso de um obrigado ao pagamento do cheque contra outro prescreve em 2 anos, contados da data em que foi demandado ou realizou o pagamento amigavelmente.

07. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta a respeito de alienação fiduciária.

- (A) O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.
- (B) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária deve necessariamente indicar o valor do débito.
- (C) Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.
- (D) Na falência do devedor alienante, fica assegurado ao credor fiduciário o direito de pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente.

Direito Tributário

08. Assinale a alternativa correta.

- (A) Autarquia federal não está sujeita ao pagamento de taxa de coleta de lixo instituída pelo Município.
- (B) À União é defeso cobrar IOF nas operações financeiras realizadas pelo Município.
- (C) Valorização decorrente de obra pública municipal, de imóvel pertencente ao Estado de São Paulo, não pode ser fato gerador de contribuição de melhoria cobrada pelo município.
- (D) A imunidade ou a isenção tributária do comprador se estende ao produtor, contribuinte do imposto sobre produtos industrializados.

09. O Princípio da Anterioridade Nonagesimal, objeto da Emenda Constitucional 42, de 19 de dezembro de 2003, aplica-se à fixação da base de cálculo do

- (A) ITR e ao aumento da alíquota do ICMS.
- (B) ITBI e ao aumento da alíquota do IRPF.
- (C) IPVA e ao aumento da alíquota do IPI.
- (D) IPTU e ao aumento de alíquota do IOF.

10. Segundo o Código Tributário Nacional, a certidão será positiva com efeitos de negativa quando indicar a existência de créditos

- (A) com exigibilidade excluída.
- (B) ainda não constituídos.
- (C) em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora.
- (D) vencidos, mas ainda não inscritos em dívida ativa.

11. Atendidas as demais condições estabelecidas na Constituição Federal, é possível a utilização de Medida Provisória para instituição de

- (A) imposto residual.
- (B) taxa.
- (C) imposto sobre grandes fortunas.
- (D) empréstimo compulsório.

12. Acerca do ITCMD incidente nos inventários, é correto afirmar que

- (A) para cada falecimento ocorre um fato gerador, independentemente do número de herdeiros ou legatários.
- (B) o ITCMD é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura do inventário.
- (C) suas alíquotas mínimas serão fixadas pelo Senado Federal.
- (D) a escolha do tabelião que lavrará o inventário influencia o elemento espacial do fato gerador.

Direito Administrativo

13. O atraso injustificado na execução do contrato administrativo sujeitará o contratado

- (A) à suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 05 anos.
- (B) ao pagamento de multa, independentemente de previsão no ato convocatório e no contrato administrativo.
- (C) à perda total da garantia do respectivo contrato cumulativamente com a incidência da multa.
- (D) à rescisão unilateral do contrato pela Administração, sem prejuízo de outras sanções previstas na lei.

14. Sobre improbidade administrativa disciplinada na Lei n.º 8.429/92, é incorreto afirmar:

- (A) o sucessor daquele que causou lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da referida lei, notadamente o ressarcimento ao erário, até os limites da herança.
- (B) o ressarcimento integral do erário não é exigido quando o agente tenha causado o prejuízo sem dolo.
- (C) não poderá haver conciliação, acordo ou transação na ação cautelar de sequestro de bens e na ação principal (de ressarcimento ou recuperação de bens para o erário).
- (D) constitui ato de improbidade administrativa facilitar ou concorrer de qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial do Estado ou de entidade pública.

15. Sobre a administração indireta, é correto afirmar que

- (A) as sociedades de economia mista e as fundações públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não precisam respeitar o princípio da publicidade.
- (B) as causas cíveis em que é parte a sociedade de economia mista são de competência da Justiça Federal.

(C) autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

(D) a fundação, por desempenhar atividade no âmbito social, não está sujeita ao controle administrativo ou tutela por parte da administração direta, sendo, por isso, dotada de autoadministração.

16. O exercício estatal de provimento de cargos e movimentação de funcionários, as autorizações e permissões constituem modalidade de atos

- (A) administrativos de conservação de serviços públicos.
- (B) de rotina administrativa.
- (C) de expediente.
- (D) de gestão.

17. A divulgação oficial do ato administrativo, para conhecimento e início de seus efeitos externos, a título de publicidade, é considerada

- (A) requisito de eficácia e moralidade.
- (B) elemento formativo do ato.
- (C) condição para convalidar atos irregulares.
- (D) exigência administrativa facultativa.

18. Em relação à revogação administrativa de ato legal, eficaz e perfeito, assinale o enunciado juridicamente correto.

- (A) Consideram-se válidos os efeitos produzidos pelo ato revogado até o momento da revogação.
- (B) A revogação funda-se no poder vinculado conferido à administração pública.
- (C) A revogação opera com efeito *ex tunc*.
- (D) Em princípio, nem todo ato administrativo é revogável.

19. A anulação dos atos administrativos pela própria administração pública representa a forma normal de invalidação de atividade ilegítima do poder público. Em que se funda essa faculdade?

- (A) Em razão de conveniência e oportunidade.
- (B) No poder de autotutela do Estado.
- (C) No poder arbitrário da administração.
- (D) No poder de fiscalização hierárquica.

20. Em matéria de contrato administrativo, o que se entende por cláusulas exorbitantes?

- (A) As que conferem certas vantagens ao particular, como o uso especial de bem público.
- (B) As que estabelecem uma prerrogativa em favor do contratado particular, sem atender ao interesse público.
- (C) As que extrapolam a vontade das partes.
- (D) As que excedem do direito comum, para consignarem uma vantagem ou uma restrição à administração ou ao contratado.

Direito Constitucional

21. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para

- (A) repelir a propaganda de conceitos nocivos à Nação.
- (B) pôr termo a greve prolongada que perturbe a ordem pública.
- (C) manter a integridade nacional.
- (D) impedir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

22. Compete ao Conselho da República

- (A) manifestar-se nos processos de improbidade administrativa.
- (B) decretar intervenção federal.
- (C) decretar o estado de sítio.
- (D) pronunciar-se sobre o estado de defesa.

23. No Distrito Federal, o órgão de representação do Poder Legislativo é

- (A) a Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (B) a Câmara de Deputados do Distrito Federal.
- (C) a Câmara Distrital de Brasília.
- (D) o Congresso Distrital de Brasília.

24. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos

- (A) no Registro Público competente.
- (B) na Junta Eleitoral da Circunscrição Nacional.
- (C) no Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

25. Sobre o processo legislativo, é incorreto dizer:

(A) a Constituição Federal pode ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
(B) a Constituição Federal pode ser emendada por proposta de qualquer membro da Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

(C) compreende, dentre outras espécies de normas, as emendas à Constituição Federal, as leis complementares e os decretos legislativos.

(D) são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.

26. Sobre direitos políticos, é incorreto dizer:

- (A) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, mas facultativos se estiverem numa das seguintes condições: (i) analfabetos ou (ii) maiores de setenta anos.
- (B) a elegibilidade mínima para quaisquer cargos é de vinte e um anos.
- (C) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (D) a soberania popular é exercida mediante voto, plebiscito, referendo popular e iniciativa popular.

27. Sobre as “Súmulas Vinculantes”, é correto dizer:

- (A) são editadas preferencialmente pelo Supremo Tribunal Federal e, excepcionalmente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) vinculam obrigatoriamente todos os membros do Poder Judiciário, excluindo-se os integrantes do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) vinculam todos os membros do Poder Judiciário sem distinção, assim como os demais Poderes (Executivo e Legislativo) e a Administração Pública de uma maneira geral.
- (D) vinculam todos os membros do Poder Judiciário sem distinção, sendo orientadoras (facultativas) em relação aos demais Poderes da República e à Administração Pública em geral.

28. Sobre nacionalidade, é incorreto dizer:

- (A) fora dos casos previstos na Constituição Federal, a lei não poderá estabelecer diferenças entre brasileiros natos e naturalizados.
- (B) são brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (C) são brasileiros naturalizados os que adquiram a nacionalidade brasileira na forma da lei.
- (D) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais no Brasil, até atingirem a maioridade.

Direito Civil

29. Assinale a alternativa correta a respeito das fundações.

- (A) Para criar uma fundação, o seu instituidor deverá lavrar escritura pública, vedado o testamento.
- (B) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada por unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação.
- (C) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- (D) Velar pelas fundações o Ministério Público do Estado, mesmo se funcionarem no Distrito Federal ou em território.

30. Aquele que, trabalhando em matéria-prima em parte alheia, obtiver espécie nova, desta será proprietário, se não se puder restituir à forma anterior. A regra legal representa qual instituto?

- (A) Especificação.
- (B) Confusão.
- (C) Comissão.
- (D) Adjunção.

31. Dá-se a novação quando

- (A) ocorre o pagamento parcial da dívida, em termos de compensação.
- (B) o credor consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- (C) o credor for evicto da coisa recebida em pagamento.
- (D) o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

32. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O casamento de franceses, no Brasil, poderá ser realizado no Consulado da França.
- (B) Alemão residente no Brasil poderá casar-se com noiva brasileira perante a Autoridade Consular Alemã estabelecida no Brasil, regendo-se o casamento pelas leis brasileiras.
- (C) Casal de brasileiros, residindo no exterior, poderá casar-se perante a Autoridade Consular brasileira.
- (D) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre começo e o fim da personalidade, nome, capacidade e os direitos de família.

33. Assinale a alternativa correta.

- (A) Cinco anos após o trânsito em julgado da sentença de sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.
- (B) A presunção de morte decorrente da ausência autoriza a viúva do ausente a casar-se novamente.
- (C) O Código Civil não admite outras modalidades de presunção de morte além da ausência.
- (D) Somente até o momento da abertura da sucessão definitiva o ausente poderá recuperar seus bens.

34. Assinale a alternativa que não contém bem imóvel para efeitos legais.

- (A) Os materiais oriundos da demolição de um prédio e que serão destinados à venda.
- (B) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (C) As energias que tenham valor econômico.
- (D) O direito à sucessão aberta.

- 35.** A respeito dos bens públicos, é correto afirmar:
(A) os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
(B) o hospital municipal, o prédio da escola pública e o Fórum são bens de uso comum do povo.
(C) é admissível a usucapião constitucional em bens públicos.
(D) o uso comum dos bens públicos será sempre gratuito.
- 36.** As utilidades que se retiram da coisa e lhe diminuem a quantidade, pois não se reproduzem periodicamente, são:
(A) frutos civis (rendimentos).
(B) frutos percipiendos.
(C) pertenças.
(D) produtos.
- 37.** A declaração de vontade, cujos efeitos são pré-determinados pela lei e independem da intenção do agente, é denominada
(A) negócio jurídico de disposição.
(B) ato jurídico.
(C) negócio jurídico unilateral.
(D) contrato.
- 38.** A respeito do mandato "em causa própria", assinale a alternativa incorreta.
(A) Extingue-se com a morte do mandante.
(B) Dispensa o mandatário de prestar contas.
(C) É ineficaz a manifestação de vontade do mandante de revogação.
(D) Permite que o mandatário transfira para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato.
- 39.** A consequência da estipulação de condição fisicamente impossível em negócio jurídico é:
(A) considera-se inexistente a condição, se for suspensiva.
(B) nulidade do negócio, se a condição for resolutiva.
(C) nulidade do negócio, se a condição for suspensiva.
(D) considera-se inexistente a condição, seja suspensiva ou resolutiva.
- 40.** Analise as seguintes proposições.
I. O donatário de imóvel com condição resolutiva, na pendência da condição, pode ingressar com ação possessória contra esbulhador do bem.
II. O encargo ilícito ou impossível considera-se não escrito, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que torna nulo o negócio.
III. Na doação modal em benefício da coletividade, o Ministério Público pode exigir a execução do encargo, conquanto já falecido o doador sem ter exigido o cumprimento.
IV. O doador, na doação com encargo, não pode revogar a liberalidade em razão do descumprimento do encargo, apenas pode demandar sua execução.
Assinale a alternativa correta.
(A) Todas são verdadeiras.
(B) Apenas a IV é falsa.
(C) Apenas a I e a IV são falsas.
(D) Apenas a II é verdadeira.
- 41.** Analise as proposições.
I. É nulo o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.
II. É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
III. É nulo o casamento por incompetência da autoridade celebrante.
IV. É nulo o casamento de jovem com 17 anos completos, realizado sem autorização dos seus pais.
Assinale a alternativa correta.
(A) Apenas I, II e IV são corretas.
(B) Todas são corretas.
(C) Todas são falsas.
(D) Apenas a II é verdadeira.
- 42.** Assinale a alternativa incorreta a respeito do regime de comunhão parcial.
(A) Entram na comunhão os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do matrimônio.
(B) Exclui-se da comunhão a herança recebida pelo cônjuge na constância do casamento.
(C) Entra na comunhão a doação recebida pelo cônjuge na constância do matrimônio.
(D) Entra na comunhão o prêmio de loteria que o cônjuge ganhou.
- 43.** Assinale a alternativa incorreta a respeito do reconhecimento de filhos.
(A) O reconhecimento de filho por testamento deve constar de disposição específica, não sendo válido reconhecimento manifestado incidentalmente.
(B) O reconhecimento poderá ser feito por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.
(C) O reconhecimento de filho maior depende de seu consentimento.
(D) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.

- 44.** Assinale a alternativa incorreta.
- (A) É ineficaz o pacto antenupcial se não se seguir o casamento.
 - (B) A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime obrigatório de separação de bens.
 - (C) O pacto antenupcial poderá ser feito por escritura pública ou instrumento particular autêntico, registrado no Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
 - (D) O pacto antenupcial, para produzir efeitos perante terceiros, deverá ser registrado no Registro de Imóveis do domicílio dos nubentes.
- 45.** Assinale a alternativa correta a respeito do condomínio edilício.
- (A) A instituição é ato solene, somente pode ser realizada por escritura pública.
 - (B) É possível determinar na escritura de constituição do condomínio que o terraço de cobertura não seja parte comum do prédio.
 - (C) A Convenção que constitui o condomínio deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, metade das frações ideais.
 - (D) Num edifício de apartamentos é vedada a alienação de garagem de um condômino a outro.
- 46.** Assinale a alternativa incorreta a respeito da aquisição da propriedade imóvel.
- (A) O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.
 - (B) A aquisição *causa mortis* não depende de registro do título.
 - (C) A presunção que decorre do registro do título translativo não é absoluta, podendo ser objeto de anulação.
 - (D) Não é possível cancelar o registro em prejuízo do terceiro adquirente de boa-fé.
- 47.** Sobre hipoteca é incorreto afirmar que
- (A) não podem ser objeto de hipoteca o domínio direto, o domínio útil e o direito real de uso.
 - (B) pode convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
 - (C) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
 - (D) a hipoteca pode ser constituída para garantia de dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido.
- 48.** Assinale a alternativa incorreta quanto ao tema da extinção das obrigações.
- (A) O fiador não pode compensar seu débito com o débito que o credor tem para com o afiançado.
 - (B) A dívida oriunda de comodato não admite compensação.
 - (C) Se o credor for evicto na coisa recebida em dação em pagamento, restabelece-se a obrigação original, ficando sem efeito a quitação.
 - (D) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

Direito Processual Civil

- 49.** Sobre a resposta do réu, é correto afirmar:
- (A) antes de discutir o mérito, o réu poderá discutir pagamento, transação, compensação e fatos que levem à extinção da obrigação.
 - (B) o prazo para contestar é de 15 dias, ainda que vários réus com advogados distintos.
 - (C) a reconvenção é incabível na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.
 - (D) antes de discutir o mérito, o réu poderá discutir pressupostos processuais, tais como inexistência de citação e incompetência absoluta.
- 50.** Sobre recursos, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O recurso adesivo será admitido na apelação, mas não será conhecido se o recurso principal for declarado deserto.
 - (B) O recurso adesivo será admitido na apelação, mas não será conhecido se houver desistência ou improvemento do recurso principal.
 - (C) No Juizado Especial Cível, como regra, o recurso terá somente o efeito devolutivo. A atribuição de efeito suspensivo será excepcional, se provada situação de dano irreparável.
 - (D) No Juizado Especial Cível, os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de 05 dias, contados da ciência da decisão. Quando interpostos contra sentença, suspendem o prazo para recurso.
- 51.** Sobre a execução, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Após a avaliação e antes mesmo das hastas públicas, o credor poderá requerer a adjudicação dos bens em seu favor. Se o valor da dívida for inferior ao da avaliação, caberá ao credor completar a diferença.
 - (B) Quando a avaliação do bem revelar que ele é muito superior à dívida, ouvidas as partes, o juiz mandará reduzir a penhora a bens disponíveis e que satisfaçam a execução.
 - (C) As hastas públicas serão realizadas por leiloeiro público, que não poderá ser indicado pelo credor, pois se trata de função de confiança do Juízo, a quem competirá inclusive a fixação da comissão.
 - (D) Quando o exequente aceita a estimativa feita pelo executado sobre o valor do bem penhorado, desnecessária a avaliação judicial.
- 52.** No processo cautelar, é correto dizer que
- (A) o sequestro tem lugar quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
 - (B) o arresto, a busca e apreensão, o sequestro e a interpelação são medidas de natureza constritiva.

- (C) cabe à parte propor a ação principal, no prazo de 30 dias, contados da efetivação da medida cautelar, quando ela for concedida em procedimento preparatório.
(D) o arresto subsiste ainda que se dê a novação da dívida.

53. Assinale a alternativa correta.

- (A) Na ação renovatória de contrato de locação, os recursos terão efeitos devolutivo e suspensivo.
(B) Na ação de despejo por falta de pagamento, será concedida liminar para desocupação em 15 dias e independentemente de audiência da parte contrária, mediante caução, se provado que o contrato não previa garantia, ou se a garantia estivesse encerrada ou extinta.
(C) A ação revisional de aluguel traduz exclusivo direito de o locador elevar o valor do aluguel para o valor de mercado.
(D) Na procedência da ação renovatória, as diferenças dos aluguéis vencidos serão executadas em ação própria, sendo vedada a cobrança nos próprios autos.

54. Sobre o Código de Defesa do Consumidor, assinale a incorreta.

- (A) Nas ações de responsabilidade do fornecedor por produtos e serviços, a ação poderá ser promovida no foro do domicílio autor (consumidor).
(B) O art. 6.º, inciso VIII, da Lei n.º 8.078/90, cuida da inversão do ônus da prova operada pelo juiz.
(C) O art. 14, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.078/90, atribuiu ao fornecedor o ônus de provar a inexistência do defeito do serviço, a culpa exclusiva do consumidor ou do terceiro.
(D) A defesa dos direitos e interesses individuais divisíveis e decorrentes de origens variáveis poderá ser efetivada coletivamente, respeitada a legitimidade do art. 82 da Lei n.º 8.078/90.

Direito Penal

55. Qual o tipo penal consistente na prática de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja?

- (A) Falso reconhecimento de firma ou letra.
(B) Falsidade ideológica.
(C) Petrechos de falsificação.
(D) Falsidade documental.

56. Assinale a alternativa correta.

São considerados crimes hediondos

- (A) o perigo de contágio de moléstia grave, extorsão.
(B) o latrocínio, extorsão mediante sequestro, estupro.
(C) o sequestro e cárcere privado.
(D) o homicídio, o aborto e o infanticídio.

57. O crime de concussão, art. 316 do Código Penal, é

- (A) crime formal.
(B) crime material.
(C) crime habitual.
(D) crime de conduta especial.

58. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
(B) O curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença condenatória recorrível.
(C) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.
(D) A prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

59. O funcionário público processado criminalmente por prática de crime funcional tem direito às regras do art. 514 do Código de Processo Penal, defesa preliminar,

- (A) quando for maior de sessenta anos.
(B) somente se não for reincidente.
(C) quando, tendo praticado mais de um crime, a soma das penas não ultrapasse quatro anos de reclusão.
(D) sempre que o delito for afiançável.

60. Assinale a alternativa que não indica causa de extinção da punibilidade.

- (A) Perdão aceito nos crimes de ação privada.
(B) Retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso.
(C) Casamento do agente com a vítima, no crime de estupro.
(D) Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

Direito Processual Penal

61. Transitando em julgado a sentença que impuser pena privativa de liberdade, se o réu já estiver preso, ou vier a ser preso, para o cumprimento da pena, o juiz ordenará a expedição de

- (A) Ordem de prisão confirmatória.

- (B) Carta de ordem.
- (C) Mandado de prisão.
- (D) Carta de guia.

62. Assinale a alternativa correta.

Qual o recurso cabível das decisões de absolvição sumária e impronúncia?

- (A) Apelação.
- (B) Recurso em sentido estrito.
- (C) Agravo.
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

Registros Públicos

63. Em se cuidando de cheque, cujo talonário foi furtado e depois preenchido e utilizado fraudulentamente para compra de mercadorias, o apontamento no Tabelionato de Protesto é

- (A) permitido, exigindo o Tabelião, porém, que o apresentante faça caução para garantia de eventual prejuízo.
- (B) permitido, obrigando o devedor a requerer sustação judicial do protesto.
- (C) proibido, não necessitando de qualquer prova de que o cheque restou apresentado ao banco, bastando apenas que o devedor, no prazo de 3 dias, assim afirme no Tabelionato.
- (D) proibido, desde que o cheque tenha sido devolvido pelo estabelecimento bancário com anotação do motivo (sustação do cheque pelo correntista em razão de alegada ocorrência de furto) e não tenha circulado por endosso.

64. É comum, principalmente nos grandes centros urbanos, a nomeação de empresas de assessoria para receberem intimações de protesto em nome do devedor. Para que isto seja válido perante os Tabelionatos de Protesto são necessários, além da relação dos representados das empresas de assessoria, instrumentos

- (A) de mandato com poderes especiais, mas com prazo de validade de um ano, ao menos, salvo ocorrência de revogação.
- (B) de mandato com poderes gerais, não necessitando de poderes especiais para receber intimações.
- (C) de mandato com poderes especiais para que a mandatária possa receber as intimações em nome do mandante, com exclusividade, com prazo de validade de 30 dias e possibilidade de prorrogação por igual período.
- (D) de mandato com poderes especiais para receber intimações, mas sem exclusividade e sem fixação de prazo de validade.

65. O título, cujo protesto foi sustado judicialmente, mas sem qualquer decisão definitiva e no curso do processo, pode ser retirado pelo apresentante

- (A) independentemente de qualquer autorização judicial, eis que é o único interessado no protesto e pode dele desistir, arcando, evidentemente, com as consequências do ato.
- (B) somente com autorização judicial.
- (C) independentemente de autorização judicial, desde que exibida concordância do devedor.
- (D) somente mediante prova de pagamento do título pelo devedor.

66. O art. 31 da Lei n.o 9.492, de 10.09.97, (Lei do Protesto de Títulos) estabelece que as certidões de protestos não cancelados podem ser fornecidas “a quaisquer interessados”. Em relação às entidades representativas da indústria e do comércio e àquelas vinculadas à proteção do crédito, porém, permite o art. 29 da mesma lei que a elas sejam encaminhadas informações diárias que

- (A) não podem ser divulgadas, ainda que parcialmente, mesmo porque se cuidam de informações sigilosas.
- (B) podem ser divulgadas, inclusive pela imprensa, não havendo qualquer distinção em relação ao fornecimento de certidões.
- (C) podem ser divulgadas apenas com a indicação dos títulos protestados e dos respectivos devedores, mas sem especificação do valor do título ou do documento da dívida.
- (D) podem ser divulgadas apenas em relação aos devedores citados por edital, cujos nomes já foram indicados na imprensa local.

67. Para aceitação do apontamento de títulos emitidos fora do Brasil, em moeda estrangeira, são exigidas

- (A) tradução juramentada, registro em Unidade de Títulos e Documentos e indicação do valor da obrigação em moeda nacional.
- (B) tradução juramentada e indicação pelo apresentante do valor da conversão para a moeda local.
- (C) provas de aprovação do crédito por órgão público federal competente e da realidade do negócio.
- (D) tradução feita pelo próprio apresentante e declaração de que a dívida não lhe foi paga, não sendo exigível qualquer conversão para a moeda corrente nacional.

68. Está dispensada de averbação no Registro de Imóveis

- (A) a cessão de crédito garantido por direito real, quando representado por Cédula de Crédito Imobiliário – CCI emitida sob a forma escritural.
- (B) a cessão dos direitos de credor fiduciário, garantidos por direito real, realizada por meio de endosso lançado na Cédula de Crédito Imobiliário – CCI emitida sob a forma cartular.
- (C) a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI integral, sendo o crédito imobiliário garantido por direito real.
- (D) a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI fracionária, sendo o crédito imobiliário garantido por direito real.

69. Sobre a retificação administrativa de registro imobiliário, assinale a alternativa correta.

- (A) Ela deve ser iniciada e requerida sempre pelo titular de domínio do imóvel objeto do registro retificando.

(B) A retificação deve ser negada pelo Oficial de Registro de Imóveis sempre que houver aumento de medidas perimetrais ou da área superficial do terreno.

(C) A retificação deve ser negada pelo Oficial de Registro de Imóveis sempre que não for possível verificar que o registro corresponde ao imóvel descrito na planta e no memorial descritivo.

(D) O protocolo do requerimento de retificação formulado com fundamento no art. 213, inciso II, da Lei n.º 6.015/73, impede a qualificação e o registro de qualquer outro título contraditório, até que o Oficial de Registro de Imóveis decida sobre a possibilidade da averbação retificadora.

70. A certidão de matrícula expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, no Estado de São Paulo

(A) deve ser fornecida no prazo máximo de 2 dias úteis.

(B) pode ser solicitada somente pelos interessados constantes do registro.

(C) pode ser, a critério do Oficial, confeccionada com utilização de papel de segurança fornecido por empresa especializada.

(D) dá ensejo à cobrança reduzida dos emolumentos devidos quando objetive unidade habitacional integrante de programa habitacional de interesse social, localizado em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, ou de outra forma definido pelo Município como de interesse social.

71. O tombamento provisório de bens imóveis

(A) deve ser registrado, em seu inteiro teor, no Livro n.º 3 – Registro Auxiliar.

(B) somente pode ingressar no fôlio real quando da sua conversão em tombamento definitivo.

(C) pode ser averbado à margem da transcrição ou na matrícula do imóvel tombado mediante apresentação de certidão do correspondente ato administrativo ou legislativo ou de mandado judicial, conforme o caso, e desde que atendidos os requisitos previstos no Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo acerca do assunto.

(D) pode ser averbado à margem da transcrição ou na matrícula do imóvel tombado mediante simples comunicação via ofício expedido pelo órgão competente federal, estadual ou municipal, do serviço de proteção ao patrimônio histórico e artístico, contendo menção ao número do cadastro municipal do imóvel.

72. O art. 31-B da Lei n.º 4.591/64, acrescentado pela Lei n.º 10.931/2004, dispõe: “*Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.*” Essa averbação continuará produzindo efeitos até a

(A) averbação da construção e o registro da instituição e especificação de condomínio quando, então, automaticamente, o Oficial de Registro de Imóveis deverá averbar o cancelamento do patrimônio de afetação.

(B) expedição do “habite-se” ou “auto de conclusão” do prédio construído.

(C) conclusão da obra por parte do construtor ou incorporador e a averbação da construção do prédio mediante a apresentação do “habite-se” ou “auto de conclusão”.

(D) averbação da construção, registro dos títulos de domínio ou de direito de aquisição em nome dos respectivos adquirentes e, quando for o caso, extinção das obrigações do incorporador perante a instituição financiadora do empreendimento.

73. Quanto à formalização dos atos previstos na Lei n.º 11.441/07,

I. com o advento da EC 66/10 ficou inviabilizada a possibilidade de restabelecimento de sociedades conjugais por escrituras públicas de casais já separados;

II. não se admite escritura de inventário negativo;

III. se a companheira for a única herdeira, não será possível lavrar-se o inventário extrajudicial.

(A) Apenas o item III está correto.

(B) Apenas os itens I e II estão corretos.

(C) Apenas os itens II e III estão corretos.

(D) Todos os itens estão corretos.

74. Sobre os inventários e partilhas extrajudiciais, é correto afirmar que

(A) a existência de credor do espólio impedirá a realização do inventário e partilha ou adjudicação por escritura pública.

(B) é obrigatória a nomeação de interessado na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio, com poderes de inventariante, no cumprimento de obrigações ativas ou passivas pendentes.

(C) é inadmissível a sobrepartilha por escritura pública referente a inventário e partilha judicial já findos.

(D) é inadmissível reconhecer a meação do(a) companheiro(a) sobrevivente, ainda que exista unanimidade entre os herdeiros reconhecendo a união estável.

75. Sobre os prazos de validade de procuração utilizada em escritura, de acordo com previsão nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em divórcios, outorgada por um dos divorciandos, seu prazo de validade é de

(A) 90 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(B) 180 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(C) 1 ano, contado da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(D) 60 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

76. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, são praticados os seguintes atos:

(A) registro de associações religiosas e autenticações de livros de sociedades empresárias.

(B) registro de fundações de direito público e privado e autenticações de livros de sociedades simples.

(C) registro de associações religiosas e matrícula de oficinas impressoras.

(D) registro de autônomos que explorem atividade econômica e de associações públicas.

77. Ao examinar o estatuto de uma associação, o oficial registrador civil de pessoa jurídica deverá emitir nota devolutiva quando o estatuto

- (A) estabelecer categorias de associados com vantagens especiais.
- (B) omitir a forma de aprovação das contas.
- (C) estabelecer o *quorum* qualificado de três quartos dos associados para realizar qualquer alteração estatutária.
- (D) omitir forma de destinação do patrimônio quando dissolvida a associação.

78. No Registro de Títulos e Documentos, há livros obrigatórios destinados ao seu expediente. Sobre eles, é correto afirmar que

- (A) é permitida a substituição do livro protocolo por sistema de fichas.
- (B) é facultada a dispensa do livro de inscrição por extratos, desde que a serventia se utilize do livro de traslado integral.
- (C) é possível a dispensa do uso do livro de traslado integral na hipótese de utilizar-se pasta classificadora de cópias reprográficas dos documentos.
- (D) há possibilidade de dispensa do livro de inscrição por extratos, desde que a serventia se utilize de serviços de microfilmagem.

79. A respeito do registro de títulos e documentos de origem estrangeira, assinale a alternativa correta.

- (A) O Livro B não permite o registro de documentos escritos em língua estrangeira.
- (B) Podem ser registrados na sua língua original, no livro "A".
- (C) Devem ser traduzidos para português para o registro no Livro C.
- (D) O Livro D permite o registro, desde que adotados os caracteres latinos.

80. Assinale a alternativa que possua apenas requisitos do assento de nascimento, segundo as normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

(A) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; ordem de filiação em caso de existirem irmãos que não sejam gêmeos, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade,

a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(B) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, o estado civil e a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(C) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(D) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, Unidade de Serviço de casamento dos pais; a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

81. Quanto à emancipação voluntária, é correto afirmar que deverá ser lavrada perante um Tabelião de Notas,

- (A) e averbada perante o Oficial do Registro Civil da comarca do domicílio do emancipado para inscrição no Livro E.
- (B) ou feita mediante instrumento particular, registrada perante o Oficial do Registro Civil da sede da comarca do domicílio do emancipado para registro no Livro E e anotada no Livro de nascimento do emancipado.
- (C) e averbada no Livro A.
- (D) registrada perante o Oficial do Registro Civil da sede da comarca do domicílio do emancipado para registro no Livro E e anotada no Livro de nascimento do emancipado.

82. Para fins de Registro Civil e Notas, podem ser considerados *documento de identidade*:

- (A) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, e R.G., apenas.
- (B) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, R.G., Passaporte, Carteira de Trabalho (CTPS) e carteira de exercício profissional emitida pelos órgãos criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75.
- (C) R.G., passaporte e Carteira de Trabalho (CTPS).
- (D) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, R.G., passaporte e carteira de exercício profissional emitida pelos órgãos criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75.

83. A propósito dos emolumentos, custas e despesas das unidades do serviço notarial e de registro, o delegado poderá formular consulta por escrito ao Juiz Corregedor Permanente para dirimir dúvida?

- (A) Sim, de caráter genérico, sobre cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.
- (B) Não, a Corregedoria Permanente não é órgão consultivo.
- (C) Não, a Corregedoria Permanente só aprecia consulta para dirimir dúvida formulada pelo usuário do serviço.
- (D) Sim, em casos de caráter específico, sobre a cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.

84. Segundo a Lei n.º 8.935/94, são respectivamente, um direito e um dever do notário ou oficial registrador:

- (A) facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas e percepção integral dos emolumentos.

(B) exercer opção em caso de desmembramento de sua serventia e proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada.

(C) organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar e dar recibo dos emolumentos percebidos quando solicitado.

(D) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão e encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva.

85. Quanto à conversão da união estável em casamento é correto afirmar-se que deve ser lavrada

(A) no Livro C.

(B) no livro B-Auxiliar.

(C) no Livro B.

(D) no Livro D.

86. As unidades do serviço notarial e de registro possuirão os seguintes classificadores obrigatórios:

(A) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida pessoal dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(B) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e Associação dos Magistrados Brasileiros; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(C) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recebimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(D) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

87. De acordo com a Lei Paulista n.º 11.331/2002, o notário ou o registrador deverá recolher a contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, componente dos emolumentos até o primeiro dia útil subsequente ao

(A) da prática do ato.

(B) da semana de referência do ato praticado.

(C) da quinzena de referência do ato praticado.

(D) do mês de referência do ato praticado.

Conhecimentos Gerais

88. Victor Brecheret, autor do "Monumento às Bandeiras", localizado no Ibirapuera, em São Paulo-SP, era

(A) paulistano e escultor.

(B) veneziano e arquiteto.

(C) parisiense e engenheiro.

(D) romano e artista plástico.

89. A Presidente Dilma Vana Rousseff é nascida em

(A) Curitiba e formada em ciências sociais.

(B) Porto Alegre e formada em arquitetura.

(C) Belo Horizonte e formada em economia.

(D) Natal e formada em medicina.

90. A guerra dos Canudos foi o confronto entre os integrantes de um movimento popular de ideologia sociorreligiosa e o exército brasileiro, liderado por

(A) Manuel da Silva Pires Ferreira.

(B) Antonio Vicente Mendes Maciel.

- (C) Antonio Moreira César.
(D) Febronio de Brito.

91. Assinale a alternativa que contém Estado não integrante da Região Norte.
(A) Maranhão.
(B) Tocantins.
(C) Rondônia.
(D) Amapá.

92. A Estação Júlio Prestes foi reformada para, desde 1999, abrigar a sede
(A) do Tribunal de Justiça de São Paulo.
(B) do Governo do Estado de São Paulo.
(C) da Prefeitura do Município de São Paulo.
(D) da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

Versão 2 (GABARITO)

1 - D	2 - B	3 - A	4 - C	5 - C	6 - A	7 - B	8 - B	9 - A	10 - C
11 - B	12 - D	13 - D	14 - B	15 - C	16 - D	17 - A	18 - A	19 - B	20 - D
21 - C	22 - D	23 - A	24 - C	25 - B	26 - B	27 - C	28 - D	29 - C	30 - A
31 - D	32 - B	33 - B	34 - A	35 - A	36 - D	37 - B	38 - A	39 - C	40 - B
41 - D	42 - C	43 - A	44 - C	45 - B	46 - D	47 - A	48 - A	49 - D	50 - B
51 - C	52 - C	53 - B	54 - D	55 - A	56 - B	57 - A	58 - C	59 - D	60 - C
61 - D	62 - A	63 - D	64 - C	65 - B	66 - A	67 - B	68 - A	69 - C	70 - D
71 - C	72 - D	73 - A	74 - B	75 - A	76 - C	77 - B	78 - D	79 - C	80 - C
81 - D	82 - D	83 - A	84 - B	85 - C	86 - D	87 - B	88 - A	89 - C	90 - B
91 - A	92 - D								

VERSÃO 03

Conhecimentos Gerais

01. Victor Brecheret, autor do "Monumento às Bandeiras", localizado no Ibirapuera, em São Paulo-SP, era
(A) paulistano e escultor.
(B) veneziano e arquiteto.
(C) parisiense e engenheiro.
(D) romano e artista plástico.
02. A Presidente Dilma Vana Rousseff é nascida em
(A) Curitiba e formada em ciências sociais.
(B) Porto Alegre e formada em arquitetura.
(C) Belo Horizonte e formada em economia.
(D) Natal e formada em medicina.
03. A guerra dos Canudos foi o confronto entre os integrantes de um movimento popular de ideologia sociorreligiosa e o exército brasileiro, liderado por
(A) Manuel da Silva Pires Ferreira.
(B) Antonio Vicente Mendes Maciel.
(C) Antonio Moreira César.
(D) Febronio de Brito.
04. Assinale a alternativa que contém Estado não integrante da Região Norte.
(A) Maranhão.
(B) Tocantins.
(C) Rondônia.
(D) Amapá.
05. A Estação Júlio Prestes foi reformada para, desde 1999, abrigar a sede
(A) do Tribunal de Justiça de São Paulo.
(B) do Governo do Estado de São Paulo.
(C) da Prefeitura do Município de São Paulo.
(D) da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Registros Públicos

06. Em se cuidando de cheque, cujo talonário foi furtado e depois preenchido e utilizado fraudulentamente para compra de mercadorias, o apontamento no Tabelionato de Protesto é
(A) permitido, exigindo o Tabelião, porém, que o apresentante faça caução para garantia de eventual prejuízo.

- (B) permitido, obrigando o devedor a requerer sustação judicial do protesto.
- (C) proibido, não necessitando de qualquer prova de que o cheque restou apresentado ao banco, bastando apenas que o devedor, no prazo de 3 dias, assim afirme no Tabelionato.
- (D) proibido, desde que o cheque tenha sido devolvido pelo estabelecimento bancário com anotação do motivo (sustação do cheque pelo correntista em razão de alegada ocorrência de furto) e não tenha circulado por endosso.

07. É comum, principalmente nos grandes centros urbanos, a nomeação de empresas de assessoria para receberem intimações de protesto em nome do devedor. Para que isto seja válido perante os Tabelionatos de Protesto são necessários, além da relação dos representados das empresas de assessoria, instrumentos

- (A) de mandato com poderes especiais, mas com prazo de validade de um ano, ao menos, salvo ocorrência de revogação.
- (B) de mandato com poderes gerais, não necessitando de poderes especiais para receber intimações.
- (C) de mandato com poderes especiais para que a mandatária possa receber as intimações em nome do mandante, com exclusividade, com prazo de validade de 30 dias e possibilidade de prorrogação por igual período.
- (D) de mandato com poderes especiais para receber intimações, mas sem exclusividade e sem fixação de prazo de validade.

08. O título, cujo protesto foi sustado judicialmente, mas sem qualquer decisão definitiva e no curso do processo, pode ser retirado pelo apresentante

- (A) independentemente de qualquer autorização judicial, eis que é o único interessado no protesto e pode dele desistir, arcando, evidentemente, com as consequências do ato.
- (B) somente com autorização judicial.
- (C) independentemente de autorização judicial, desde que exibida concordância do devedor.
- (D) somente mediante prova de pagamento do título pelo devedor.

09. O art. 31 da Lei n.º 9.492, de 10.09.97, (Lei do Protesto de Títulos) estabelece que as certidões de protestos não cancelados podem ser fornecidas “a quaisquer interessados”. Em relação às entidades representativas da indústria e do comércio e àquelas vinculadas à proteção do crédito, porém, permite o art. 29 da mesma lei que a elas sejam encaminhadas informações diárias que

- (A) não podem ser divulgadas, ainda que parcialmente, mesmo porque se cuidam de informações sigilosas.
- (B) podem ser divulgadas, inclusive pela imprensa, não havendo qualquer distinção em relação ao fornecimento de certidões.
- (C) podem ser divulgadas apenas com a indicação dos títulos protestados e dos respectivos devedores, mas sem especificação do valor do título ou do documento da dívida.
- (D) podem ser divulgadas apenas em relação aos devedores citados por edital, cujos nomes já foram indicados na imprensa local.

10. Para aceitação do apontamento de títulos emitidos fora do Brasil, em moeda estrangeira, são exigidas

- (A) tradução juramentada, registro em Unidade de Títulos e Documentos e indicação do valor da obrigação em moeda nacional.
- (B) tradução juramentada e indicação pelo apresentante do valor da conversão para a moeda local.
- (C) provas de aprovação do crédito por órgão público federal competente e da realidade do negócio.
- (D) tradução feita pelo próprio apresentante e declaração de que a dívida não lhe foi paga, não sendo exigível qualquer conversão para a moeda corrente nacional.

11. Está dispensada de averbação no Registro de Imóveis

- (A) a cessão de crédito garantido por direito real, quando representado por Cédula de Crédito Imobiliário – CCI emitida sob a forma escritural.
- (B) a cessão dos direitos de credor fiduciário, garantidos por direito real, realizada por meio de endosso lançado na Cédula de Crédito Imobiliário – CCI emitida sob a forma cartular.
- (C) a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI integral, sendo o crédito imobiliário garantido por direito real.
- (D) a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI fracionária, sendo o crédito imobiliário garantido por direito real.

12. Sobre a retificação administrativa de registro imobiliário, assinale a alternativa correta.

- (A) Ela deve ser iniciada e requerida sempre pelo titular de domínio do imóvel objeto do registro retificando.
- (B) A retificação deve ser negada pelo Oficial de Registro de Imóveis sempre que houver aumento de medidas perimetrais ou da área superficial do terreno.
- (C) A retificação deve ser negada pelo Oficial de Registro de Imóveis sempre que não for possível verificar que o registro corresponde ao imóvel descrito na planta e no memorial descritivo.
- (D) O protocolo do requerimento de retificação formulado com fundamento no art. 213, inciso II, da Lei n.º 6.015/73, impede a qualificação e o registro de qualquer outro título contraditório, até que o Oficial de Registro de Imóveis decida sobre a possibilidade da averbação retificadora.

13. A certidão de matrícula expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, no Estado de São Paulo

- (A) deve ser fornecida no prazo máximo de 2 dias úteis.
- (B) pode ser solicitada somente pelos interessados constantes do registro.
- (C) pode ser, a critério do Oficial, confeccionada com utilização de papel de segurança fornecido por empresa especializada.
- (D) dá ensejo à cobrança reduzida dos emolumentos devidos quando objetive unidade habitacional integrante de programa habitacional de interesse social, localizado em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, ou de outra forma definido pelo Município como de interesse social.

14. O tombamento provisório de bens imóveis

(A) deve ser registrado, em seu inteiro teor, no Livro n.o 3 – Registro Auxiliar.
(B) somente pode ingressar no fôlio real quando da sua conversão em tombamento definitivo.
(C) pode ser averbado à margem da transcrição ou na matrícula do imóvel tombado mediante apresentação de certidão do correspondente ato administrativo ou legislativo ou de mandado judicial, conforme o caso, e desde que atendidos os requisitos previstos no Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo acerca do assunto.

(D) pode ser averbado à margem da transcrição ou na matrícula do imóvel tombado mediante simples comunicação via ofício expedido pelo órgão competente federal, estadual ou municipal, do serviço de proteção ao patrimônio histórico e artístico, contendo menção ao número do cadastro municipal do imóvel.

15. O art. 31-B da Lei n.o 4.591/64, acrescentado pela Lei n.o 10.931/2004, dispõe: “*Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.*” Essa averbação continuará produzindo efeitos até a

(A) averbação da construção e o registro da instituição e especificação de condomínio quando, então, automaticamente, o Oficial de Registro de Imóveis deverá averbar o cancelamento do patrimônio de afetação.

(B) expedição do “habite-se” ou “auto de conclusão” do prédio construído.

(C) conclusão da obra por parte do construtor ou incorporador e a averbação da construção do prédio mediante a apresentação do “habite-se” ou “auto de conclusão”.

(D) averbação da construção, registro dos títulos de domínio ou de direito de aquisição em nome dos respectivos adquirentes e, quando for o caso, extinção das obrigações do incorporador perante a instituição financiadora do empreendimento.

16. Quanto à formalização dos atos previstos na Lei n.o 11.441/07,

I. com o advento da EC 66/10 ficou inviabilizada a possibilidade de restabelecimento de sociedades conjugais por escrituras públicas de casais já separados;

II. não se admite escritura de inventário negativo;

III. se a companheira for a única herdeira, não será possível lavrar-se o inventário extrajudicial.

(A) Apenas o item III está correto.

(B) Apenas os itens I e II estão corretos.

(C) Apenas os itens II e III estão corretos.

(D) Todos os itens estão corretos.

17. Sobre os inventários e partilhas extrajudiciais, é correto afirmar que

(A) a existência de credor do espólio impedirá a realização do inventário e partilha ou adjudicação por escritura pública.

(B) é obrigatória a nomeação de interessado na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio, com poderes de inventariante, no cumprimento de obrigações ativas ou passivas pendentes.

(C) é inadmissível a sobrepartilha por escritura pública referente a inventário e partilha judicial já findos.

(D) é inadmissível reconhecer a meação do(a) companheiro(a) sobrevivente, ainda que exista unanimidade entre os herdeiros reconhecendo a união estável.

18. Sobre os prazos de validade de procuração utilizada em escritura, de acordo com previsão nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em divórcios, outorgada por um dos divorciandos, seu prazo de validade é de

(A) 90 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(B) 180 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(C) 1 ano, contado da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(D) 60 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

19. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, são praticados os seguintes atos:

(A) registro de associações religiosas e autenticações de livros de sociedades empresárias.

(B) registro de fundações de direito público e privado e autenticações de livros de sociedades simples.

(C) registro de associações religiosas e matrícula de oficinas impressoras.

(D) registro de autônomos que explorem atividade econômica e de associações públicas.

20. Ao examinar o estatuto de uma associação, o oficial registrador civil de pessoa jurídica deverá emitir nota devolutiva quando o estatuto

(A) estabelecer categorias de associados com vantagens especiais.

(B) omitir a forma de aprovação das contas.

(C) estabelecer o *quorum* qualificado de três quartos dos associados para realizar qualquer alteração estatutária.

(D) omitir forma de destinação do patrimônio quando dissolvida a associação.

21. No Registro de Títulos e Documentos, há livros obrigatórios destinados ao seu expediente. Sobre eles, é correto afirmar que

(A) é permitida a substituição do livro protocolo por sistema de fichas.

(B) é facultada a dispensa do livro de inscrição por extratos, desde que a serventia se utilize do livro de traslado integral.

(C) é possível a dispensa do uso do livro de traslado integral na hipótese de utilizar-se pasta classificadora de cópias reprográficas dos documentos.

(D) há possibilidade de dispensa do livro de inscrição por extratos, desde que a serventia se utilize de serviços de microfilmagem.

22. A respeito do registro de títulos e documentos de origem estrangeira, assinale a alternativa correta.

(A) O Livro B não permite o registro de documentos escritos em língua estrangeira.

- (B) Podem ser registrados na sua língua original, no livro "A".
- (C) Devem ser traduzidos para português para o registro no Livro C.
- (D) O Livro D permite o registro, desde que adotados os caracteres latinos.

23. Assinale a alternativa que possua apenas requisitos do assento de nascimento, segundo as normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

(A) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; ordem de filiação em caso de existirem irmãos que não sejam gemelares, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(B) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, o estado civil e a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(C) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(D) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, Unidade de Serviço de casamento dos pais; a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

24. Quanto à emancipação voluntária, é correto afirmar que deverá ser lavrada perante um Tabelião de Notas,

- (A) e averbada perante o Oficial do Registro Civil da comarca do domicílio do emancipado para inscrição no Livro E.
- (B) ou feita mediante instrumento particular, registrada perante o Oficial do Registro Civil da sede da comarca do domicílio do emancipado para registro no Livro E e anotada no Livro de nascimento do emancipado.
- (C) e averbada no Livro A.
- (D) registrada perante o Oficial do Registro Civil da sede da comarca do domicílio do emancipado para registro no Livro E e anotada no Livro de nascimento do emancipado.

25. Para fins de Registro Civil e Notas, podem ser considerados *documento de identidade*:

- (A) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, e R.G., apenas.
- (B) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, R.G., Passaporte, Carteira de Trabalho (CTPS) e carteira de exercício profissional emitida pelos órgãos criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75.
- (C) R.G., passaporte e Carteira de Trabalho (CTPS).
- (D) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, R.G., passaporte e carteira de exercício profissional emitida pelos órgãos criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75.

26. A propósito dos emolumentos, custas e despesas das unidades do serviço notarial e de registro, o delegado poderá formular consulta por escrito ao Juiz Corregedor Permanente para dirimir dúvida?

- (A) Sim, de caráter genérico, sobre cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.
- (B) Não, a Corregedoria Permanente não é órgão consultivo.
- (C) Não, a Corregedoria Permanente só aprecia consulta para dirimir dúvida formulada pelo usuário do serviço.
- (D) Sim, em casos de caráter específico, sobre a cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.

27. Segundo a Lei n.º 8.935/94, são respectivamente, um direito e um dever do notário ou oficial registrador:

- (A) facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas e percepção integral dos emolumentos.
- (B) exercer opção em caso de desmembramento de sua serventia e proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada.
- (C) organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar e dar recibo dos emolumentos percebidos quando solicitado.
- (D) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão e encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva.

28. Quanto à conversão da união estável em casamento é correto afirmar-se que deve ser lavrada

- (A) no Livro C.
- (B) no livro B-Auxiliar.
- (C) no Livro B.
- (D) no Livro D.

29. As unidades do serviço notarial e de registro possuirão os seguintes classificadores obrigatórios:

(A) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida pessoal dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos

e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(B) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e Associação dos Magistrados Brasileiros; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(C) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recebimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(D) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

30. De acordo com a Lei Paulista n.º 11.331/2002, o notário ou o registrador deverá recolher a contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, componente dos emolumentos até o primeiro dia útil subsequente ao

- (A) da prática do ato.
- (B) da semana de referência do ato praticado.
- (C) da quinzena de referência do ato praticado.
- (D) do mês de referência do ato praticado.

Direito Tributário

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) Autarquia federal não está sujeita ao pagamento de taxa de coleta de lixo instituída pelo Município.
- (B) À União é defeso cobrar IOF nas operações financeiras realizadas pelo Município.
- (C) Valorização decorrente de obra pública municipal, de imóvel pertencente ao Estado de São Paulo, não pode ser fato gerador de contribuição de melhoria cobrada pelo município.
- (D) A imunidade ou a isenção tributária do comprador se estende ao produtor, contribuinte do imposto sobre produtos industrializados.

32. O Princípio da Anterioridade Nonagesimal, objeto da Emenda Constitucional 42, de 19 de dezembro de 2003, aplica-se à fixação da base de cálculo do

- (A) ITR e ao aumento da alíquota do ICMS.
- (B) ITBI e ao aumento da alíquota do IRPF.
- (C) IPVA e ao aumento da alíquota do IPI.
- (D) IPTU e ao aumento de alíquota do IOF.

33. Segundo o Código Tributário Nacional, a certidão será positiva com efeitos de negativa quando indicar a existência de créditos

- (A) com exigibilidade excluída.
- (B) ainda não constituídos.
- (C) em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora.
- (D) vencidos, mas ainda não inscritos em dívida ativa.

34. Atendidas as demais condições estabelecidas na Constituição Federal, é possível a utilização de Medida Provisória para instituição de

- (A) imposto residual.
- (B) taxa.
- (C) imposto sobre grandes fortunas.
- (D) empréstimo compulsório.

35. Acerca do ITCMD incidente nos inventários, é correto afirmar que

- (A) para cada falecimento ocorre um fato gerador, independentemente do número de herdeiros ou legatários.
- (B) o ITCMD é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura do inventário.
- (C) suas alíquotas mínimas serão fixadas pelo Senado Federal.
- (D) a escolha do tabelião que lavrará o inventário influencia o elemento espacial do fato gerador.

Direito Constitucional

- 36.** A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para
(A) repelir a propaganda de conceitos nocivos à Nação.
(B) pôr termo a greve prolongada que perturbe a ordem pública.
(C) manter a integridade nacional.
(D) impedir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- 37.** Compete ao Conselho da República
(A) manifestar-se nos processos de improbidade administrativa.
(B) decretar intervenção federal.
(C) decretar o estado de sítio.
(D) pronunciar-se sobre o estado de defesa.
- 38.** No Distrito Federal, o órgão de representação do Poder Legislativo é
(A) a Câmara Legislativa do Distrito Federal.
(B) a Câmara de Deputados do Distrito Federal.
(C) a Câmara Distrital de Brasília.
(D) o Congresso Distrital de Brasília.
- 39.** Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos
(A) no Registro Público competente.
(B) na Junta Eleitoral da Circunscrição Nacional.
(C) no Tribunal Superior Eleitoral.
(D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 40.** Sobre o processo legislativo, é incorreto dizer:
(A) a Constituição Federal pode ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
(B) a Constituição Federal pode ser emendada por proposta de qualquer membro da Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.
(C) compreende, dentre outras espécies de normas, as emendas à Constituição Federal, as leis complementares e os decretos legislativos.
(D) são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- 41.** Sobre direitos políticos, é incorreto dizer:
(A) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, mas facultativos se estiverem numa das seguintes condições: (i) analfabetos ou (ii) maiores de setenta anos.
(B) a elegibilidade mínima para quaisquer cargos é de vinte e um anos.
(C) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezesesseis e menores de dezoito anos.
(D) a soberania popular é exercida mediante voto, plebiscito, referendo popular e iniciativa popular.
- 42.** Sobre as “Súmulas Vinculantes”, é correto dizer:
(A) são editadas preferencialmente pelo Supremo Tribunal Federal e, excepcionalmente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
(B) vinculam obrigatoriamente todos os membros do Poder Judiciário, excluindo-se os integrantes do Conselho Nacional de Justiça.
(C) vinculam todos os membros do Poder Judiciário sem distinção, assim como os demais Poderes (Executivo e Legislativo) e a Administração Pública de uma maneira geral.
(D) vinculam todos os membros do Poder Judiciário sem distinção, sendo orientadoras (facultativas) em relação aos demais Poderes da República e à Administração Pública em geral.
- 43.** Sobre nacionalidade, é incorreto dizer:
(A) fora dos casos previstos na Constituição Federal, a lei não poderá estabelecer diferenças entre brasileiros natos e naturalizados.
(B) são brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
(C) são brasileiros naturalizados os que adquiriram a nacionalidade brasileira na forma da lei.
(D) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais no Brasil, até atingirem a maioridade.

Direito Comercial

- 44.** A sociedade entre cônjuges é
(A) válida em qualquer regime de bens, ressalvada aos terceiros a possibilidade de demonstrar a simulação do ato.
(B) juridicamente impossível.
(C) válida se o regime de bens for comunhão universal.
(D) válida se o regime de casamento for comunhão parcial.
- 45.** Assinale a alternativa incorreta.
(A) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
(B) A cooperativa que tenha por objeto a construção e alienação de imóveis aos seus cooperados é sociedade empresária.

- (C) Independentemente de seu objeto, a sociedade por ações é sempre sociedade empresária.
(D) Na sociedade em comum, a responsabilidade dos sócios é solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.

46. Sobre o cheque, é incorreto afirmar:

- (A) o cheque com cláusula "não à ordem" ou equivalente não é transmissível por endosso ou por cessão de crédito.
(B) o cheque deve conter a assinatura do emitente ou do mandatário com poderes especiais.
(C) o cheque pode ser endossado ao próprio emitente, que por sua vez também pode fazer novo endosso.
(D) o pagamento do cheque pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro.

47. Sobre Instituições Financeiras, é incorreto afirmar:

- (A) as empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura.
(B) nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor, incide a multa moratória de 2%, conforme entendimento fixado no Superior Tribunal de Justiça.
(C) o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a renegociação de contrato bancário impede a discussão sobre ilegalidades de contratos anteriores.
(D) estão sujeitas à aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

48. Sobre os efeitos da falência disciplinada na Lei n.º 11.101/2005, é correto afirmar:

- (A) os contratos bilaterais resolvem-se pela falência, sendo vedado ao administrador judicial dar a eles cumprimento.
(B) a decretação da falência não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens ainda que o administrador entenda ser o caso de arrecadação.
(C) a decretação da falência não faz cessar o mandato judicial conferido pelo devedor falido, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão ao administrador, que poderá revogar o aludido mandato.
(D) o falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência, durante 05 anos.

49. Assinale a alternativa correta a respeito do cheque.

- (A) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, desde que não prescrita a ação cambiária.
(B) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.
(C) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 90 dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.
(D) A ação de regresso de um obrigado ao pagamento do cheque contra outro prescreve em 2 anos, contados da data em que foi demandado ou realizou o pagamento amigavelmente.

50. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta a respeito de alienação fiduciária.

- (A) O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.
(B) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária deve necessariamente indicar o valor do débito.
(C) Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.
(D) Na falência do devedor alienante, fica assegurado ao credor fiduciário o direito de pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente.

Direito Civil

51. Assinale a alternativa correta a respeito das fundações.

- (A) Para criar uma fundação, o seu instituidor deverá lavrar escritura pública, vedado o testamento.
(B) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada por unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação.
(C) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
(D) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado, mesmo se funcionarem no Distrito Federal ou em território.

52. Aquele que, trabalhando em matéria-prima em parte alheia, obtiver espécie nova, desta será proprietário, se não se puder restituir à forma anterior. A regra legal representa qual instituto?

- (A) Especificação.
(B) Confusão.
(C) Comissão.
(D) Adjunção.

53. Dá-se a novação quando

- (A) ocorre o pagamento parcial da dívida, em termos de compensação.
(B) o credor consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
(C) o credor for evicto da coisa recebida em pagamento.
(D) o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

54. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O casamento de franceses, no Brasil, poderá ser realizado no Consulado da França.

(B) Alemão residente no Brasil poderá casar-se com noiva brasileira perante a Autoridade Consular Alemã estabelecida no Brasil, regendo-se o casamento pelas leis brasileiras.

(C) Casal de brasileiros, residindo no exterior, poderá casar-se perante a Autoridade Consular brasileira.

(D) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre começo e o fim da personalidade, nome, capacidade e os direitos de família.

55. Assinale a alternativa correta.

(A) Cinco anos após o trânsito em julgado da sentença de sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

(B) A presunção de morte decorrente da ausência autoriza a viúva do ausente a casar-se novamente.

(C) O Código Civil não admite outras modalidades de presunção de morte além da ausência.

(D) Somente até o momento da abertura da sucessão definitiva o ausente poderá recuperar seus bens.

56. Assinale a alternativa que não contém bem imóvel para efeitos legais.

(A) Os materiais oriundos da demolição de um prédio e que serão destinados à venda.

(B) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

(C) As energias que tenham valor econômico.

(D) O direito à sucessão aberta.

57. A respeito dos bens públicos, é correto afirmar:

(A) os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

(B) o hospital municipal, o prédio da escola pública e o Fórum são bens de uso comum do povo.

(C) é admissível a usucapião constitucional em bens públicos.

(D) o uso comum dos bens públicos será sempre gratuito.

58. As utilidades que se retiram da coisa e lhe diminuem a quantidade, pois não se reproduzem periodicamente, são:

(A) frutos civis (rendimentos).

(B) frutos percipiendos.

(C) pertenças.

(D) produtos.

59. A declaração de vontade, cujos efeitos são pré-determinados pela lei e independem da intenção do agente, é denominada

(A) negócio jurídico de disposição.

(B) ato jurídico.

(C) negócio jurídico unilateral.

(D) contrato.

60. A respeito do mandato "em causa própria", assinale a alternativa incorreta.

(A) Extingue-se com a morte do mandante.

(B) Dispensa o mandatário de prestar contas.

(C) É ineficaz a manifestação de vontade do mandante de revogação.

(D) Permite que o mandatário transfira para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato.

61. A consequência da estipulação de condição fisicamente impossível em negócio jurídico é:

(A) considera-se inexistente a condição, se for suspensiva.

(B) nulidade do negócio, se a condição for resolutiva.

(C) nulidade do negócio, se a condição for suspensiva.

(D) considera-se inexistente a condição, seja suspensiva ou resolutiva.

62. Analise as seguintes proposições.

I. O donatário de imóvel com condição resolutiva, na pendência da condição, pode ingressar com ação possessória contra esbulhador do bem.

II. O encargo ilícito ou impossível considera-se não escrito, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que torna nulo o negócio.

III. Na doação modal em benefício da coletividade, o Ministério Público pode exigir a execução do encargo, conquanto já falecido o doador sem ter exigido o cumprimento.

IV. O doador, na doação com encargo, não pode revogar a liberalidade em razão do descumprimento do encargo, apenas pode demandar sua execução.

Assinale a alternativa correta.

(A) Todas são verdadeiras.

(B) Apenas a IV é falsa.

(C) Apenas a I e a IV são falsas.

(D) Apenas a II é verdadeira.

63. Analise as proposições.

I. É nulo o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.

II. É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.

III. É nulo o casamento por incompetência da autoridade celebrante.

IV. É nulo o casamento de jovem com 17 anos completos, realizado sem autorização dos seus pais.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I, II e IV são corretas.
- (B) Todas são corretas.
- (C) Todas são falsas.
- (D) Apenas a II é verdadeira.

64. Assinale a alternativa incorreta a respeito do regime de comunhão parcial.

- (A) Entram na comunhão os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do matrimônio.
- (B) Exclui-se da comunhão a herança recebida pelo cônjuge na constância do casamento.
- (C) Entra na comunhão a doação recebida pelo cônjuge na constância do matrimônio.
- (D) Entra na comunhão o prêmio de loteria que o cônjuge ganhou.

65. Assinale a alternativa incorreta a respeito do reconhecimento de filhos.

- (A) O reconhecimento de filho por testamento deve constar de disposição específica, não sendo válido reconhecimento manifestado incidentalmente.
- (B) O reconhecimento poderá ser feito por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.
- (C) O reconhecimento de filho maior depende de seu consentimento.
- (D) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.

66. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É ineficaz o pacto antenupcial se não se seguir o casamento.
- (B) A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime obrigatório de separação de bens.
- (C) O pacto antenupcial poderá ser feito por escritura pública ou instrumento particular autêntico, registrado no Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
- (D) O pacto antenupcial, para produzir efeitos perante terceiros, deverá ser registrado no Registro de Imóveis do domicílio dos nubentes.

67. Assinale a alternativa correta a respeito do condomínio edilício.

- (A) A instituição é ato solene, somente pode ser realizada por escritura pública.
- (B) É possível determinar na escritura de constituição do condomínio que o terraço de cobertura não seja parte comum do prédio.
- (C) A Convenção que constitui o condomínio deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, metade das frações ideais.
- (D) Num edifício de apartamentos é vedada a alienação de garagem de um condômino a outro.

68. Assinale a alternativa incorreta a respeito da aquisição da propriedade imóvel.

- (A) O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.
- (B) A aquisição *causa mortis* não depende de registro do título.
- (C) A presunção que decorre do registro do título translativo não é absoluta, podendo ser objeto de anulação.
- (D) Não é possível cancelar o registro em prejuízo do terceiro adquirente de boa-fé.

69. Sobre hipoteca é incorreto afirmar que

- (A) não podem ser objeto de hipoteca o domínio direto, o domínio útil e o direito real de uso.
- (B) pode convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
- (C) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- (D) a hipoteca pode ser constituída para garantia de dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido.

70. Assinale a alternativa incorreta quanto ao tema da extinção das obrigações.

- (A) O fiador não pode compensar seu débito com o débito que o credor tem para com o afiançado.
- (B) A dívida oriunda de comodato não admite compensação.
- (C) Se o credor for evicto na coisa recebida em dação em pagamento, restabelece-se a obrigação original, ficando sem efeito a quitação.
- (D) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

Direito Processual Civil

71. Sobre a resposta do réu, é correto afirmar:

- (A) antes de discutir o mérito, o réu poderá discutir pagamento, transação, compensação e fatos que levem à extinção da obrigação.
- (B) o prazo para contestar é de 15 dias, ainda que vários réus com advogados distintos.
- (C) a reconvenção é incabível na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.
- (D) antes de discutir o mérito, o réu poderá discutir pressupostos processuais, tais como inexistência de citação e incompetência absoluta.

72. Sobre recursos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O recurso adesivo será admitido na apelação, mas não será conhecido se o recurso principal for declarado deserto.
- (B) O recurso adesivo será admitido na apelação, mas não será conhecido se houver desistência ou improvemento do recurso principal.

(C) No Juizado Especial Cível, como regra, o recurso terá somente o efeito devolutivo. A atribuição de efeito suspensivo será excepcional, se provada situação de dano irreparável.

(D) No Juizado Especial Cível, os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de 05 dias, contados da ciência da decisão. Quando interpostos contra sentença, suspendem o prazo para recurso.

73. Sobre a execução, assinale a alternativa incorreta.

(A) Após a avaliação e antes mesmo das hastas públicas, o credor poderá requerer a adjudicação dos bens em seu favor. Se o valor da dívida for inferior ao da avaliação, caberá ao credor completar a diferença.

(B) Quando a avaliação do bem revelar que ele é muito superior à dívida, ouvidas as partes, o juiz mandará reduzir a penhora a bens disponíveis e que satisfaçam a execução.

(C) As hastas públicas serão realizadas por leiloeiro público, que não poderá ser indicado pelo credor, pois se trata de função de confiança do Juízo, a quem competirá inclusive a fixação da comissão.

(D) Quando o exequente aceita a estimativa feita pelo executado sobre o valor do bem penhorado, desnecessária a avaliação judicial.

74. No processo cautelar, é correto dizer que

(A) o sequestro tem lugar quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.

(B) o arresto, a busca e apreensão, o sequestro e a interpelação são medidas de natureza constritiva.

(C) cabe à parte propor a ação principal, no prazo de 30 dias, contados da efetivação da medida cautelar, quando ela for concedida em procedimento preparatório.

(D) o arresto subsiste ainda que se dê a novação da dívida.

75. Assinale a alternativa correta.

(A) Na ação renovatória de contrato de locação, os recursos terão efeitos devolutivo e suspensivo.

(B) Na ação de despejo por falta de pagamento, será concedida liminar para desocupação em 15 dias e independentemente de audiência da parte contrária, mediante caução, se provado que o contrato não previa garantia, ou se a garantia estivesse encerrada ou extinta.

(C) A ação revisional de aluguel traduz exclusivo direito de o locador elevar o valor do aluguel para o valor de mercado.

(D) Na procedência da ação renovatória, as diferenças dos aluguéis vencidos serão executadas em ação própria, sendo vedada a cobrança nos próprios autos.

76. Sobre o Código de Defesa do Consumidor, assinale a incorreta.

(A) Nas ações de responsabilidade do fornecedor por produtos e serviços, a ação poderá ser promovida no foro do domicílio autor (consumidor).

(B) O art. 6.º, inciso VIII, da Lei n.º 8.078/90, cuida da inversão do ônus da prova operada pelo juiz.

(C) O art. 14, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.078/90, atribuiu ao fornecedor o ônus de provar a inexistência do defeito do serviço, a culpa exclusiva do consumidor ou do terceiro.

(D) A defesa dos direitos e interesses individuais divisíveis e decorrentes de origens variáveis poderá ser efetivada coletivamente, respeitada a legitimidade do art. 82 da Lei n.º 8.078/90.

Direito Penal

77. Qual o tipo penal consistente na prática de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja?

(A) Falso reconhecimento de firma ou letra.

(B) Falsidade ideológica.

(C) Petrechos de falsificação.

(D) Falsidade documental.

78. Assinale a alternativa correta.

São considerados crimes hediondos

(A) o perigo de contágio de moléstia grave, extorsão.

(B) o latrocínio, extorsão mediante sequestro, estupro.

(C) o sequestro e cárcere privado.

(D) o homicídio, o aborto e o infanticídio.

79. O crime de concussão, art. 316 do Código Penal, é

(A) crime formal.

(B) crime material.

(C) crime habitual.

(D) crime de conduta especial.

80. Assinale a alternativa incorreta.

(A) A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.

(B) O curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença condenatória recorrível.

(C) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.

(D) A prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

81. O funcionário público processado criminalmente por prática de crime funcional tem direito às regras do art. 514 do Código de Processo Penal, defesa preliminar,

- (A) quando for maior de sessenta anos.
- (B) somente se não for reincidente.
- (C) quando, tendo praticado mais de um crime, a soma das penas não ultrapasse quatro anos de reclusão.
- (D) sempre que o delito for afiançável.

82. Assinale a alternativa que não indica causa de extinção da punibilidade.

- (A) Perdão aceito nos crimes de ação privada.
- (B) Retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso.
- (C) Casamento do agente com a vítima, no crime de estupro.
- (D) Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

Direito Processual Penal

83. Transitando em julgado a sentença que impuser pena privativa de liberdade, se o réu já estiver preso, ou vier a ser preso, para o cumprimento da pena, o juiz ordenará a expedição de

- (A) Ordem de prisão confirmatória.
- (B) Carta de ordem.
- (C) Mandado de prisão.
- (D) Carta de guia.

84. Assinale a alternativa correta.

Qual o recurso cabível das decisões de absolvição sumária e impronúncia?

- (A) Apelação.
- (B) Recurso em sentido estrito.
- (C) Agravo.
- (D) Nenhuma das alternativas anteriores.

Direito Administrativo

85. O atraso injustificado na execução do contrato administrativo sujeitará o contratado

(A) à suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 05 anos.

(B) ao pagamento de multa, independentemente de previsão no ato convocatório e no contrato administrativo.

(C) à perda total da garantia do respectivo contrato cumulativamente com a incidência da multa.

(D) à rescisão unilateral do contrato pela Administração, sem prejuízo de outras sanções previstas na lei.

86. Sobre improbidade administrativa disciplinada na Lei n.º 8.429/92, é incorreto afirmar:

(A) o sucessor daquele que causou lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da referida lei, notadamente o ressarcimento ao erário, até os limites da herança.

(B) o ressarcimento integral do erário não é exigido quando o agente tenha causado o prejuízo sem dolo.

(C) não poderá haver conciliação, acordo ou transação na ação cautelar de sequestro de bens e na ação principal (de ressarcimento ou recuperação de bens para o erário).

(D) constitui ato de improbidade administrativa facilitar ou concorrer de qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial do Estado ou de entidade pública.

87. Sobre a administração indireta, é correto afirmar que

(A) as sociedades de economia mista e as fundações públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não precisam respeitar o princípio da publicidade.

(B) as causas cíveis em que é parte a sociedade de economia mista são de competência da Justiça Federal.

(C) autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

(D) a fundação, por desempenhar atividade no âmbito social, não está sujeita ao controle administrativo ou tutela por parte da administração direta, sendo, por isso, dotada de autoadministração.

88. O exercício estatal de provimento de cargos e movimentação de funcionários, as autorizações e permissões constituem modalidade de atos

(A) administrativos de conservação de serviços públicos.

(B) de rotina administrativa.

(C) de expediente.

(D) de gestão.

89. A divulgação oficial do ato administrativo, para conhecimento e início de seus efeitos externos, a título de publicidade, é considerada

(A) requisito de eficácia e moralidade.

(B) elemento formativo do ato.

(C) condição para convalidar atos irregulares.

(D) exigência administrativa facultativa.

90. Em relação à revogação administrativa de ato legal, eficaz e perfeito, assinale o enunciado juridicamente correto.

- (A) Consideram-se válidos os efeitos produzidos pelo ato revogado até o momento da revogação.
- (B) A revogação funda-se no poder vinculado conferido à administração pública.
- (C) A revogação opera com efeito *ex tunc*.
- (D) Em princípio, nem todo ato administrativo é revogável.

91. A anulação dos atos administrativos pela própria administração pública representa a forma normal de invalidação de atividade ilegítima do poder público. Em que se funda essa faculdade?

- (A) Em razão de conveniência e oportunidade.
- (B) No poder de autotutela do Estado.
- (C) No poder arbitrário da administração.
- (D) No poder de fiscalização hierárquica.

92. Em matéria de contrato administrativo, o que se entende por cláusulas exorbitantes?

- (A) As que conferem certas vantagens ao particular, como o uso especial de bem público.
- (B) As que estabelecem uma prerrogativa em favor do contratado particular, sem atender ao interesse público.
- (C) As que extrapolam a vontade das partes.
- (D) As que excedem do direito comum, para consignarem uma vantagem ou uma restrição à administração ou ao contratado.

Versão 3 (GABARITO)

1 - A	2 - C	3 - B	4 - A	5 - D	6 - D	7 - C	8 - B	9 - A	10 - B
11 - A	12 - C	13 - D	14 - C	15 - D	16 - A	17 - B	18 - A	19 - C	20 - B
21 - D	22 - C	23 - C	24 - D	25 - D	26 - A	27 - B	28 - C	29 - D	30 - B
31 - B	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - C	37 - D	38 - A	39 - C	40 - B
41 - B	42 - C	43 - D	44 - D	45 - B	46 - A	47 - C	48 - C	49 - A	50 - B
51 - C	52 - A	53 - D	54 - B	55 - B	56 - A	57 - A	58 - D	59 - B	60 - A
61 - C	62 - B	63 - D	64 - C	65 - A	66 - C	67 - B	68 - D	69 - A	70 - A
71 - D	72 - B	73 - C	74 - C	75 - B	76 - D	77 - A	78 - B	79 - A	80 - C
81 - D	82 - C	83 - D	84 - A	85 - D	86 - B	87 - C	88 - D	89 - A	90 - A
91 - B	92 - D								

VERSÃO 04

Conhecimentos Gerais

01. A Estação Júlio Prestes foi reformada para, desde 1999, abrigar a sede

- (A) do Tribunal de Justiça de São Paulo.
- (B) do Governo do Estado de São Paulo.
- (C) da Prefeitura do Município de São Paulo.
- (D) da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

02. Assinale a alternativa que contém Estado não integrante da Região Norte.

- (A) Maranhão.
- (B) Tocantins.
- (C) Rondônia.
- (D) Amapá.

03. A guerra dos Canudos foi o confronto entre os integrantes de um movimento popular de ideologia sociorreligiosa e o exército brasileiro, liderado por

- (A) Manuel da Silva Pires Ferreira.
- (B) Antonio Vicente Mendes Maciel.
- (C) Antonio Moreira César.
- (D) Febrônio de Brito.

04. A Presidente Dilma Vana Rousseff é nascida em

- (A) Curitiba e formada em ciências sociais.
- (B) Porto Alegre e formada em arquitetura.
- (C) Belo Horizonte e formada em economia.
- (D) Natal e formada em medicina.

05. Victor Brecheret, autor do "Monumento às Bandeiras", localizado no Ibirapuera, em São Paulo-SP, era

- (A) paulistano e escultor.
- (B) veneziano e arquiteto.
- (C) parisiense e engenheiro.
- (D) romano e artista plástico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

- 06.** Sobre nacionalidade, é incorreto dizer:
- (A) fora dos casos previstos na Constituição Federal, a lei não poderá estabelecer diferenças entre brasileiros natos e naturalizados.
 - (B) são brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
 - (C) são brasileiros naturalizados os que adquiram a nacionalidade brasileira na forma da lei.
 - (D) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais no Brasil, até atingirem a maioridade.
- 07.** Sobre as “Súmulas Vinculantes”, é correto dizer:
- (A) são editadas preferencialmente pelo Supremo Tribunal Federal e, excepcionalmente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) vinculam obrigatoriamente todos os membros do Poder Judiciário, excluindo-se os integrantes do Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) vinculam todos os membros do Poder Judiciário sem distinção, assim como os demais Poderes (Executivo e Legislativo) e a Administração Pública de uma maneira geral.
 - (D) vinculam todos os membros do Poder Judiciário sem distinção, sendo orientadoras (facultativas) em relação aos demais Poderes da República e à Administração Pública em geral.
- 08.** Sobre direitos políticos, é incorreto dizer:
- (A) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, mas facultativos se estiverem numa das seguintes condições: (i) analfabetos ou (ii) maiores de setenta anos.
 - (B) a elegibilidade mínima para quaisquer cargos é de vinte e um anos.
 - (C) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - (D) a soberania popular é exercida mediante voto, plebiscito, referendo popular e iniciativa popular.
- 09.** Sobre o processo legislativo, é incorreto dizer:
- (A) a Constituição Federal pode ser emendada mediante proposta do Presidente da República.
 - (B) a Constituição Federal pode ser emendada por proposta de qualquer membro da Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.
 - (C) compreende, dentre outras espécies de normas, as emendas à Constituição Federal, as leis complementares e os decretos legislativos.
 - (D) são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- 10.** Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos
- (A) no Registro Público competente.
 - (B) na Junta Eleitoral da Circunscrição Nacional.
 - (C) no Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 11.** No Distrito Federal, o órgão de representação do Poder Legislativo é
- (A) a Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - (B) a Câmara de Deputados do Distrito Federal.
 - (C) a Câmara Distrital de Brasília.
 - (D) o Congresso Distrital de Brasília.
- 12.** Compete ao Conselho da República
- (A) manifestar-se nos processos de improbidade administrativa.
 - (B) decretar intervenção federal.
 - (C) decretar o estado de sítio.
 - (D) pronunciar-se sobre o estado de defesa.
- 13.** A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para
- (A) repelir a propaganda de conceitos nocivos à Nação.
 - (B) pôr termo a greve prolongada que perturbe a ordem pública.
 - (C) manter a integridade nacional.
 - (D) impedir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

Direito Administrativo

- 14.** Em matéria de contrato administrativo, o que se entende por cláusulas exorbitantes?
- (A) As que conferem certas vantagens ao particular, como o uso especial de bem público.
 - (B) As que estabelecem uma prerrogativa em favor do contratado particular, sem atender ao interesse público.
 - (C) As que extrapolam a vontade das partes.
 - (D) As que excedem do direito comum, para consignarem uma vantagem ou uma restrição à administração ou ao contratado.
- 15.** A anulação dos atos administrativos pela própria administração pública representa a forma normal de invalidação de atividade ilegítima do poder público. Em que se funda essa faculdade?

- (A) Em razão de conveniência e oportunidade.
- (B) No poder de autotutela do Estado.
- (C) No poder arbitrário da administração.
- (D) No poder de fiscalização hierárquica.

16. Em relação à revogação administrativa de ato legal, eficaz e perfeito, assinale o enunciado juridicamente correto.

- (A) Consideram-se válidos os efeitos produzidos pelo ato revogado até o momento da revogação.
- (B) A revogação funda-se no poder vinculado conferido à administração pública.
- (C) A revogação opera com efeito *ex tunc*.
- (D) Em princípio, nem todo ato administrativo é revogável.

17. A divulgação oficial do ato administrativo, para conhecimento e início de seus efeitos externos, a título de publicidade, é considerada

- (A) requisito de eficácia e moralidade.
- (B) elemento formativo do ato.
- (C) condição para convalidar atos irregulares.
- (D) exigência administrativa facultativa.

18. O exercício estatal de provimento de cargos e movimentação de funcionários, as autorizações e permissões constituem modalidade de atos

- (A) administrativos de conservação de serviços públicos.
- (B) de rotina administrativa.
- (C) de expediente.
- (D) de gestão.

19. Sobre a administração indireta, é correto afirmar que

- (A) as sociedades de economia mista e as fundações públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não precisam respeitar o princípio da publicidade.
- (B) as causas cíveis em que é parte a sociedade de economia mista são de competência da Justiça Federal.
- (C) autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.
- (D) a fundação, por desempenhar atividade no âmbito social, não está sujeita ao controle administrativo ou tutela por parte da administração direta, sendo, por isso, dotada de autoadministração.

20. Sobre improbidade administrativa disciplinada na Lei n.º 8.429/92, é incorreto afirmar:

- (A) o sucessor daquele que causou lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da referida lei, notadamente o ressarcimento ao erário, até os limites da herança.
- (B) o ressarcimento integral do erário não é exigido quando o agente tenha causado o prejuízo sem dolo.
- (C) não poderá haver conciliação, acordo ou transação na ação cautelar de sequestro de bens e na ação principal (de ressarcimento ou recuperação de bens para o erário).
- (D) constitui ato de improbidade administrativa facilitar ou concorrer de qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial do Estado ou de entidade pública.

21. O atraso injustificado na execução do contrato administrativo sujeitará o contratado

- (A) à suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 05 anos.
- (B) ao pagamento de multa, independentemente de previsão no ato convocatório e no contrato administrativo.
- (C) à perda total da garantia do respectivo contrato cumulativamente com a incidência da multa.
- (D) à rescisão unilateral do contrato pela Administração, sem prejuízo de outras sanções previstas na lei.

Direito Comercial

22. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta a respeito de alienação fiduciária.

- (A) O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.
- (B) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária deve necessariamente indicar o valor do débito.
- (C) Cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.
- (D) Na falência do devedor alienante, fica assegurado ao credor fiduciário o direito de pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente.

23. Assinale a alternativa correta a respeito do cheque.

- (A) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, desde que não prescrita a ação cambiária.
- (B) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.
- (C) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 90 dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.

(D) A ação de regresso de um obrigado ao pagamento do cheque contra outro prescreve em 2 anos, contados da data em que foi demandado ou realizou o pagamento amigavelmente.

24. Sobre os efeitos da falência disciplinada na Lei n.º 11.101/2005, é correto afirmar:

- (A) os contratos bilaterais resolvem-se pela falência, sendo vedado ao administrador judicial dar a eles cumprimento.
- (B) a decretação da falência não suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens ainda que o administrador entenda ser o caso de arrecadação.
- (C) a decretação da falência não faz cessar o mandato judicial conferido pelo devedor falido, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão ao administrador, que poderá revogar o aludido mandato.
- (D) o falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência, durante 05 anos.

25. Sobre Instituições Financeiras, é incorreto afirmar:

- (A) as empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura.
- (B) nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor, incide a multa moratória de 2%, conforme entendimento fixado no Superior Tribunal de Justiça.
- (C) o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a renegociação de contrato bancário impede a discussão sobre ilegalidades de contratos anteriores.
- (D) estão sujeitas à aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

26. Sobre o cheque, é incorreto afirmar:

- (A) o cheque com cláusula "não à ordem" ou equivalente não é transmissível por endosso ou por cessão de crédito.
- (B) o cheque deve conter a assinatura do emitente ou do mandatário com poderes especiais.
- (C) o cheque pode ser endossado ao próprio emitente, que por sua vez também pode fazer novo endosso.
- (D) o pagamento do cheque pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro.

27. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (B) A cooperativa que tenha por objeto a construção e alienação de imóveis aos seus cooperados é sociedade empresária.
- (C) Independentemente de seu objeto, a sociedade por ações é sempre sociedade empresária.
- (D) Na sociedade em comum, a responsabilidade dos sócios é solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.

28. A sociedade entre cônjuges é

- (A) válida em qualquer regime de bens, ressalvada aos terceiros a possibilidade de demonstrar a simulação do ato.
- (B) juridicamente impossível.
- (C) válida se o regime de bens for comunhão universal.
- (D) válida se o regime de casamento for comunhão parcial.

Direito Tributário

29. Acerca do ITCMD incidente nos inventários, é correto afirmar que

- (A) para cada falecimento ocorre um fato gerador, independentemente do número de herdeiros ou legatários.
- (B) o ITCMD é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura do inventário.
- (C) suas alíquotas mínimas serão fixadas pelo Senado Federal.
- (D) a escolha do tabelião que lavrará o inventário influencia o elemento espacial do fato gerador.

30. Atendidas as demais condições estabelecidas na Constituição Federal, é possível a utilização de Medida Provisória para instituição de

- (A) imposto residual.
- (B) taxa.
- (C) imposto sobre grandes fortunas.
- (D) empréstimo compulsório.

31. Segundo o Código Tributário Nacional, a certidão será positiva com efeitos de negativa quando indicar a existência de créditos

- (A) com exigibilidade excluída.
- (B) ainda não constituídos.
- (C) em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora.
- (D) vencidos, mas ainda não inscritos em dívida ativa.

32. O Princípio da Anterioridade Nonagesimal, objeto da Emenda Constitucional 42, de 19 de dezembro de 2003, aplica-se à fixação da base de cálculo do

- (A) ITR e ao aumento da alíquota do ICMS.
- (B) ITBI e ao aumento da alíquota do IRPF.
- (C) IPVA e ao aumento da alíquota do IPI.
- (D) IPTU e ao aumento de alíquota do IOF.

33. Assinale a alternativa correta.

- (A) Autarquia federal não está sujeita ao pagamento de taxa de coleta de lixo instituída pelo Município.

- (B) À União é defeso cobrar IOF nas operações financeiras realizadas pelo Município.
(C) Valorização decorrente de obra pública municipal, de imóvel pertencente ao Estado de São Paulo, não pode ser fato gerador de contribuição de melhoria cobrada pelo município.
(D) A imunidade ou a isenção tributária do comprador se estende ao produtor, contribuinte do imposto sobre produtos industrializados.

Direito Processual Penal

- 34.** Assinale a alternativa correta.
Qual o recurso cabível das decisões de absolvição sumária e impronúncia?
(A) Apelação.
(B) Recurso em sentido estrito.
(C) Agravo.
(D) Nenhuma das alternativas anteriores.
- 35.** Transitando em julgado a sentença que impuser pena privativa de liberdade, se o réu já estiver preso, ou vier a ser preso, para o cumprimento da pena, o juiz ordenará a expedição de
(A) Ordem de prisão confirmatória.
(B) Carta de ordem.
(C) Mandado de prisão.
(D) Carta de guia.

Direito Penal

- 36.** Assinale a alternativa que não indica causa de extinção da punibilidade.
(A) Perdão aceito nos crimes de ação privada.
(B) Retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso.
(C) Casamento do agente com a vítima, no crime de estupro.
(D) Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.
- 37.** O funcionário público processado criminalmente por prática de crime funcional tem direito às regras do art. 514 do Código de Processo Penal, defesa preliminar,
(A) quando for maior de sessenta anos.
(B) somente se não for reincidente.
(C) quando, tendo praticado mais de um crime, a soma das penas não ultrapasse quatro anos de reclusão.
(D) sempre que o delito for afiançável.
- 38.** Assinale a alternativa incorreta.
(A) A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
(B) O curso da prescrição interrompe-se pela publicação da sentença condenatória recorrível.
(C) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.
(D) A prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena.
- 39.** O crime de concussão, art. 316 do Código Penal, é
(A) crime formal.
(B) crime material.
(C) crime habitual.
(D) crime de conduta especial.
- 40.** Assinale a alternativa correta.
São considerados crimes hediondos
(A) o perigo de contágio de moléstia grave, extorsão.
(B) o latrocínio, extorsão mediante sequestro, estupro.
(C) o sequestro e cárcere privado.
(D) o homicídio, o aborto e o infanticídio.
- 41.** Qual o tipo penal consistente na prática de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja?
(A) Falso reconhecimento de firma ou letra.
(B) Falsidade ideológica.
(C) Petrechos de falsificação.
(D) Falsidade documental.

Direito Processual Civil

- 42.** Sobre o Código de Defesa do Consumidor, assinale a incorreta.
(A) Nas ações de responsabilidade do fornecedor por produtos e serviços, a ação poderá ser promovida no foro do domicílio autor (consumidor).

- (B) O art. 6.º, inciso VIII, da Lei n.º 8.078/90, cuida da inversão do ônus da prova operada pelo juiz.
(C) O art. 14, parágrafo 3.º, da Lei n.º 8.078/90, atribuiu ao fornecedor o ônus de provar a inexistência do defeito do serviço, a culpa exclusiva do consumidor ou do terceiro.
(D) A defesa dos direitos e interesses individuais divisíveis e decorrentes de origens variáveis poderá ser efetivada coletivamente, respeitada a legitimidade do art. 82 da Lei n.º 8.078/90.

43. Assinale a alternativa correta.

- (A) Na ação renovatória de contrato de locação, os recursos terão efeitos devolutivo e suspensivo.
(B) Na ação de despejo por falta de pagamento, será concedida liminar para desocupação em 15 dias e independentemente de audiência da parte contrária, mediante caução, se provado que o contrato não previa garantia, ou se a garantia estivesse encerrada ou extinta.
(C) A ação revisional de aluguel traduz exclusivo direito de o locador elevar o valor do aluguel para o valor de mercado.
(D) Na procedência da ação renovatória, as diferenças dos aluguéis vencidos serão executadas em ação própria, sendo vedada a cobrança nos próprios autos.

44. No processo cautelar, é correto dizer que

- (A) o sequestro tem lugar quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
(B) o arresto, a busca e apreensão, o sequestro e a interpelação são medidas de natureza constritiva.
(C) cabe à parte propor a ação principal, no prazo de 30 dias, contados da efetivação da medida cautelar, quando ela for concedida em procedimento preparatório.
(D) o arresto subsiste ainda que se dê a novação da dívida.

45. Sobre a execução, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Após a avaliação e antes mesmo das hastas públicas, o credor poderá requerer a adjudicação dos bens em seu favor. Se o valor da dívida for inferior ao da avaliação, caberá ao credor completar a diferença.
(B) Quando a avaliação do bem revelar que ele é muito superior à dívida, ouvidas as partes, o juiz mandará reduzir a penhora a bens disponíveis e que satisfaçam a execução.
(C) As hastas públicas serão realizadas por leiloeiro público, que não poderá ser indicado pelo credor, pois se trata de função de confiança do Juízo, a quem competirá inclusive a fixação da comissão.
(D) Quando o exequente aceita a estimativa feita pelo executado sobre o valor do bem penhorado, desnecessária a avaliação judicial.

46. Sobre recursos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O recurso adesivo será admitido na apelação, mas não será conhecido se o recurso principal for declarado deserto.
(B) O recurso adesivo será admitido na apelação, mas não será conhecido se houver desistência ou improvimento do recurso principal.
(C) No Juizado Especial Cível, como regra, o recurso terá somente o efeito devolutivo. A atribuição de efeito suspensivo será excepcional, se provada situação de dano irreparável.
(D) No Juizado Especial Cível, os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de 05 dias, contados da ciência da decisão. Quando interpostos contra sentença, suspendem o prazo para recurso.

47. Sobre a resposta do réu, é correto afirmar:

- (A) antes de discutir o mérito, o réu poderá discutir pagamento, transação, compensação e fatos que levem à extinção da obrigação.
(B) o prazo para contestar é de 15 dias, ainda que vários réus com advogados distintos.
(C) a reconvenção é incabível na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.
(D) antes de discutir o mérito, o réu poderá discutir pressupostos processuais, tais como inexistência de citação e incompetência absoluta.

Direito Civil

48. Assinale a alternativa incorreta quanto ao tema da extinção das obrigações.

- (A) O fiador não pode compensar seu débito com o débito que o credor tem para com o afiançado.
(B) A dívida oriunda de comodato não admite compensação.
(C) Se o credor for evicto na coisa recebida em dação em pagamento, restabelece-se a obrigação original, ficando sem efeito a quitação.
(D) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

49. Sobre hipoteca é incorreto afirmar que

- (A) não podem ser objeto de hipoteca o domínio direto, o domínio útil e o direito real de uso.
(B) pode convencionar-se que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
(C) é nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
(D) a hipoteca pode ser constituída para garantia de dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido.

50. Assinale a alternativa incorreta a respeito da aquisição da propriedade imóvel.

- (A) O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.
(B) A aquisição *causa mortis* não depende de registro do título.
(C) A presunção que decorre do registro do título translativo não é absoluta, podendo ser objeto de anulação.

(D) Não é possível cancelar o registro em prejuízo do terceiro adquirente de boa-fé.

51. Assinale a alternativa correta a respeito do condomínio edilício.

- (A) A instituição é ato solene, somente pode ser realizada por escritura pública.
(B) É possível determinar na escritura de constituição do condomínio que o terraço de cobertura não seja parte comum do prédio.
(C) A Convenção que constitui o condomínio deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, metade das frações ideais.
(D) Num edifício de apartamentos é vedada a alienação de garagem de um condômino a outro.

52. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É ineficaz o pacto antenupcial se não se seguir o casamento.
(B) A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime obrigatório de separação de bens.
(C) O pacto antenupcial poderá ser feito por escritura pública ou instrumento particular autêntico, registrado no Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
(D) O pacto antenupcial, para produzir efeitos perante terceiros, deverá ser registrado no Registro de Imóveis do domicílio dos nubentes.

53. Assinale a alternativa incorreta a respeito do reconhecimento de filhos.

- (A) O reconhecimento de filho por testamento deve constar de disposição específica, não sendo válido reconhecimento manifestado incidentalmente.
(B) O reconhecimento poderá ser feito por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.
(C) O reconhecimento de filho maior depende de seu consentimento.
(D) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou ser posterior ao seu falecimento, se ele deixar descendentes.

54. Assinale a alternativa incorreta a respeito do regime de comunhão parcial.

- (A) Entram na comunhão os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do matrimônio.
(B) Exclui-se da comunhão a herança recebida pelo cônjuge na constância do casamento.
(C) Entra na comunhão a doação recebida pelo cônjuge na constância do matrimônio.
(D) Entra na comunhão o prêmio de loteria que o cônjuge ganhou.

55. Analise as proposições.

- I. É nulo o casamento de quem não completou a idade mínima para casar.
II. É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
III. É nulo o casamento por incompetência da autoridade celebrante.
IV. É nulo o casamento de jovem com 17 anos completos, realizado sem autorização dos seus pais.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas I, II e IV são corretas.
(B) Todas são corretas.
(C) Todas são falsas.
(D) Apenas a II é verdadeira.

56. Analise as seguintes proposições.

- I. O donatário de imóvel com condição resolutiva, na pendência da condição, pode ingressar com ação possessória contra esbulhador do bem.
II. O encargo ilícito ou impossível considera-se não escrito, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que torna nulo o negócio.
III. Na doação modal em benefício da coletividade, o Ministério Público pode exigir a execução do encargo, conquanto já falecido o doador sem ter exigido o cumprimento.
IV. O doador, na doação com encargo, não pode revogar a liberalidade em razão do descumprimento do encargo, apenas pode demandar sua execução.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Todas são verdadeiras.
(B) Apenas a IV é falsa.
(C) Apenas a I e a IV são falsas.
(D) Apenas a II é verdadeira.

57. A consequência da estipulação de condição fisicamente impossível em negócio jurídico é:

- (A) considera-se inexistente a condição, se for suspensiva.
(B) nulidade do negócio, se a condição for resolutiva.
(C) nulidade do negócio, se a condição for suspensiva.
(D) considera-se inexistente a condição, seja suspensiva ou resolutiva.

58. A respeito do mandato "em causa própria", assinale a alternativa incorreta.

- (A) Extingue-se com a morte do mandante.
(B) Dispensa o mandatário de prestar contas.
(C) É ineficaz a manifestação de vontade do mandante de revogação.
(D) Permite que o mandatário transfira para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato.

59. A declaração de vontade, cujos efeitos são pré-determinados pela lei e independem da intenção do agente, é denominada

- (A) negócio jurídico de disposição.
- (B) ato jurídico.
- (C) negócio jurídico unilateral.
- (D) contrato.

60. As utilidades que se retiram da coisa e lhe diminuem a quantidade, pois não se reproduzem periodicamente, são:

- (A) frutos civis (rendimentos).
- (B) frutos percipiendos.
- (C) pertencas.
- (D) produtos.

61. A respeito dos bens públicos, é correto afirmar:

- (A) os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- (B) o hospital municipal, o prédio da escola pública e o Fórum são bens de uso comum do povo.
- (C) é admissível a usucapião constitucional em bens públicos.
- (D) o uso comum dos bens públicos será sempre gratuito.

62. Assinale a alternativa que não contém bem imóvel para efeitos legais.

- (A) Os materiais oriundos da demolição de um prédio e que serão destinados à venda.
- (B) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- (C) As energias que tenham valor econômico.
- (D) O direito à sucessão aberta.

63. Assinale a alternativa correta.

(A) Cinco anos após o trânsito em julgado da sentença de sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

- (B) A presunção de morte decorrente da ausência autoriza a viúva do ausente a casar-se novamente.
- (C) O Código Civil não admite outras modalidades de presunção de morte além da ausência.
- (D) Somente até o momento da abertura da sucessão definitiva o ausente poderá recuperar seus bens.

64. Assinale a alternativa incorreta.

(A) O casamento de franceses, no Brasil, poderá ser realizado no Consulado da França.

(B) Alemão residente no Brasil poderá casar-se com noiva brasileira perante a Autoridade Consular Alemã estabelecida no Brasil, regendo-se o casamento pelas leis brasileiras.

(C) Casal de brasileiros, residindo no exterior, poderá casar-se perante a Autoridade Consular brasileira.

(D) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre começo e o fim da personalidade, nome, capacidade e os direitos de família.

65. Dá-se a novação quando

- (A) ocorre o pagamento parcial da dívida, em termos de compensação.
- (B) o credor consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- (C) o credor for evicto da coisa recebida em pagamento.
- (D) o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

66. Aquele que, trabalhando em matéria-prima em parte alheia, obtiver espécie nova, desta será proprietário, se não se puder restituir à forma anterior.

A regra legal representa qual instituto?

- (A) Especificação.
- (B) Confusão.
- (C) Comissão.
- (D) Adjunção.

67. Assinale a alternativa correta a respeito das fundações.

(A) Para criar uma fundação, o seu instituidor deverá lavrar escritura pública, vedado o testamento.

(B) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada por unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação.

(C) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

(D) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado, mesmo se funcionarem no Distrito Federal ou em território.

Registros Públicos

68. De acordo com a Lei Paulista n.º 11.331/2002, o notário ou o registrador deverá recolher a contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, componente dos emolumentos até o primeiro dia útil subsequente ao

- (A) da prática do ato.
- (B) da semana de referência do ato praticado.
- (C) da quinzena de referência do ato praticado.
- (D) do mês de referência do ato praticado.

69. As unidades do serviço notarial e de registro possuirão os seguintes classificadores obrigatórios:

(A) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida pessoal dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(B) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e Associação dos Magistrados Brasileiros; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(C) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recebimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

(D) para atos normativos e decisões do Conselho Superior da Magistratura; para atos normativos e decisões da Corregedoria Geral da Justiça; para atos normativos e decisões da Corregedoria Permanente; para arquivamento dos documentos relativos à vida funcional dos delegados e seus prepostos; para cópias de ofícios expedidos; para ofícios recebidos; para guias de custas devidas ao Estado e contribuições à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas; para guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE; para guias de recolhimento de imposto sobre a renda retido na fonte; para folhas de pagamento dos prepostos e acordos salariais; para o arquivamento dos documentos relativos à expedição de certificados digitais, quando a unidade funcionar como instalação técnica para a emissão de certificados.

70. Quanto à conversão da união estável em casamento é correto afirmar-se que deve ser lavrada

- (A) no Livro C.
- (B) no livro B-Auxiliar.
- (C) no Livro B.
- (D) no Livro D.

71. Segundo a Lei n.º 8.935/94, são respectivamente, um direito e um dever do notário ou oficial registrador:

(A) facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas e percepção integral dos emolumentos.

(B) exercer opção em caso de desmembramento de sua serventia e proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada.

(C) organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar e dar recibo dos emolumentos percebidos quando solicitado.

(D) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão e encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva.

72. A propósito dos emolumentos, custas e despesas das unidades do serviço notarial e de registro, o delegado poderá formular consulta por escrito ao Juiz Corregedor Permanente para dirimir dúvida?

- (A) Sim, de caráter genérico, sobre cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.
- (B) Não, a Corregedoria Permanente não é órgão consultivo.
- (C) Não, a Corregedoria Permanente só aprecia consulta para dirimir dúvida formulada pelo usuário do serviço.
- (D) Sim, em casos de caráter específico, sobre a cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.

73. Para fins de Registro Civil e Notas, podem ser considerados *documento de identidade*:

(A) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, e R.G., apenas.

(B) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, R.G., Passaporte, Carteira de Trabalho (CTPS) e carteira de exercício profissional emitida pelos órgãos criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75.

(C) R.G., passaporte e Carteira de Trabalho (CTPS).

(D) C.N.H. modelo atual, instituído pela Lei n.º 9.503/97, R.G., passaporte e carteira de exercício profissional emitida pelos órgãos criados por Lei Federal, nos termos da Lei n.º 6.206/75.

74. Quanto à emancipação voluntária, é correto afirmar que deverá ser lavrada perante um Tabelião de Notas,

(A) e averbada perante o Oficial do Registro Civil da comarca do domicílio do emancipado para inscrição no Livro E.

(B) ou feita mediante instrumento particular, registrada perante o Oficial do Registro Civil da sede da comarca do domicílio do emancipado para registro no Livro E e anotada no Livro de nascimento do emancipado.

(C) e averbada no Livro A.

(D) registrada perante o Oficial do Registro Civil da sede da comarca do domicílio do emancipado para registro no Livro E e anotada no Livro de nascimento do emancipado.

75. Assinale a alternativa que possua apenas requisitos do assento de nascimento, segundo as normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

(A) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; ordem de filiação em caso de existirem irmãos que não sejam gêmeos, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade,

a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(B) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, o estado civil e a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(C) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

(D) Dia, mês, ano, lugar e hora certa ou aproximada do nascimento; o sexo do registrando; o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; o prenome e o sobrenome da criança; os prenomes e os sobrenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, Unidade de Serviço de casamento dos pais; a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal; os prenomes e os sobrenomes dos avós paternos e maternos.

76. A respeito do registro de títulos e documentos de origem estrangeira, assinale a alternativa correta.

(A) O Livro B não permite o registro de documentos escritos em língua estrangeira.

(B) Podem ser registrados na sua língua original, no livro "A".

(C) Devem ser traduzidos para português para o registro no Livro C.

(D) O Livro D permite o registro, desde que adotados os caracteres latinos.

77. No Registro de Títulos e Documentos, há livros obrigatórios destinados ao seu expediente. Sobre eles, é correto afirmar que

(A) é permitida a substituição do livro protocolo por sistema de fichas.

(B) é facultada a dispensa do livro de inscrição por extratos, desde que a serventia se utilize do livro de traslado integral.

(C) é possível a dispensa do uso do livro de traslado integral na hipótese de utilizar-se pasta classificadora de cópias reprográficas dos documentos.

(D) há possibilidade de dispensa do livro de inscrição por extratos, desde que a serventia se utilize de serviços de microfilmagem.

78. Ao examinar o estatuto de uma associação, o oficial registrador civil de pessoa jurídica deverá emitir nota devolutiva quando o estatuto

(A) estabelecer categorias de associados com vantagens especiais.

(B) omitir a forma de aprovação das contas.

(C) estabelecer o *quorum* qualificado de três quartos dos associados para realizar qualquer alteração estatutária.

(D) omitir forma de destinação do patrimônio quando dissolvida a associação.

79. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, são praticados os seguintes atos:

(A) registro de associações religiosas e autenticações de livros de sociedades empresárias.

(B) registro de fundações de direito público e privado e autenticações de livros de sociedades simples.

(C) registro de associações religiosas e matrícula de oficinas impressoras.

(D) registro de autônomos que explorem atividade econômica e de associações públicas.

80. Sobre os prazos de validade de procuração utilizada em escritura, de acordo com previsão nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em divórcios, outorgada por um dos divorciandos, seu prazo de validade é de

(A) 90 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(B) 180 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(C) 1 ano, contado da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

(D) 60 dias, contados da outorga, quando lavrada em consulado brasileiro no exterior.

81. Sobre os inventários e partilhas extrajudiciais, é correto afirmar que

(A) a existência de credor do espólio impedirá a realização do inventário e partilha ou adjudicação por escritura pública.

(B) é obrigatória a nomeação de interessado na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio, com poderes de inventariante, no cumprimento de obrigações ativas ou passivas pendentes.

(C) é inadmissível a sobrepartilha por escritura pública referente a inventário e partilha judicial já findos.

(D) é inadmissível reconhecer a meação do(a) companheiro(a) sobrevivente, ainda que exista unanimidade entre os herdeiros reconhecendo a união estável.

82. Quanto à formalização dos atos previstos na Lei n.º 11.441/07, I. com o advento da EC 66/10 ficou inviabilizada a possibilidade de restabelecimento de sociedades conjugais por escrituras públicas de casais já separados;

II. não se admite escritura de inventário negativo;

III. se a companheira for a única herdeira, não será possível lavrar-se o inventário extrajudicial.

(A) Apenas o item III está correto.

- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

83. O art. 31-B da Lei n.o 4.591/64, acrescentado pela Lei n.o 10.931/2004, dispõe: “*Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno.*” Essa averbação continuará produzindo efeitos até a

- (A) averbação da construção e o registro da instituição e especificação de condomínio quando, então, automaticamente, o Oficial de Registro de Imóveis deverá averbar o cancelamento do patrimônio de afetação.
- (B) expedição do “habite-se” ou “auto de conclusão” do prédio construído.
- (C) conclusão da obra por parte do construtor ou incorporador e a averbação da construção do prédio mediante a apresentação do “habite-se” ou “auto de conclusão”.
- (D) averbação da construção, registro dos títulos de domínio ou de direito de aquisição em nome dos respectivos adquirentes e, quando for o caso, extinção das obrigações do incorporador perante a instituição financiadora do empreendimento.

84. O tombamento provisório de bens imóveis

- (A) deve ser registrado, em seu inteiro teor, no Livro n.o 3 – Registro Auxiliar.
- (B) somente pode ingressar no fôlio real quando da sua conversão em tombamento definitivo.
- (C) pode ser averbado à margem da transcrição ou na matrícula do imóvel tombado mediante apresentação de certidão do correspondente ato administrativo ou legislativo ou de mandado judicial, conforme o caso, e desde que atendidos os requisitos previstos no Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo acerca do assunto.
- (D) pode ser averbado à margem da transcrição ou na matrícula do imóvel tombado mediante simples comunicação via ofício expedido pelo órgão competente federal, estadual ou municipal, do serviço de proteção ao patrimônio histórico e artístico, contendo menção ao número do cadastro municipal do imóvel.

85. A certidão de matrícula expedida pelo Oficial de Registro de Imóveis, no Estado de São Paulo

- (A) deve ser fornecida no prazo máximo de 2 dias úteis.
- (B) pode ser solicitada somente pelos interessados constantes do registro.
- (C) pode ser, a critério do Oficial, confeccionada com utilização de papel de segurança fornecido por empresa especializada.
- (D) dá ensejo à cobrança reduzida dos emolumentos devidos quando objetivo unidade habitacional integrante de programa habitacional de interesse social, localizado em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, ou de outra forma definido pelo Município como de interesse social.

86. Sobre a retificação administrativa de registro imobiliário, assinale a alternativa correta.

- (A) Ela deve ser iniciada e requerida sempre pelo titular de domínio do imóvel objeto do registro retificando.
- (B) A retificação deve ser negada pelo Oficial de Registro de Imóveis sempre que houver aumento de medidas perimetrais ou da área superficial do terreno.
- (C) A retificação deve ser negada pelo Oficial de Registro de Imóveis sempre que não for possível verificar que o registro corresponde ao imóvel descrito na planta e no memorial descritivo.
- (D) O protocolo do requerimento de retificação formulado com fundamento no art. 213, inciso II, da Lei n.o 6.015/73, impede a qualificação e o registro de qualquer outro título contraditório, até que o Oficial de Registro de Imóveis decida sobre a possibilidade da averbação retificadora.

87. Está dispensada de averbação no Registro de Imóveis

- (A) a cessão de crédito garantido por direito real, quando representado por Cédula de Crédito Imobiliário – CCI emitida sob a forma escritural.
- (B) a cessão dos direitos de credor fiduciário, garantidos por direito real, realizada por meio de endosso lançado na Cédula de Crédito Imobiliário – CCI emitida sob a forma cartular.
- (C) a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI integral, sendo o crédito imobiliário garantido por direito real.
- (D) a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI fracionária, sendo o crédito imobiliário garantido por direito real.

88. Para aceitação do apontamento de títulos emitidos fora do Brasil, em moeda estrangeira, são exigidas

- (A) tradução juramentada, registro em Unidade de Títulos e Documentos e indicação do valor da obrigação em moeda nacional.
- (B) tradução juramentada e indicação pelo apresentante do valor da conversão para a moeda local.
- (C) provas de aprovação do crédito por órgão público federal competente e da realidade do negócio.
- (D) tradução feita pelo próprio apresentante e declaração de que a dívida não lhe foi paga, não sendo exigível qualquer conversão para a moeda corrente nacional.

89. O art. 31 da Lei n.o 9.492, de 10.09.97, (Lei do Protesto de Títulos) estabelece que as certidões de protestos não cancelados podem ser fornecidas “a quaisquer interessados”. Em relação às entidades representativas da indústria e do comércio e àquelas vinculadas à proteção do crédito, porém, permite o art. 29 da mesma lei que a elas sejam encaminhadas informações diárias que

- (A) não podem ser divulgadas, ainda que parcialmente, mesmo porque se cuidam de informações sigilosas.
- (B) podem ser divulgadas, inclusive pela imprensa, não havendo qualquer distinção em relação ao fornecimento de certidões.
- (C) podem ser divulgadas apenas com a indicação dos títulos protestados e dos respectivos devedores, mas sem especificação do valor do título ou do documento da dívida.
- (D) podem ser divulgadas apenas em relação aos devedores citados por edital, cujos nomes já foram indicados na imprensa local.

90. O título, cujo protesto foi sustado judicialmente, mas sem qualquer decisão definitiva e no curso do processo, pode ser retirado pelo apresentante

- (A) independentemente de qualquer autorização judicial, eis que é o único interessado no protesto e pode dele desistir, arcando, evidentemente, com as consequências do ato.
- (B) somente com autorização judicial.
- (C) independentemente de autorização judicial, desde que exibida concordância do devedor.
- (D) somente mediante prova de pagamento do título pelo devedor.

91. É comum, principalmente nos grandes centros urbanos, a nomeação de empresas de assessoria para receberem intimações de protesto em nome do devedor. Para que isto seja válido perante os Tabelionatos de Protesto são necessários, além da relação dos representados das empresas de assessoria, instrumentos

- (A) de mandato com poderes especiais, mas com prazo de validade de um ano, ao menos, salvo ocorrência de revogação.
- (B) de mandato com poderes gerais, não necessitando de poderes especiais para receber intimações.
- (C) de mandato com poderes especiais para que a mandatária possa receber as intimações em nome do mandante, com exclusividade, com prazo de validade de 30 dias e possibilidade de prorrogação por igual período.
- (D) de mandato com poderes especiais para receber intimações, mas sem exclusividade e sem fixação de prazo de validade.

92. Em se cuidando de cheque, cujo talonário foi furtado e depois preenchido e utilizado fraudulentamente para compra de mercadorias, o apontamento no Tabelionato de Protesto é

- (A) permitido, exigindo o Tabelião, porém, que o apresentante faça caução para garantia de eventual prejuízo.
- (B) permitido, obrigando o devedor a requerer sustação judicial do protesto.
- (C) proibido, não necessitando de qualquer prova de que o cheque restou apresentado ao banco, bastando apenas que o devedor, no prazo de 3 dias, assim afirme no Tabelionato.
- (D) proibido, desde que o cheque tenha sido devolvido pelo estabelecimento bancário com anotação do motivo (sustação do cheque pelo correntista em razão de alegada ocorrência de furto) e não tenha circulado por endosso.

Versão 4 (GABARITO)

1 - D	2 - A	3 - B	4 - C	5 - A	6 - D	7 - C	8 - B	9 - B	10 - C
11 - A	12 - D	13 - C	14 - D	15 - B	16 - A	17 - A	18 - D	19 - C	20 - B
21 - D	22 - B	23 - A	24 - C	25 - C	26 - A	27 - B	28 - D	29 - D	30 - B
31 - C	32 - A	33 - B	34 - A	35 - D	36 - C	37 - D	38 - C	39 - A	40 - B
41 - A	42 - D	43 - B	44 - C	45 - C	46 - B	47 - D	48 - A	49 - A	50 - D
51 - B	52 - C	53 - A	54 - C	55 - D	56 - B	57 - C	58 - A	59 - B	60 - D
61 - A	62 - A	63 - B	64 - B	65 - D	66 - A	67 - C	68 - B	69 - D	70 - C
71 - B	72 - A	73 - D	74 - D	75 - C	76 - C	77 - D	78 - B	79 - C	80 - A
81 - B	82 - A	83 - D	84 - C	85 - D	86 - C	87 - A	88 - B	89 - A	90 - B
91 - C	92 - D								

CRITÉRIO PROVIMENTO (PROVA REALIZADA AOS 27/02/2011)

VERSÃO 1

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Registros Públicos

01. O Tabelião deve saber que o protesto por falta de aceite de uma Letra de Câmbio

- (A) dá ensejo ao lançamento apenas do nome do sacado nos índices da Serventia, bem como no termo de protesto.
- (B) dá ensejo ao lançamento do nome e documento do sacado nos índices da Serventia, bem como no termo de protesto.
- (C) somente poderá ser lavrado se comprovado o vínculo contratual, mediante apresentação do contrato firmado entre o sacador-apresentante e o sacado-devedor.
- (D) somente poderá ser lavrado antes do vencimento da obrigação representada no título, e desde que decorrido o prazo legal para o aceite ou a devolução.

02. É obrigatória a protocolização de todos os títulos e documentos de dívida apresentados ao Tabelionato de Protesto, observando estrita ordem cronológica de entrada. Em caso de impossibilidade de imediato registro no Livro Protocolo, por defeito no sistema de informática, ele deve ser feito no prazo o mais breve possível. Se o apresentante, porém, invoca situação de urgência, dizendo que o devedor está prestes a se mudar para o exterior, e pede imediata intimação do devedor, o Tabelião

- (A) expede a intimação e depois registra o apontamento do título no Livro Protocolo, ofertando a devida justificação na coluna "ocorrências" do livro.
- (B) não pode expedir intimação do devedor antes do registro no Livro Protocolo.
- (C) expede a intimação, mas orienta o funcionário incumbido da diligência que aguarde a protocolização do título e a posterior comunicação.
- (D) devolve o título ao apresentante, dizendo-se impossibilitado de dar início ao procedimento de protesto.

03. Hoje, diante da dinamização dos negócios realizados pela indústria e pelo comércio, as duplicatas mercantis materializadas em papel estão sendo substituídas pelas indicações eletrônicas, apresentadas, em geral, no Tabelionato de

Protesto por intermédio dos bancos e que fazem uso de endosso-mandato. Em caso de ausência de aceite do sacado, nas indicações eletrônicas, o protesto é

- (A) proibido por lei, tendo em vista que o protesto feito por indicação eletrônica só é permitido quando há aceite do sacado.
- (B) permitido somente com exibição dos originais que comprovem a origem do título, a entrega e o recebimento das mercadorias.
- (C) permitido sem exigência de qualquer outra formalidade, bastando apenas que o apresentante seja banco ou outra empresa idônea.
- (D) possível, mediante simples declaração de que o sacador ou o detentor do título tem em seu poder os documentos que comprovam a causa do saque, a entrega e o recebimento das mercadorias.

04. A tirada do protesto é de três dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento da dívida. Em caso de devedor residente em local certo e determinado, mas em Comarca diversa daquela do Tabelionato de Protesto, em função do local de pagamento, a intimação se faz

- (A) por meio de delegação ao Tabelião do local onde residente o devedor para que promova a intimação.
- (B) pelo correio, com aviso de recebimento.
- (C) por edital afixado no Tabelionato de Protesto e publicado pela imprensa local, onde houver jornal de circulação diária.
- (D) apenas pelo Tabelionato onde residente o devedor, devolvendo àquele do local do pagamento o título correspondente para que seja reapresentado a outro Tabelião.

05. O Livro Protocolo é de suma importância para o Tabelionato de Protesto e deve ser escriturado com rigoroso registro dos títulos e documentos de dívida apresentados. Exige-se, ainda,

- (A) escrituração diária, especificando apenas o dia do lançamento, sem necessidade de qualquer termo de encerramento.
- (B) escrituração diária, consignando, ao final do dia, termo de encerramento com número de títulos apresentados.
- (C) escrituração semanal, especificando em cada período o número de títulos apresentados em cada dia, fazendo indicação, no termo de encerramento, do total daquela semana.
- (D) escrituração mensal, indicando o total dos títulos apresentados naquele período.

06. Na qualificação da alienação fiduciária de bens imóveis, o Oficial de Registro de Imóveis deve saber que

- (A) ela pode ser contratada por pessoa física ou jurídica, sendo, no entanto, privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI instituído pela Lei n.º 9.514/97.
- (B) ela pode ter como objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.
- (C) se constitui a propriedade fiduciária de coisa imóvel no momento da assinatura por todas as partes envolvidas no contrato, que servirá de título para o registro imobiliário.
- (D) o fiduciante, mesmo com anuência expressa do fiduciário, fica proibido de transmitir os direitos de que seja titular sobre o imóvel objeto da alienação fiduciária.

07. Paulo prenotou no Registro de Imóveis Cédula de Crédito Bancário, representativa de dívida oriunda de um contrato de abertura de crédito firmado com o Banco X S/A, no corpo da qual alienara fiduciariamente imóvel de sua propriedade, como garantia das obrigações ali pactuadas. Diante de tal fato, o título deve ser qualificado

- (A) positivamente pelo oficial, se não houver nenhum óbice sob o ponto de vista dos princípios registrários e estiverem preenchidos todos os requisitos formais e legais previstos em lei, tanto para a cédula de crédito bancário quanto para a alienação fiduciária.
- (B) negativamente para registro pelo oficial, pois a alienação fiduciária deveria estar, necessariamente, instrumentalizada por escritura pública ou documento particular, em separado.
- (C) negativamente para registro pelo oficial, pois a cédula de crédito bancário não constitui título hábil a ingressar no fôlio real.
- (D) negativamente para registro pelo oficial, pois a alienação fiduciária deveria estar instrumentalizada por escritura pública.

08. A respeito do registro da instituição e especificação do condomínio edilício regulado pela Lei n.º 4.591/64, pelos artigos 1.331 a 1.358 do Código Civil e pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) deve ser lançado no Livro n.º 3, juntamente com o da convenção de condomínio.
- (B) depende, em todo e qualquer caso, do prévio registro da incorporação imobiliária.
- (C) antes de averbada a construção e registrada a instituição do condomínio, será irregular a abertura de matrícula para o registro de atos relativos às futuras unidades autônomas.
- (D) deve ser promovido em cada uma das matrículas das unidades autônomas abertas por ocasião do registro da incorporação.

09. Sobre incorporação e condomínio no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Para averbação da construção e registro de instituição cujo plano inicial não tenha sido modificado, será suficiente requerimento que enumere as unidades, com remissão à documentação arquivada com o registro da incorporação, acompanhado de certificado de conclusão da edificação e desnecessária anuência unânime dos condôminos.
- (B) É dispensável a apresentação da certidão negativa de débito – CND relativa à obra, por ocasião da averbação da construção e do registro da instituição de condomínio, quando o incorporador já tiver apresentado documento comprobatório de inexistência de débito para com a Previdência Social relativo à empresa incorporadora, quando do requerimento de registro da incorporação.
- (C) O prazo para a qualificação registrária da incorporação imobiliária é de 30 dias contados da data da prenotação.
- (D) Se contra os alienantes do terreno e o incorporador houver qualquer ação de indenização que possa comprometer o imóvel, tal fato impedirá o registro da incorporação.

- 10.** A prenotação está diretamente relacionada ao princípio da
(A) Concentração.
(B) Especialidade.
(C) Prioridade.
(D) Continuidade.
- 11.** De acordo com o artigo 215 do Código Civil, não é(são) requisito(s) da escritura pública:
(A) manifestação clara da vontade das partes.
(B) referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato.
(C) declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes ou de que todos a leram.
(D) data, local e horário da sua realização.
- 12.** A lavratura de uma ata notarial não deve ser indicada pelo tabelião para formalizar uma
(A) promessa de recompensa.
(B) constatação de página em *site* da internet.
(C) redução a termo do ocorrido em uma assembleia de S/A.
(D) constatação de vídeo no *youtube*.
- 13.** Segundo o Decreto do Estado de São Paulo n.º 46.655, de 01.04.2002, que regulamenta o ITCMD, é correto afirmar que
(A) o imposto *causa-mortis* terá desconto de 5%, se recolhido até 90 dias da abertura da sucessão.
(B) o imposto *causa-mortis* terá desconto de 10%, se recolhido até 30 dias da abertura da sucessão.
(C) haverá incidência de juros e multa moratórios passado um ano da abertura da sucessão.
(D) o mencionado decreto não prevê qualquer desconto para o imposto *causa-mortis*.
- 14.** Sobre o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, é correto afirmar que
(A) a sociedade por ações, a depender de seu objeto, pode ser considerada simples. Nesse caso, seu estatuto será registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
(B) a sociedade simples pode assumir a forma de comandita simples e seu estatuto será registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
(C) a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro de seu contrato no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de sua sede.
(D) a sociedade cooperativa é sempre empresária, portanto, seu estatuto deve ser registrado na Junta Comercial de sua sede.
- 15.** Sobre os livros obrigatórios do Registro Civil de Pessoa Jurídica, é correto afirmar que
(A) o Livro Protocolo pode ser dispensado se a serventia utilizar-se de serviços de microfilmagem.
(B) no Livro A devem ser lançados todos os requerimentos, documentos, papéis e títulos ingressados que digam respeito a atos de registro ou averbação.
(C) a ocorrência do procedimento de dúvida deverá ser anotada no Livro Protocolo.
(D) o Livro Protocolo pode ser o mesmo utilizado para o Registro de Títulos e Documentos, pois essas modalidades são sempre cumuladas.
- 16.** É constituído, por meio do registro do instrumento em Registro de Títulos e Documentos,
(A) penhor pecuário.
(B) penhor de direito.
(C) penhor mercantil.
(D) penhor legal.
- 17.** É obrigatório o registro em títulos e documentos:
(A) cláusula de venda com reserva de domínio, para validade perante terceiros.
(B) doação manual, para validade entre as partes.
(C) propriedade fiduciária de coisa móvel fungível, para sua constituição.
(D) cláusula de retrovenda de coisa móvel, para sua constituição.
- 18.** Grávida, aos sete meses de gestação, deu à luz a bebê do sexo masculino, que veio a falecer após dez minutos. No caso em tela, em relação ao fruto da gestação, deve ser lavrado pelo oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais um registro de
(A) óbito no Livro C-Auxiliar.
(B) natimorto no Livro C-Auxiliar, sem consignação de nome do registrado.
(C) óbito no Livro C.
(D) nascimento no Livro A e um de óbito no Livro C, com todos os requisitos devidos, inclusive com consignação do nome da criança.
- 19.** Genitora comparece munida da declaração de nascido vivo (DNV) perante o oficial registrador civil, acompanhada de menor relativamente capaz, com 16 anos de idade, que declara ser o pai da criança a ser registrada. Você, na qualidade de registrador civil, e supondo que os demais requisitos para lavratura do assento de nascimento estejam em termos,
(A) lavra o registro de nascimento da criança apenas com o nome da mãe e orienta os pais a procurarem a Justiça para o reconhecimento judicial do filho e posterior inclusão do nome paterno.
(B) lavra o registro de nascimento da criança normalmente e lança não apenas o nome de mãe, como o nome do pai da criança, colhendo a assinatura de ambos no assento.

(C) não lavra o registro de nascimento e orienta o pai da criança a voltar posteriormente, acompanhado de seus genitores, para que eles possam representá-lo no ato de registro.

(D) lavra o registro de nascimento da criança apenas com o nome da mãe e orienta o casal a esperar que o pai complete dezoito anos de idade para poder proceder a uma das espécies de reconhecimento voluntário do filho.

20. Poderão ser corrigidos de ofício pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante requerimento do interessado, quando se tratar de erros que não exijam qualquer indagação para constatação imediata de necessidade de sua correção?

(A) Sim, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

(B) Sim, após decisão favorável do Juiz Corregedor Permanente, sem impugnação oferecida pelo representante do Ministério Público.

(C) Sim, após sentença proferida pelo Juiz Corregedor Permanente, deferindo a retificação, sem intervenção do Ministério Público.

(D) Sim, pelo próprio Oficial, sem intervenção do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente.

21. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

(A) As partes devem procurar o tabelião de notas do local de sua residência ou domicílio.

(B) É livre a escolha do Tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

(C) O tabelião pode colher assinaturas e lavrar atos fora de seu município, desde que autorizado pela parte.

(D) Havendo mais de um tabelião de notas em sua localidade, será obrigatória a prévia distribuição dos serviços.

22. Os Oficiais de Registros e Notários estão sujeitos à seguinte penalidade:

(A) perda da delegação, que não dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou decisão em processo administrativo.

(B) multa, em caso de dupla reincidência.

(C) repreensão, em caso de descumprimento dos deveres ou de falta grave.

(D) suspensão, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.

23. Os livros, fichas, documentos, papéis, microfilmes e sistemas de computação deverão permanecer sempre sob a guarda e responsabilidade do titular de serviço notarial ou de registro, que zelará por sua ordem, segurança e conservação. Se houver necessidade de serem periciados, como ocorrerá a diligência?

(A) O exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular.

(B) O exame deverá ocorrer na sede do órgão encarregado de realizar a perícia, em dia e hora adrede designados, com a presença do titular e autorização do juízo competente.

(C) O exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular e autorização do juízo competente.

(D) O exame deverá ocorrer na sede do órgão encarregado de realizar a perícia, em dia e hora adrede designados, com a presença do titular e intervenção do representante do Ministério Público.

24. Sobre a reabilitação das penas disciplinares impostas aos notários e registradores, é correto afirmar que

(A) poderá ser requerida após o prazo de dois anos do cumprimento da pena.

(B) alcançará os efeitos da condenação.

(C) alcançará quaisquer penas impostas.

(D) será requerida à Corregedoria Permanente, sendo irrelevante o órgão que aplicou a pena em grau originário.

25. Leia o que segue.

I. Os oficiais devem manter, em segurança, permanentemente, os livros e documentos, bem como devem responder por sua ordem e conservação.

II. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.

III. Todas as diligências judiciais e extrajudiciais que exigirem a apresentação de qualquer livro, ficha substitutiva de livro ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório.

Sobre essas afirmações, assinale a alternativa correta.

(A) I, II e III estão incorretas.

(B) I, II e III estão corretas.

(C) Apenas I e II estão corretas.

(D) Apenas I e III estão corretas.

Direito Civil

26. Analise as seguintes proposições a respeito da capacidade civil.

I. A emancipação voluntária pode ser concedida pelos pais, mediante instrumento particular autêntico, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.

II. São relativamente incapazes os ébrios habituais que tenham discernimento reduzido.

III. Pessoa que sofreu grave acidente e encontra-se em coma por vários meses pode ser interditada como absolutamente incapaz.

IV. Declarado nulo o matrimônio e reconhecido o casamento putativo em favor daquele que alcançou a capacidade por força do casamento, a emancipação continua válida e produz todos seus efeitos. Está correto o contido apenas em

(A) I, II e III.

- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

27. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) A fundação pode ser criada por ato intervivos, mediante instrumento particular autêntico, com assinatura de duas testemunhas, ou por testamento.
- (B) Segundo orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria menor da desconconsideração da personalidade jurídica, admitindo responsabilização dos sócios sempre que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (C) É possível criar fundação com finalidade político-partidária.
- (D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é fundada no risco integral, não admitindo excludentes de caso fortuito/força maior ou culpa da vítima.

28. Analise as seguintes afirmações.

- I. O menor com quinze anos de idade, que agindo de má-fé declarou-se maior, não poderá pleitear anulação do negócio jurídico.
 - II. Declarada a nulidade do negócio jurídico celebrado com incapaz, este não será obrigado a devolver os valores que havia recebido, salvo se a outra parte demonstrar que tal quantia reverteu em favor do incapaz.
 - III. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para se pleitear a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.
 - IV. A impossibilidade inicial relativa do objeto não invalida o negócio jurídico.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) I é falsa e II é verdadeira.
 - (B) I e IV são verdadeiras.
 - (C) Todas as alternativas são falsas.
 - (D) III e IV são verdadeiras.

29. O curador de um absolutamente incapaz, interdito em razão de enfermidade mental, celebrou contrato de locação no qual figurou simultaneamente como locatário e representante legal do locador.

Sobre essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) O negócio é válido, pois se trata de ato de simples administração.
- (B) O negócio é nulo em razão do dolo.
- (C) O negócio é anulável.
- (D) O negócio é inexistente.

30. Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

- I. Não anula o negócio jurídico a coação praticada por terceiro da qual o beneficiário do contrato não tinha conhecimento.
 - II. Na fraude pauliana decorrente de ato de liberalidade, é irrelevante a boa-fé do beneficiário da doação.
 - III. A lesão, no Código Civil, não exige o dolo de aproveitamento.
 - IV. A ameaça de mal dirigido a pessoa não pertencente à família do contratante pode caracterizar coação.
- (A) Apenas a alternativa II é verdadeira.
 - (B) Todas as alternativas são falsas.
 - (C) Todas as alternativas são verdadeiras.
 - (D) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras.

31. A habilitação de casamento será feita perante o Oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público, conforme a regra prevista no artigo 1.526 do Código Civil. A autoridade que detém a atribuição para dirimir questionamentos do Oficial, ou decidir impugnação do Ministério Público, segundo orientação traçada no âmbito do Estado de São Paulo, é o

- (A) Juiz Corregedor Permanente.
- (B) Juiz da Vara da Família e das Sucessões.
- (C) Juiz de Casamento.
- (D) Juiz de Paz.

32. Assinale a alternativa incorreta a respeito do casamento.

- (A) As causas suspensivas do casamento podem ser relevadas judicialmente, provando inexistência de prejuízo.
- (B) O casamento do relativamente incapaz depende da anuência de ambos os pais e de autorização judicial.
- (C) O companheiro viúvo não pode se casar com a filha de sua companheira, pois o parentesco por afinidade também se estabelece na união estável.
- (D) Os pais, tutores e curadores podem, até o momento da celebração do casamento, revogar a autorização concedida ao incapaz para se casar.

33. Analise as proposições apresentadas e assinale a alternativa correta.

- I. No regime de separação absoluta, o marido pode alienar ou gravar imóveis sem autorização da cônjuge.
- II. No regime de comunhão parcial de bens, o cônjuge pode alienar imóvel adquirido antes do casamento independentemente da autorização do outro.
- III. No regime de comunhão parcial, o cônjuge depende da autorização do outro para prestar aval, ressalvada a possibilidade de obter suprimento judicial.
- IV. No regime de comunhão parcial, é nula a venda de imóvel adquirido onerosamente no curso do matrimônio sem anuência do cônjuge.

- (A) As alternativas I e III são falsas.
- (B) As alternativas II e IV são verdadeiras.
- (C) A alternativa I é verdadeira e a IV é falsa.
- (D) apenas a alternativa IV é verdadeira.

34. Sobre adoção, conforme disciplina da Lei n.º 8.069/90, é incorreto afirmar que
(A) a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento e antes de prolatada a sentença.

- (B) a adoção é medida irrevogável.
- (C) o adotante deve ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.
- (D) a adoção por procuração exige escritura pública.

35. Leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

(A) Até a partilha, o direito dos herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível.
(B) O herdeiro não pode ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão se outro herdeiro quiser exercer seu direito de preferência.

- (C) A cessão de direitos hereditários é ineficaz se tiver por objeto bem da herança considerado singularmente.
- (D) A cessão de direitos hereditários pode ser realizada mediante instrumento particular.

36. Os imóveis pertencentes aos menores sob tutela

(A) somente podem ser vendidos quando houver manifesta vantagem, mediante prévia avaliação judicial e aprovação do juiz.
(B) são inalienáveis.
(C) somente podem ser vendidos mediante prévia avaliação judicial, aprovação do juiz e em hasta pública.
(D) somente podem ser vendidos por motivo de necessidade e aprovação do juiz, dispensada avaliação judicial se realizada alienação em hasta pública.

37. As hipotecas sobre as estradas de ferro serão registradas no

- (A) Registro de Imóveis correspondente à estação final da respectiva linha.
- (B) Registro de Imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.
- (C) Registro de Imóveis correspondente à área de maior abrangência da respectiva via férrea.
- (D) Registro de Títulos e Documentos correspondente à estação final da respectiva linha.

38. Em relação ao usufruto, é correto afirmar que

- (A) não se pode transferir o usufruto por alienação.
- (B) não se pode ceder seu exercício por título gratuito.
- (C) não se pode ceder seu exercício por título oneroso.
- (D) pode ser transferido por alienação.

39. Marcus Aurelius recebeu de Augustus um imóvel em doação, com condição resolutiva. Posteriormente, Marcus Aurelius vendeu o imóvel a Tito, sendo ambos os negócios levados a registro na matrícula do imóvel. Algum tempo depois, houve implemento da condição resolutiva. É correto afirmar que

(A) a compra e venda é eficaz e Tito conserva o bem comprado.
(B) a venda na pendência da condição é nula.
(C) Tito deverá restituir o imóvel a Augustus apenas na hipótese de o donatário Marcus ter se tornado insolvente e não tiver condições de ressarcir o valor da coisa ao doador.
(D) resolvida a propriedade do donatário pelo implemento da condição, também se encontra resolvido o direito do adquirente Tito, que deverá restituir a coisa ao doador.

40. Podem ser revogadas por ingratidão as doações

- (A) feitas para determinado casamento.
- (B) se o donatário cometeu contra o doador ofensa física.
- (C) puramente remuneratórias.
- (D) feitas em contemplação do merecimento do donatário.

41. O representante convencional recebeu procuração com poderes ilimitados para alienar imóvel do representado. Porém, ao contratar com terceiro, contrariou instruções verbais do mandante quanto ao preço mínimo de venda do bem. Nesse caso, pode-se afirmar que o negócio é

- (A) anulável.
- (B) nulo.
- (C) válido.
- (D) ineficaz perante o mandante.

42. César doou um imóvel a Brutus. Logo depois, o donatário vendeu o imóvel a Lívio. Anos mais tarde, Brutus atentou contra a vida de César e a doação foi revogada por ingratidão. Pode-se afirmar que

- (A) Lívio será obrigado a restituir a coisa a César, sem direito de indenização, pois não há evicção em contrato gratuito.
- (B) Resolvida a doação pela ingratidão, resolve-se o direito do adquirente Lívio, que deverá restituir a coisa a César.
- (C) Lívio será considerado proprietário perfeito e restará a César o direito de cobrar o valor da coisa de Brutus.
- (D) Lívio tem direito de preempção, pagando o valor da coisa a César e exercendo o direito da evicção contra Brutus.

Nas questões de números **43** a **45**, assinale a alternativa correta.

43.

- (A) A reserva mental é vício que acarreta nulidade do negócio jurídico.
- (B) O dolo accidental do terceiro acarreta nulidade do negócio jurídico.
- (C) O erro de direito não autoriza anulação do negócio jurídico, pois ninguém pode alegar ignorância da Lei.
- (D) Não é anulável o negócio se o destinatário da declaração, dotado da diligência normal, não tinha condições de perceber a existência do erro substancial no qual incidiu o declarante.

44.

- (A) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- (B) São úteis as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- (C) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de boa-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.
- (D) O possuidor de má-fé tem direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias e úteis, sem direito de retenção, e tem direito a levantar as benfeitorias voluptuárias.

45. A respeito da prescrição,

- (A) o simples protesto cambial não interrompe a prescrição.
- (B) a exceção prescreve na metade do prazo da pretensão.
- (C) a prescrição não pode ser reconhecida de ofício.
- (D) a prescrição interrompida contra um dos devedores solidários atinge os demais.

Direito Processual Civil

46. A sentença proferida por tribunal estrangeiro não terá eficácia no Brasil senão depois de homologada pelo

- (A) Tribunal de Justiça.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal de Justiça, após a expedição do "exequator".

47. A representação processual em juízo, ativa e passivamente, é atribuída da seguinte forma:

- (A) a massa falida, pelo maior credor.
- (B) o Município, pelo servidor público credenciado.
- (C) a herança jacente ou vacante, por seu procurador.
- (D) o espólio, pelo inventariante.

48. O juiz autorizará a alienação antecipada dos bens penhorados, quando

- (A) sujeitos à deterioração ou depreciação.
- (B) houver urgência no pagamento de indenização.
- (C) o credor for beneficiário da justiça gratuita.
- (D) a dívida tributária pendente, a cargo do devedor, exigir pronto pagamento.

Nas questões de números **49** e **50**, leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

49.

- (A) Na ação de consignação em pagamento fundada na dúvida sobre o legítimo credor, havendo disputa do crédito pelos réus, o juiz declarará extinta a obrigação do autor e a demanda prosseguirá apenas entre os credores, observando-se o rito ordinário.
- (B) Nas ações possessórias, é lícito ao autor cumular o pedido possessório com perdas e danos, cominação de multa para o caso de nova turbação ou esbulho e desfazimento de construção ou plantação. O réu poderá formular pedido para tutela de sua posse e que poderá abranger a indenização resultante da turbação ou esbulho imputado ao autor.
- (C) A ação de divisão poderá ser cumulada com a ação de demarcação, porém, nesta hipótese, deverá ser processada primeiramente a divisão, citando-se condôminos e confinantes.
- (D) Os embargos de terceiro podem servir para a defesa da posse de bens atingidos por arrolamento de bens em que o embargante não era parte.

50.

- (A) A conciliação é possível nas ações que tramitam nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- (B) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.
- (C) Liminares concedidas em mandados de segurança poderão ser suspensas em uma única decisão do Tribunal ao qual estiver vinculado o órgão prolator da decisão impugnada. A suspensão poderá, inclusive, atingir liminares supervenientes, bastando o aditamento do pedido de suspensão da segurança.
- (D) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, será cabível o mandado de segurança coletivo, sendo vedado o manejo do mandado de segurança individual.

51. Leia o que segue e assinale a alternativa correta.

- (A) A interrupção da prescrição se dará a partir da citação, quando ela ocorrer após 90 dias do ajuizamento da ação por problemas de eficiência do Poder Judiciário.

- (B) A citação será feita pelo correio, excetuadas aquelas demandas em que a parte solicite a citação por mandado ou que envolvam questões de estado, capacidade ou, ainda, que o réu seja uma pessoa jurídica de direito público.
- (C) A citação por edital prefere à citação por mandado.
- (D) A prescrição será interrompida de maneira retroativa à data de propositura da ação, independentemente do atraso na citação.

Direito Penal

- 52.** Promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente
- (A) tipifica conduta penal de registro de nascimento inexistente.
- (B) tipifica conduta penal de sonegação de estado de filiação.
- (C) tipifica conduta penal de parto suposto, supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.
- (D) não configura ilícito penal.
- 53.** Assinale a alternativa que indica hipótese de não aplicação da lei penal brasileira.
- (A) Crime praticado em navio de cruzeiro italiano, navegando em mar territorial brasileiro.
- (B) Crime praticado em navio de guerra brasileiro, navegando no mar territorial australiano.
- (C) Crime praticado em lancha de recreio brasileira no mar territorial uruguaio.
- (D) Falsificação de Reais (artigo 289 do Código Penal) praticada na China.
- 54.** O artigo 312 do Código Penal, crime de peculato, pode ser imputado
- (A) ao particular em coautoria, desde que tenha conhecimento da qualidade de funcionário público do autor.
- (B) ao funcionário público desvinculado da função.
- (C) somente ao funcionário público independentemente do exercício de sua função.
- (D) somente ao particular.
- 55.** O uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando
- (A) não pode ser absorvido.
- (B) se exaure sem mais potencialidade lesiva.
- (C) o crime de estelionato não for qualificado.
- (D) o agente é funcionário público.
- 56.** O funcionário público ofendido no exercício de sua função
- (A) deverá promover ação por meio de queixa-crime.
- (B) deverá promover a ação por meio de representação ao órgão ministerial.
- (C) deverá aguardar a manifestação da autoridade policial.
- (D) poderá promover a ação, ou por meio de queixa-crime ou por meio de representação, ao órgão ministerial.
- 57.** A sentença que concede perdão judicial
- (A) será considerada para efeitos de reincidência, vedada a reabilitação.
- (B) não será considerada para efeitos de reincidência.
- (C) está sujeita ao reexame necessário pelo juízo *ad quem*.
- (D) será considerada para efeito de reincidência, mas se sujeita às regras da reabilitação.

Direito Processual Penal

- 58.** Qual o recurso cabível da decisão, despacho ou sentença que concluir pela incompetência do juízo?
- (A) Correição Parcial.
- (B) Apelação.
- (C) Agravo.
- (D) Recurso em Sentido Estrito.
- 59.** Pode-se afirmar que a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de
- (A) infração punida com detenção.
- (B) infração punida com prisão simples.
- (C) infração punida com detenção ou prisão simples.
- (D) infração punida com pena de multa.

Direito Tributário

- 60.** Assinale a alternativa que contém o significado e o ente encarregado da arrecadação do ITCMD, respectivamente.
- (A) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Estado.
- (B) Imposição Tarifária sobre o Crescimento Médio do Desenvolvimento; União.
- (C) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Município.
- (D) Imposto de Transferência e Circulação de Mercadoria; Estado.
- 61.** Assinale a alternativa que contém afirmação correta quanto às limitações do poder de tributário.
- (A) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (B) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

(C) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

(D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais e o papel destinado a sua impressão, cuja atribuição é reservada exclusivamente à União.

62. No Sistema Tributário Nacional, de acordo com o texto constitucional, a estipulação de normas gerais em matéria de legislação tributária cabe à

- (A) lei especial.
- (B) lei complementar.
- (C) lei ordinária.
- (D) lei delegada.

63. De acordo com a jurisprudência iterativa do STF e com os princípios gerais de direito tributário, assinale a alternativa correta.

(A) Nova tabela de emolumentos pode ser aplicada retroativamente a atos já praticados, mas para os quais ainda não ocorreu pagamento.

(B) Nova tabela, com majoração de emolumentos extrajudiciais, tem aplicação imediata a partir de sua publicação.

(C) A atualização do valor monetário da tabela de emolumentos não exige lei em sentido estrito.

(D) A definição do fato gerador dos emolumentos extrajudiciais pode ser feita por meio de Decreto do Poder Executivo Estadual.

64. A respeito da progressividade nas alíquotas dos tributos que incidem sobre imóveis, assinale a alternativa correta.

(A) É possível para o ITBI, com objetivo extrafiscal.

(B) É possível para todos os impostos reais, com objetivo estritamente arrecadatório.

(C) É possível para o IPTU, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

(D) Não é possível para o ITR, por falta de previsão do constituinte derivado.

65. Sobre as hipóteses de exclusão do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que

(A) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal do crédito excluído.

(B) a outorga de anistia somente poderá ser concedida por meio de lei específica que regule exclusivamente o correspondente tributo.

(C) a anistia não pode ser concedida em caráter geral.

(D) a lei concessiva de anistia pode abranger infrações que venham a ser cometidas posteriormente, desde que relacionadas ao mesmo tributo.

Direito Comercial

66. Leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

(A) O empresário casado, exceto no caso de regime de separação de bens, não pode alienar bens imóveis que integram o patrimônio da empresa sem autorização do cônjuge.

(B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis.

(C) É possível ao empresário individual solicitar a transformação do seu registro para registro de sociedade empresária, caso venha a admitir sócios.

(D) Pode ser considerado empresário aquele que exerce profissão artística, conquanto o exercício da profissão constitua elemento de empresa.

67. A consequência da interdição do empresário é

(A) extinção da empresa.

(B) suspensão da atividade até obtenção de novo sócio capaz.

(C) dissolução parcial da empresa, com exclusão do interditado.

(D) continuação da empresa por meio de representante, com necessária autorização judicial.

68. Sobre as práticas comerciais disciplinadas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

(A) é facultado ao fornecedor de produtos encerrar a oferta de peças de reposição, logo que cessada a produção ou a importação dos mesmos.

(B) o orçamento de serviço obriga o fornecedor pelo prazo de 10 dias, salvo estipulação em contrário.

(C) o fornecedor dos produtos e serviços não responde perante os consumidores, quando os atos forem praticados pelos representantes autônomos.

(D) é vedado ao fornecedor de produtos e serviços condicionar o fornecimento, mesmo com justa causa, a limites quantitativos.

69. Na sustação de protesto por ordem judicial, é correto afirmar que os títulos

(A) serão remetidos obrigatoriamente ao Juízo que proferiu a ordem de sustação.

(B) serão remetidos obrigatoriamente ao Juiz Corregedor do Tabelião de Protestos.

(C) permanecerão no Tabelionato à disposição do Juízo que proferiu a ordem de sustação.

(D) serão retirados pelo credor para apresentação no processo judicial.

70. Em relação às sociedades em nome coletivo disciplinadas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) O credor do sócio poderá requerer a liquidação da quota do devedor, independente da dissolução da sociedade.

- (B) A responsabilidade é sempre limitada à participação de cada sócio no capital social.
- (C) Somente as pessoas jurídicas podem tomar parte do quadro societário.
- (D) Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no ato da constituição da sociedade ou em momento posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.

71. Sobre o administrador judicial disciplinado na Lei n.º 11.101/2005, é incorreto afirmar que

- (A) pode ser nomeada como administrador judicial uma pessoa jurídica especializada.
- (B) na falência, o administrador judicial poderá transigir sobre o recebimento de créditos da falida, inclusive concedendo abatimentos, desde que sejam créditos de difícil recuperação, dispensando-se, nesta hipótese, a necessidade de autorização judicial ou concordância dos credores.
- (C) na recuperação judicial, ao administrador judicial compete requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação prevista no plano, sem prejuízo da iniciativa de credores ou do Ministério Público.
- (D) na falência, o administrador judicial representará a massa falida em Juízo.

72. Sobre as operações disciplinadas na Lei n.º 9.514/97 (regulamenta o Sistema Financeiro Imobiliário), é incorreto afirmar que

- (A) a alienação fiduciária pode ter como objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.
- (B) as operações de financiamento imobiliário serão garantidas por hipoteca e alienação fiduciária, sendo vedada a caução de direitos creditórios.
- (C) o Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI é título de crédito nominativo e de livre negociação.
- (D) o contrato que serve de título do negócio fiduciário deverá conter, dentre outros itens, o valor do principal da dívida, o prazo e condições de reposição do empréstimo, a taxa de juros e encargos e a descrição do imóvel objeto da alienação fiduciária.

73. A respeito do protesto de duplicatas, é incorreto afirmar que

- (A) para exercício do direito de regresso contra endossantes e respectivos avalistas, o portador deverá tirar o protesto do título dentro do prazo de 30 dias, contados da data do seu vencimento.
- (B) se a duplicata não mencionar a praça de pagamento, o protesto deverá ser tirado no domicílio do comprador.
- (C) o protesto pode ser feito por falta ou recusa de aceite, falta ou recusa de pagamento e por falta de devolução do título.
- (D) a ausência de protesto da duplicata por falta de aceite impede o protesto por falta de pagamento.

Direito Administrativo

74. São modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/93:

- (A) concorrência, tomada de preços, convite, leilão e hastas.
- (B) escritura pública, concorrência, tomada de preços, concurso e convite.
- (C) escritura pública, concorrência, convite, concurso e leilão.
- (D) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

75. Sobre consórcios públicos, é correto dizer que

- (A) os consórcios públicos serão realizados mediante constituição de autarquia, sendo vedada a instituição por pessoa jurídica de direito privado.
- (B) a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- (C) o consórcio público será celebrado mediante contrato de rateio, sendo vedada outra espécie de contratação.
- (D) o consórcio público não poderá exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos.

76. A respeito de mandado de segurança, é correto afirmar que

- (A) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (B) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (C) em hipótese alguma é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama, fax ou outro meio eletrônico.
- (D) pessoa jurídica não pode impetrar mandado de segurança.

77. O ato discricionário praticado por autoridade incompetente, ou realizado por forma diversa da prevista em lei é

- (A) passível de retificação.
- (B) juridicamente inexistente.
- (C) ilegítimo e nulo.
- (D) anulável.

78. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) O controle do contrato administrativo é um dos poderes inerentes à administração e, por isso mesmo, implícito em toda contratação pública.
- (B) O controle do contrato administrativo depende de estipulação de cláusula expressa.
- (C) O poder de controle do contrato administrativo retira ao particular a autonomia da execução dentro das cláusulas avençadas.
- (D) Em nenhuma hipótese é lícito à administração assumir provisória ou definitivamente a execução do objeto do contrato, com utilização dos materiais, pessoal e equipamento do contratado, a serem posteriormente indenizados.

79. A exceção de contrato não cumprido – *exceptio non adimpleti contractus* –, usualmente invocada nos ajustes de Direito Privado, aplica-se em contratos administrativos. No que se refere a essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) É inadmissível, porque os contratos administrativos regem-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público.
- (B) É incabível a invocação da exceção nas questões relativas aos contratos administrativos.
- (C) Em princípio, não se aplica aos contratos administrativos, quando a falta é da Administração. Esta, porém, pode arguir a exceção em seu favor, em face da inadimplência do particular contratado.
- (D) A inoponibilidade da exceção constitui regra absoluta, que não admite tergiversação.

80. Sobre desapropriação, é incorreto afirmar que

- (A) todos os bens móveis e imóveis, corpóreos ou incorpóreos podem ser desapropriados.
- (B) a desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.
- (C) a retrocessão é o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel desapropriado, quando não houver sido dada a ele destinação pública.
- (D) conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal (súmula 652), a imissão provisória na posse do imóvel desapropriado depende de prévia citação judicial do réu e depósito do preço.

81. Sobre Terras Devolutas, é incorreto afirmar que

- (A) as terras devolutas integram a categoria de bens de uso especial.
- (B) as terras devolutas constituem espécie do gênero terras públicas.
- (C) pela Constituição Federal, são bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
- (D) a ação discriminatória tem como objetivo separar terras públicas das particulares, mediante verificação da legitimidade dos títulos de domínio dos particulares, apurando-se, por exclusão, as terras de domínio público.

Direito Constitucional

82. A quem compete proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa?

- (A) Privativamente ao Senado Federal.
- (B) Privativamente à Câmara dos Deputados.
- (C) Conjuntamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) Ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

83. No âmbito nacional, a matéria constante de Projeto de Lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa?

- (A) Sim. Não há vedação ou ressalva no texto constitucional.
- (B) Não. Há proibição de ordem constitucional.
- (C) Sim, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- (D) Sim. Excepcionalmente em caso de iniciativa individual que contar com a maioria relativa dos membros do Congresso Nacional.

84. A competência da União para emitir moeda será exercida pelo(a)

- (A) órgão competente subordinado ao Ministério da Fazenda.
- (B) Banco Central.
- (C) Casa da Moeda do Tesouro Nacional.
- (D) instituição financeira vencedora de licitação.

85. Assinale a alternativa correta a respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- (A) Tem na sua composição um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Tem na sua composição dois desembargadores de Tribunal de Justiça, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Tem na sua composição dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados, um pela Câmara dos Deputados e outro, pelo Senado Federal.
- (D) É composto por 17 membros com mandato de 02 anos, admitida 01 recondução.

86. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) procedimento em matéria processual.
- (B) produção e consumo.
- (C) florestas, caça e pesca.
- (D) águas, energia e informática.

87. A Constituição Federal, quanto aos serviços notariais e de registro, não permite que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de

- (A) seis meses.
- (B) noventa dias.
- (C) um ano.
- (D) três anos.

88. Sobre a disciplina da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso na Constituição Federal, é incorreto afirmar que

- (A) o casamento religioso poderá ter efeito civil, nos termos da lei.

- (B) entende-se como entidade familiar, também, aquela formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
 (C) a Constituição considerou idosa a pessoa com idade superior a 70 anos, para fins de proteção da lei, inclusive a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
 (D) a Constituição definiu o princípio da absoluta prioridade em favor da criança e do adolescente, garantindo-se a eles o dever da família, da sociedade e do Estado para assegurar os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à cultura e à dignidade.

- 89.** Assinale, dentre as alternativas apresentadas, o cargo privativo de brasileiro nato.
 (A) Desembargador do Tribunal de Justiça.
 (B) Ministro da Fazenda.
 (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 (D) Oficial das Forças Armadas.

Conhecimentos Gerais

- 90.** Dos países relacionados, qual faz parte da “Zona Euro”?
 (A) Malta.
 (B) Inglaterra.
 (C) Dinamarca.
 (D) Suécia.
- 91.** O poeta Paulo Bonfim, membro da Academia Paulista de Letras, escreveu o livro de poemas Antonio Triste, que foi ilustrado por
 (A) Candido Portinari.
 (B) Tarsila do Amaral.
 (C) Di Cavalcanti.
 (D) Alfredo Volpi.
- 92.** Em 2010, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido ao
 (A) norte-americano Barack Obama.
 (B) brasileiro Dom Paulo Evaristo Arns.
 (C) italiano Norberto Bobbio.
 (D) chinês Liu Xiaobo.
- 93.** Dentre os países elencados, qual deles é uma monarquia?
 (A) Portugal.
 (B) Itália.
 (C) Marrocos.
 (D) Cazaquistão.

Versão 1 (GABARITO)

1 - D	2 - B	3 - D	4 - C	5 - B	6 - B	7 - A	8 - C	9 - A	10 - C
11 - D	12 - A	13 - A	14 - B	15 - C	16 - B	17 - A	18 - D	19 - B	20 - A
21 - B	22 - D	23 - C	24 - A	25 - B	26 - D	27 - B	28 - A	29 - C	30 - C
31 - A	32 - B	33 - C	34 - D	35 - D	36 - A	37 - B	38 - A	39 - D	40 - B
41 - C	42 - C	43 - D	44 - A	45 - D	46 - C	47 - D	48 - A	49 - C	50 - D
51 - B	52 - A	53 - C	54 - A	55 - B	56 - D	57 - B	58 - D	59 - C	60 - A
61 - A	62 - B	63 - C	64 - C	65 - B	66 - A	67 - D	68 - B	69 - C	70 - D
71 - B	72 - B	73 - D	74 - D	75 - B	76 - A	77 - C	78 - A	79 - C	80 - D
81 - A	82 - B	83 - C	84 - B	85 - C	86 - D	87 - A	88 - C	89 - D	90 - A
91 - B	92 - D	93 - C							

VERSÃO 02

Conhecimentos Gerais

- 01.** Dos países relacionados, qual faz parte da “Zona Euro”?
 (A) Malta.
 (B) Inglaterra.
 (C) Dinamarca.
 (D) Suécia.
- 02.** O poeta Paulo Bonfim, membro da Academia Paulista de Letras, escreveu o livro de poemas Antonio Triste, que foi ilustrado por
 (A) Candido Portinari.
 (B) Tarsila do Amaral.
 (C) Di Cavalcanti.
 (D) Alfredo Volpi.
- 03.** Em 2010, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido ao

- (A) norte-americano Barack Obama.
- (B) brasileiro Dom Paulo Evaristo Arns.
- (C) italiano Norberto Bobbio.
- (D) chinês Liu Xiaobo.

04. Dentre os países elencados, qual deles é uma monarquia?

- (A) Portugal.
- (B) Itália.
- (C) Marrocos.
- (D) Cazaquistão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Registros Públicos

05. O Tabelião deve saber que o protesto por falta de aceite de uma Letra de Câmbio

- (A) dá ensejo ao lançamento apenas do nome do sacado nos índices da Serventia, bem como no termo de protesto.
- (B) dá ensejo ao lançamento do nome e documento do sacado nos índices da Serventia, bem como no termo de protesto.
- (C) somente poderá ser lavrado se comprovado o vínculo contratual, mediante apresentação do contrato firmado entre o sacador-apresentante e o sacado-devedor.
- (D) somente poderá ser lavrado antes do vencimento da obrigação representada no título, e desde que decorrido o prazo legal para o aceite ou a devolução.

06. É obrigatória a protocolização de todos os títulos e documentos de dívida apresentados ao Tabelionato de Protesto, observando estrita ordem cronológica de entrada. Em caso de impossibilidade de imediato registro no Livro Protocolo, por defeito no sistema de informática, ele deve ser feito no prazo o mais breve possível. Se o apresentante, porém, invoca situação de urgência, dizendo que o devedor está prestes a se mudar para o exterior, e pede imediata intimação do devedor, o Tabelião

- (A) expede a intimação e depois registra o apontamento do título no Livro Protocolo, ofertando a devida justificação na coluna "ocorrências" do livro.
- (B) não pode expedir intimação do devedor antes do registro no Livro Protocolo.
- (C) expede a intimação, mas orienta o funcionário incumbido da diligência que aguarde a protocolização do título e a posterior comunicação.
- (D) devolve o título ao apresentante, dizendo-se impossibilitado de dar início ao procedimento de protesto.

07. Hoje, diante da dinamização dos negócios realizados pela indústria e pelo comércio, as duplicatas mercantis materializadas em papel estão sendo substituídas pelas indicações eletrônicas, apresentadas, em geral, no Tabelionato de Protesto por intermédio dos bancos e que fazem uso de endosso-mandato. Em caso de ausência de aceite do sacado, nas indicações eletrônicas, o protesto é

- (A) proibido por lei, tendo em vista que o protesto feito por indicação eletrônica só é permitido quando há aceite do sacado.
- (B) permitido somente com exibição dos originais que comprovem a origem do título, a entrega e o recebimento das mercadorias.
- (C) permitido sem exigência de qualquer outra formalidade, bastando apenas que o apresentante seja banco ou outra empresa idônea.
- (D) possível, mediante simples declaração de que o sacador ou o detentor do título tem em seu poder os documentos que comprovam a causa do saque, a entrega e o recebimento das mercadorias.

08. A tirada do protesto é de três dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento da dívida. Em caso de devedor residente em local certo e determinado, mas em Comarca diversa daquela do Tabelionato de Protesto, em função do local de pagamento, a intimação se faz

- (A) por meio de delegação ao Tabelião do local onde residente o devedor para que promova a intimação.
- (B) pelo correio, com aviso de recebimento.
- (C) por edital afixado no Tabelionato de Protesto e publicado pela imprensa local, onde houver jornal de circulação diária.
- (D) apenas pelo Tabelionato onde residente o devedor, devolvendo àquele do local do pagamento o título correspondente para que seja reapresentado a outro Tabelião.

09. O Livro Protocolo é de suma importância para o Tabelionato de Protesto e deve ser escriturado com rigoroso registro dos títulos e documentos de dívida apresentados. Exige-se, ainda,

- (A) escrituração diária, especificando apenas o dia do lançamento, sem necessidade de qualquer termo de encerramento.
- (B) escrituração diária, consignando, ao final do dia, termo de encerramento com número de títulos apresentados.
- (C) escrituração semanal, especificando em cada período o número de títulos apresentados em cada dia, fazendo indicação, no termo de encerramento, do total daquela semana.
- (D) escrituração mensal, indicando o total dos títulos apresentados naquele período.

10. Na qualificação da alienação fiduciária de bens imóveis, o Oficial de Registro de Imóveis deve saber que

- (A) ela pode ser contratada por pessoa física ou jurídica, sendo, no entanto, privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI instituído pela Lei n.º 9.514/97.
- (B) ela pode ter como objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.
- (C) se constitui a propriedade fiduciária de coisa imóvel no momento da assinatura por todas as partes envolvidas no contrato, que servirá de título para o registro imobiliário.

(D) o fiduciante, mesmo com anuência expressa do fiduciário, fica proibido de transmitir os direitos de que seja titular sobre o imóvel objeto da alienação fiduciária.

11. Paulo prenotou no Registro de Imóveis Cédula de Crédito Bancário, representativa de dívida oriunda de um contrato de abertura de crédito firmado com o Banco X S/A, no corpo da qual alienara fiduciariamente imóvel de sua propriedade, como garantia das obrigações ali pactuadas. Diante de tal fato, o título deve ser qualificado

(A) positivamente pelo oficial, se não houver nenhum óbice sob o ponto de vista dos princípios registrários e estiverem preenchidos todos os requisitos formais e legais previstos em lei, tanto para a cédula de crédito bancário quanto para a alienação fiduciária.

(B) negativamente para registro pelo oficial, pois a alienação fiduciária deveria estar, necessariamente, instrumentalizada por escritura pública ou documento particular, em separado.

(C) negativamente para registro pelo oficial, pois a cédula de crédito bancário não constitui título hábil a ingressar no fôlio real.

(D) negativamente para registro pelo oficial, pois a alienação fiduciária deveria estar instrumentalizada por escritura pública.

12. A respeito do registro da instituição e especificação do condomínio edilício regulado pela Lei n.º 4.591/64, pelos artigos 1.331 a 1.358 do Código Civil e pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

(A) deve ser lançado no Livro n.º 3, juntamente com o da convenção de condomínio.

(B) depende, em todo e qualquer caso, do prévio registro da incorporação imobiliária.

(C) antes de averbada a construção e registrada a instituição do condomínio, será irregular a abertura de matrícula para o registro de atos relativos às futuras unidades autônomas.

(D) deve ser promovido em cada uma das matrículas das unidades autônomas abertas por ocasião do registro da incorporação.

13. Sobre incorporação e condomínio no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

(A) Para averbação da construção e registro de instituição cujo plano inicial não tenha sido modificado, será suficiente requerimento que enumere as unidades, com remissão à documentação arquivada com o registro da incorporação, acompanhado de certificado de conclusão da edificação e desnecessária anuência unânime dos condôminos.

(B) É dispensável a apresentação da certidão negativa de débito – CND relativa à obra, por ocasião da averbação da construção e do registro da instituição de condomínio, quando o incorporador já tiver apresentado documento comprobatório de inexistência de débito para com a

Previdência Social relativo à empresa incorporadora, quando do requerimento de registro da incorporação.

(C) O prazo para a qualificação registrária da incorporação imobiliária é de 30 dias contados da data da prenotação.

(D) Se contra os alienantes do terreno e o incorporador houver qualquer ação de indenização que possa comprometer o imóvel, tal fato impedirá o registro da incorporação.

14. A prenotação está diretamente relacionada ao princípio da

(A) Concentração.

(B) Especialidade.

(C) Prioridade.

(D) Continuidade.

15. De acordo com o artigo 215 do Código Civil, não é(são) requisito(s) da escritura pública:

(A) manifestação clara da vontade das partes.

(B) referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato.

(C) declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes ou de que todos a leram.

(D) data, local e horário da sua realização.

16. A lavratura de uma ata notarial não deve ser indicada pelo tabelião para formalizar uma

(A) promessa de recompensa.

(B) constatação de página em *site* da internet.

(C) redução a termo do ocorrido em uma assembleia de S/A.

(D) constatação de vídeo no *youtube*.

17. Segundo o Decreto do Estado de São Paulo n.º 46.655, de 01.04.2002, que regulamenta o ITCMD, é correto afirmar que

(A) o imposto *causa-mortis* terá desconto de 5%, se recolhido até 90 dias da abertura da sucessão.

(B) o imposto *causa-mortis* terá desconto de 10%, se recolhido até 30 dias da abertura da sucessão.

(C) haverá incidência de juros e multa moratórios passado um ano da abertura da sucessão.

(D) o mencionado decreto não prevê qualquer desconto para o imposto *causa-mortis*.

18. Sobre o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, é correto afirmar que

(A) a sociedade por ações, a depender de seu objeto, pode ser considerada simples. Nesse caso, seu estatuto será registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

(B) a sociedade simples pode assumir a forma de comandita simples e seu estatuto será registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

(C) a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro de seu contrato no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de sua sede.

(D) a sociedade cooperativa é sempre empresária, portanto, seu estatuto deve ser registrado na Junta Comercial de sua sede.

19. Sobre os livros obrigatórios do Registro Civil de Pessoa Jurídica, é correto afirmar que
(A) o Livro Protocolo pode ser dispensado se a serventia utilizar-se de serviços de microfilmagem.
(B) no Livro A devem ser lançados todos os requerimentos, documentos, papéis e títulos ingressados que digam respeito a atos de registro ou averbação.
(C) a ocorrência do procedimento de dúvida deverá ser anotada no Livro Protocolo.
(D) o Livro Protocolo pode ser o mesmo utilizado para o Registro de Títulos e Documentos, pois essas modalidades são sempre cumuladas.

20. É constituído, por meio do registro do instrumento em Registro de Títulos e Documentos,
(A) penhor pecuário.
(B) penhor de direito.
(C) penhor mercantil.
(D) penhor legal.

21. É obrigatório o registro em títulos e documentos:
(A) cláusula de venda com reserva de domínio, para validade perante terceiros.
(B) doação manual, para validade entre as partes.
(C) propriedade fiduciária de coisa móvel fungível, para sua constituição.
(D) cláusula de retrovenda de coisa móvel, para sua constituição.

22. Grávida, aos sete meses de gestação, deu à luz a bebê do sexo masculino, que veio a falecer após dez minutos. No caso em tela, em relação ao fruto da gestação, deve ser lavrado pelo oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais um registro de
(A) óbito no Livro C-Auxiliar.
(B) natimorto no Livro C-Auxiliar, sem consignação de nome do registrado.
(C) óbito no Livro C.
(D) nascimento no Livro A e um de óbito no Livro C, com todos os requisitos devidos, inclusive com consignação do nome da criança.

23. Genitora comparece munida da declaração de nascido vivo (DNV) perante o oficial registrador civil, acompanhada de menor relativamente capaz, com 16 anos de idade, que declara ser o pai da criança a ser registrada. Você, na qualidade de registrador civil, e supondo que os demais requisitos para lavratura do assento de nascimento estejam em termos,
(A) lavra o registro de nascimento da criança apenas com o nome da mãe e orienta os pais a procurarem a Justiça para o reconhecimento judicial do filho e posterior inclusão do nome paterno.
(B) lavra o registro de nascimento da criança normalmente e lança não apenas o nome de mãe, como o nome do pai da criança, colhendo a assinatura de ambos no assento.
(C) não lavra o registro de nascimento e orienta o pai da criança a voltar posteriormente, acompanhado de seus genitores, para que eles possam representá-lo no ato de registro.
(D) lavra o registro de nascimento da criança apenas com o nome da mãe e orienta o casal a esperar que o pai complete dezoito anos de idade para poder proceder a uma das espécies de reconhecimento voluntário do filho.

24. Poderão ser corrigidos de ofício pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante requerimento do interessado, quando se tratar de erros que não exijam qualquer indagação para constatação imediata de necessidade de sua correção?
(A) Sim, após manifestação conclusiva do Ministério Público.
(B) Sim, após decisão favorável do Juiz Corregedor Permanente, sem impugnação oferecida pelo representante do Ministério Público.
(C) Sim, após sentença proferida pelo Juiz Corregedor Permanente, deferindo a retificação, sem intervenção do Ministério Público.
(D) Sim, pelo próprio Oficial, sem intervenção do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente.

25. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.
(A) As partes devem procurar o tabelião de notas do local de sua residência ou domicílio.
(B) É livre a escolha do Tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
(C) O tabelião pode colher assinaturas e lavrar atos fora de seu município, desde que autorizado pela parte.
(D) Havendo mais de um tabelião de notas em sua localidade, será obrigatória a prévia distribuição dos serviços.

26. Os Oficiais de Registros e Notários estão sujeitos à seguinte penalidade:
(A) perda da delegação, que não dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou decisão em processo administrativo.
(B) multa, em caso de dupla reincidência.
(C) repreensão, em caso de descumprimento dos deveres ou de falta grave.
(D) suspensão, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.

27. Os livros, fichas, documentos, papéis, microfilmes e sistemas de computação deverão permanecer sempre sob a guarda e responsabilidade do titular de serviço notarial ou de registro, que zelará por sua ordem, segurança e conservação. Se houver necessidade de serem periciados, como ocorrerá a diligência?
(A) O exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular.

(B) O exame deverá ocorrer na sede do órgão encarregado de realizar a perícia, em dia e hora adrede designados, com a presença do titular e autorização do juízo competente.

(C) O exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular e autorização do juízo competente.

(D) O exame deverá ocorrer na sede do órgão encarregado de realizar a perícia, em dia e hora adrede designados, com a presença do titular e intervenção do representante do Ministério Público.

28. Sobre a reabilitação das penas disciplinares impostas aos notários e registradores, é correto afirmar que

(A) poderá ser requerida após o prazo de dois anos do cumprimento da pena.

(B) alcançará os efeitos da condenação.

(C) alcançará quaisquer penas impostas.

(D) será requerida à Corregedoria Permanente, sendo irrelevante o órgão que aplicou a pena em grau originário.

29. Leia o que segue.

I. Os oficiais devem manter, em segurança, permanentemente, os livros e documentos, bem como devem responder por sua ordem e conservação.

II. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.

III. Todas as diligências judiciais e extrajudiciais que exigirem a apresentação de qualquer livro, ficha substitutiva de livro ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório.

Sobre essas afirmações, assinale a alternativa correta.

(A) I, II e III estão incorretas.

(B) I, II e III estão corretas.

(C) Apenas I e II estão corretas.

(D) Apenas I e III estão corretas.

Direito Civil

30. Analise as seguintes proposições a respeito da capacidade civil.

I. A emancipação voluntária pode ser concedida pelos pais, mediante instrumento particular autêntico, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.

II. São relativamente incapazes os ébrios habituais que tenham discernimento reduzido.

III. Pessoa que sofreu grave acidente e encontra-se em coma por vários meses pode ser interditada como absolutamente incapaz.

IV. Declarado nulo o matrimônio e reconhecido o casamento putativo em favor daquele que alcançou a capacidade por força do casamento, a emancipação continua válida e produz todos seus efeitos.

Está correto o contido apenas em

(A) I, II e III.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) II, III e IV.

31. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

(A) A fundação pode ser criada por ato intervivos, mediante instrumento particular autêntico, com assinatura de duas testemunhas, ou por testamento.

(B) Segundo orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, admitindo responsabilização dos sócios sempre que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

(C) É possível criar fundação com finalidade político-partidária.

(D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é fundada no risco integral, não admitindo excludentes de caso fortuito/força maior ou culpa da vítima.

32. Analise as seguintes afirmações.

I. O menor com quinze anos de idade, que agindo de má-fé declarou-se maior, não poderá pleitear anulação do negócio jurídico.

II. Declarada a nulidade do negócio jurídico celebrado com incapaz, este não será obrigado a devolver os valores que havia recebido, salvo se a outra parte demonstrar que tal quantia reverteu em favor do incapaz.

III. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para se pleitear a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.

IV. A impossibilidade inicial relativa do objeto não invalida o negócio jurídico.

Assinale a alternativa correta.

(A) I é falsa e II é verdadeira.

(B) I e IV são verdadeiras.

(C) Todas as alternativas são falsas.

(D) III e IV são verdadeiras.

33. O curador de um absolutamente incapaz, interditado em razão de enfermidade mental, celebrou contrato de locação no qual figurou simultaneamente como locatário e representante legal do locador. Sobre essa afirmação, assinale a alternativa correta.

(A) O negócio é válido, pois se trata de ato de simples administração.

- (B) O negócio é nulo em razão do dolo.
- (C) O negócio é anulável.
- (D) O negócio é inexistente.

34. Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

I. Não anula o negócio jurídico a coação praticada por terceiro da qual o beneficiário do contrato não tinha conhecimento.

II. Na fraude pauliana decorrente de ato de liberalidade, é irrelevante a boa-fé do beneficiário da doação.

III. A lesão, no Código Civil, não exige o dolo de aproveitamento.

IV. A ameaça de mal dirigido a pessoa não pertencente à família do contratante pode caracterizar coação.

- (A) Apenas a alternativa II é verdadeira.
- (B) Todas as alternativas são falsas.
- (C) Todas as alternativas são verdadeiras.
- (D) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras.

35. A habilitação de casamento será feita perante o Oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público, conforme a regra prevista no artigo 1.526 do Código Civil. A autoridade que detém a atribuição para dirimir questionamentos do Oficial, ou decidir impugnação do Ministério Público, segundo orientação traçada no âmbito do Estado de São Paulo, é o

- (A) Juiz Corregedor Permanente.
- (B) Juiz da Vara da Família e das Sucessões.
- (C) Juiz de Casamento.
- (D) Juiz de Paz.

36. Assinale a alternativa incorreta a respeito do casamento.

(A) As causas suspensivas do casamento podem ser relevadas judicialmente, provando inexistência de prejuízo.

(B) O casamento do relativamente incapaz depende da anuência de ambos os pais e de autorização judicial.

(C) O companheiro viúvo não pode se casar com a filha de sua companheira, pois o parentesco por afinidade também se estabelece na união estável.

(D) Os pais, tutores e curadores podem, até o momento da celebração do casamento, revogar a autorização concedida ao incapaz para se casar.

37. Analise as proposições apresentadas e assinale a alternativa correta.

I. No regime de separação absoluta, o marido pode alienar ou gravar imóveis sem autorização da cônjuge.

II. No regime de comunhão parcial de bens, o cônjuge pode alienar imóvel adquirido antes do casamento independentemente da autorização do outro.

III. No regime de comunhão parcial, o cônjuge depende da autorização do outro para prestar aval, ressalvada a possibilidade de obter suprimento judicial.

IV. No regime de comunhão parcial, é nula a venda de imóvel adquirido onerosamente no curso do matrimônio sem anuência do cônjuge.

- (A) As alternativas I e III são falsas.
- (B) As alternativas II e IV são verdadeiras.
- (C) A alternativa I é verdadeira e a IV é falsa.
- (D) apenas a alternativa IV é verdadeira.

38. Sobre adoção, conforme disciplina da Lei n.º 8.069/90, é incorreto afirmar que

(A) a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento e antes de prolatada a sentença.

(B) a adoção é medida irrevogável.

(C) o adotante deve ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.

(D) a adoção por procuração exige escritura pública.

39. Leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

(A) Até a partilha, o direito dos herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível.

(B) O herdeiro não pode ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão se outro herdeiro quiser exercer seu direito de preferência.

(C) A cessão de direitos hereditários é ineficaz se tiver por objeto bem da herança considerado singularmente.

(D) A cessão de direitos hereditários pode ser realizada mediante instrumento particular.

40. Os imóveis pertencentes aos menores sob tutela

(A) somente podem ser vendidos quando houver manifesta vantagem, mediante prévia avaliação judicial e aprovação do juiz.

(B) são inalienáveis.

(C) somente podem ser vendidos mediante prévia avaliação judicial, aprovação do juiz e em hasta pública.

(D) somente podem ser vendidos por motivo de necessidade e aprovação do juiz, dispensada avaliação judicial se realizada alienação em hasta pública.

41. As hipotecas sobre as estradas de ferro serão registradas no

(A) Registro de Imóveis correspondente à estação final da respectiva linha.

(B) Registro de Imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.

(C) Registro de Imóveis correspondente à área de maior abrangência da respectiva via férrea.

(D) Registro de Títulos e Documentos correspondente à estação final da respectiva linha.

42. Em relação ao usufruto, é correto afirmar que
- (A) não se pode transferir o usufruto por alienação.
 - (B) não se pode ceder seu exercício por título gratuito.
 - (C) não se pode ceder seu exercício por título oneroso.
 - (D) pode ser transferido por alienação.

43. Marcus Aurelius recebeu de Augustus um imóvel em doação, com condição resolutiva. Posteriormente, Marcus Aurelius vendeu o imóvel a Tito, sendo ambos os negócios levados a registro na matrícula do imóvel. Algum tempo depois, houve implemento da condição resolutiva. É correto afirmar que

- (A) a compra e venda é eficaz e Tito conserva o bem comprado.
- (B) a venda na pendência da condição é nula.
- (C) Tito deverá restituir o imóvel a Augustus apenas na hipótese de o donatário Marcus ter se tornado insolvente e não tiver condições de ressarcir o valor da coisa ao doador.
- (D) resolvida a propriedade do donatário pelo implemento da condição, também se encontra resolvido o direito do adquirente Tito, que deverá restituir a coisa ao doador.

44. Podem ser revogadas por ingratidão as doações

- (A) feitas para determinado casamento.
- (B) se o donatário cometeu contra o doador ofensa física.
- (C) puramente remuneratórias.
- (D) feitas em contemplação do merecimento do donatário.

45. O representante convencional recebeu procuração com poderes ilimitados para alienar imóvel do representado. Porém, ao contratar com terceiro, contrariou instruções verbais do mandante quanto ao preço mínimo de venda do bem. Nesse caso, pode-se afirmar que o negócio é

- (A) anulável.
- (B) nulo.
- (C) válido.
- (D) ineficaz perante o mandante.

46. César doou um imóvel a Brutus. Logo depois, o donatário vendeu o imóvel a Lívio. Anos mais tarde, Brutus atentou contra a vida de César e a doação foi revogada por ingratidão. Pode-se afirmar que

- (A) Lívio será obrigado a restituir a coisa a César, sem direito de indenização, pois não há evicção em contrato gratuito.
- (B) Resolvida a doação pela ingratidão, resolve-se o direito do adquirente Lívio, que deverá restituir a coisa a César.
- (C) Lívio será considerado proprietário perfeito e restará a César o direito de cobrar o valor da coisa de Brutus.
- (D) Lívio tem direito de preempção, pagando o valor da coisa a César e exercendo o direito da evicção contra Brutus.

Nas questões de números 47 a 49, assinale a alternativa correta.

47.

- (A) A reserva mental é vício que acarreta nulidade do negócio jurídico.
- (B) O dolo accidental do terceiro acarreta nulidade do negócio jurídico.
- (C) O erro de direito não autoriza anulação do negócio jurídico, pois ninguém pode alegar ignorância da Lei.
- (D) Não é anulável o negócio se o destinatário da declaração, dotado da diligência normal, não tinha condições de perceber a existência do erro substancial no qual incidiu o declarante.

48.

- (A) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- (B) São úteis as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- (C) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de boa-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.
- (D) O possuidor de má-fé tem direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias e úteis, sem direito de retenção, e tem direito a levantar as benfeitorias voluptuárias.

49. A respeito da prescrição,

- (A) o simples protesto cambial não interrompe a prescrição.
- (B) a exceção prescreve na metade do prazo da pretensão.
- (C) a prescrição não pode ser reconhecida de ofício.
- (D) a prescrição interrompida contra um dos devedores solidários atinge os demais.

Direito Processual Civil

50. A sentença proferida por tribunal estrangeiro não terá eficácia no Brasil senão depois de homologada pelo

- (A) Tribunal de Justiça.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal de Justiça, após a expedição do "exequator".

51. A representação processual em juízo, ativa e passivamente, é atribuída da seguinte forma:

- (A) a massa falida, pelo maior credor.
- (B) o Município, pelo servidor público credenciado.
- (C) a herança jacente ou vacante, por seu procurador.
- (D) o espólio, pelo inventariante.

52. O juiz autorizará a alienação antecipada dos bens penhorados, quando

- (A) sujeitos à deterioração ou depreciação.
- (B) houver urgência no pagamento de indenização.
- (C) o credor for beneficiário da justiça gratuita.
- (D) a dívida tributária pendente, a cargo do devedor, exigir pronto pagamento.

Nas questões de números **53** e **54**, leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

53.

(A) Na ação de consignação em pagamento fundada na dúvida sobre o legítimo credor, havendo disputa do crédito pelos réus, o juiz declarará extinta a obrigação do autor e a demanda prosseguirá apenas entre os credores, observando-se o rito ordinário.

(B) Nas ações possessórias, é lícito ao autor cumular o pedido possessório com perdas e danos, cominação de multa para o caso de nova turbação ou esbulho e desfazimento de construção ou plantação. O réu poderá formular pedido para tutela de sua posse e que poderá abranger a indenização resultante da turbação ou esbulho imputado ao autor.

(C) A ação de divisão poderá ser cumulada com a ação de demarcação, porém, nesta hipótese, deverá ser processada primeiramente a divisão, citando-se condôminos e confinantes.

(D) Os embargos de terceiro podem servir para a defesa da posse de bens atingidos por arrolamento de bens em que o embargante não era parte.

54.

(A) A conciliação é possível nas ações que tramitam nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

(B) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.

(C) Liminares concedidas em mandados de segurança poderão ser suspensas em uma única decisão do Tribunal ao qual estiver vinculado o órgão prolator da decisão impugnada. A suspensão poderá, inclusive, atingir liminares supervenientes, bastando o aditamento do pedido de suspensão da segurança.

(D) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, será cabível o mandado de segurança coletivo, sendo vedado o manejo do mandado de segurança individual.

55. Leia o que segue e assinale a alternativa correta.

(A) A interrupção da prescrição se dará a partir da citação, quando ela ocorrer após 90 dias do ajuizamento da ação por problemas de eficiência do Poder Judiciário.

(B) A citação será feita pelo correio, excetuadas aquelas demandas em que a parte solicite a citação por mandado ou que envolvam questões de estado, capacidade ou, ainda, que o réu seja uma pessoa jurídica de direito público.

(C) A citação por edital prefere à citação por mandado.

(D) A prescrição será interrompida de maneira retroativa à data de propositura da ação, independentemente do atraso na citação.

Direito Penal

56. Promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente

- (A) tipifica conduta penal de registro de nascimento inexistente.
- (B) tipifica conduta penal de sonegação de estado de filiação.
- (C) tipifica conduta penal de parto suposto, supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.
- (D) não configura ilícito penal.

57. Assinale a alternativa que indica hipótese de não aplicação da lei penal brasileira.

- (A) Crime praticado em navio de cruzeiro italiano, navegando em mar territorial brasileiro.
- (B) Crime praticado em navio de guerra brasileiro, navegando no mar territorial australiano.
- (C) Crime praticado em lancha de recreio brasileira no mar territorial uruguaio.
- (D) Falsificação de Reais (artigo 289 do Código Penal) praticada na China.

58. O artigo 312 do Código Penal, crime de peculato, pode ser imputado

- (A) ao particular em coautoria, desde que tenha conhecimento da qualidade de funcionário público do autor.
- (B) ao funcionário público desvinculado da função.
- (C) somente ao funcionário público independentemente do exercício de sua função.
- (D) somente ao particular.

59. O uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando

- (A) não pode ser absorvido.
- (B) se exaure sem mais potencialidade lesiva.
- (C) o crime de estelionato não for qualificado.
- (D) o agente é funcionário público.

60. O funcionário público ofendido no exercício de sua função
- (A) deverá promover ação por meio de queixa-crime.
 - (B) deverá promover a ação por meio de representação ao órgão ministerial.
 - (C) deverá aguardar a manifestação da autoridade policial.
 - (D) poderá promover a ação, ou por meio de queixa-crime ou por meio de representação, ao órgão ministerial.

61. A sentença que concede perdão judicial
- (A) será considerada para efeitos de reincidência, vedada a reabilitação.
 - (B) não será considerada para efeitos de reincidência.
 - (C) está sujeita ao reexame necessário pelo juízo *ad quem*.
 - (D) será considerada para efeito de reincidência, mas se sujeita às regras da reabilitação.

Direito Processual Penal

62. Qual o recurso cabível da decisão, despacho ou sentença que concluir pela incompetência do juízo?
- (A) Correição Parcial.
 - (B) Apelação.
 - (C) Agravo.
 - (D) Recurso em Sentido Estrito.

63. Pode-se afirmar que a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de
- (A) infração punida com detenção.
 - (B) infração punida com prisão simples.
 - (C) infração punida com detenção ou prisão simples.
 - (D) infração punida com pena de multa.

Direito Tributário

64. Assinale a alternativa que contém o significado e o ente encarregado da arrecadação do ITCMD, respectivamente.
- (A) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Estado.
 - (B) Imposição Tarifária sobre o Crescimento Médio do Desenvolvimento; União.
 - (C) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Município.
 - (D) Imposto de Transferência e Circulação de Mercadoria; Estado.

65. Assinale a alternativa que contém afirmação correta quanto às limitações do poder de tributário.
- (A) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (B) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (C) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
 - (D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais e o papel destinado a sua impressão, cuja atribuição é reservada exclusivamente à União.

66. No Sistema Tributário Nacional, de acordo com o texto constitucional, a estipulação de normas gerais em matéria de legislação tributária cabe à
- (A) lei especial.
 - (B) lei complementar.
 - (C) lei ordinária.
 - (D) lei delegada.

67. De acordo com a jurisprudência iterativa do STF e com os princípios gerais de direito tributário, assinale a alternativa correta.
- (A) Nova tabela de emolumentos pode ser aplicada retroativamente a atos já praticados, mas para os quais ainda não ocorreu pagamento.
 - (B) Nova tabela, com majoração de emolumentos extrajudiciais, tem aplicação imediata a partir de sua publicação.
 - (C) A atualização do valor monetário da tabela de emolumentos não exige lei em sentido estrito.
 - (D) A definição do fato gerador dos emolumentos extrajudiciais pode ser feita por meio de Decreto do Poder Executivo Estadual.

68. A respeito da progressividade nas alíquotas dos tributos que incidem sobre imóveis, assinale a alternativa correta.
- (A) É possível para o ITBI, com objetivo extrafiscal.
 - (B) É possível para todos os impostos reais, com objetivo estritamente arrecadatório.
 - (C) É possível para o IPTU, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
 - (D) Não é possível para o ITR, por falta de previsão do constituinte derivado.

69. Sobre as hipóteses de exclusão do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que
- (A) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal do crédito excluído.
 - (B) a outorga de anistia somente poderá ser concedida por meio de lei específica que regule exclusivamente o correspondente tributo.
 - (C) a anistia não pode ser concedida em caráter geral.

(D) a lei concessiva de anistia pode abranger infrações que venham a ser cometidas posteriormente, desde que relacionadas ao mesmo tributo.

Direito Comercial

70. Leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

(A) O empresário casado, exceto no caso de regime de separação de bens, não pode alienar bens imóveis que integram o patrimônio da empresa sem autorização do cônjuge.

(B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis.

(C) É possível ao empresário individual solicitar a transformação do seu registro para registro de sociedade empresária, caso venha a admitir sócios.

(D) Pode ser considerado empresário aquele que exerce profissão artística, conquanto o exercício da profissão constitua elemento de empresa.

71. A consequência da interdição do empresário é

(A) extinção da empresa.

(B) suspensão da atividade até obtenção de novo sócio capaz.

(C) dissolução parcial da empresa, com exclusão do interditado.

(D) continuação da empresa por meio de representante, com necessária autorização judicial.

72. Sobre as práticas comerciais disciplinadas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

(A) é facultado ao fornecedor de produtos encerrar a oferta de peças de reposição, logo que cessada a produção ou a importação dos mesmos.

(B) o orçamento de serviço obriga o fornecedor pelo prazo de 10 dias, salvo estipulação em contrário.

(C) o fornecedor dos produtos e serviços não responde perante os consumidores, quando os atos forem praticados pelos representantes autônomos.

(D) é vedado ao fornecedor de produtos e serviços condicionar o fornecimento, mesmo com justa causa, a limites quantitativos.

73. Na sustação de protesto por ordem judicial, é correto afirmar que os títulos

(A) serão remetidos obrigatoriamente ao Juízo que proferiu a ordem de sustação.

(B) serão remetidos obrigatoriamente ao Juiz Corregedor do Tabelião de Protestos.

(C) permanecerão no Tabelionato à disposição do Juízo que proferiu a ordem de sustação.

(D) serão retirados pelo credor para apresentação no processo judicial.

74. Em relação às sociedades em nome coletivo disciplinadas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) O credor do sócio poderá requerer a liquidação da quota do devedor, independente da dissolução da sociedade.

(B) A responsabilidade é sempre limitada à participação de cada sócio no capital social.

(C) Somente as pessoas jurídicas podem tomar parte do quadro societário.

(D) Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no ato da constituição da sociedade ou em momento posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.

75. Sobre o administrador judicial disciplinado na Lei n.º 11.101/2005, é incorreto afirmar que

(A) pode ser nomeada como administrador judicial uma pessoa jurídica especializada.

(B) na falência, o administrador judicial poderá transigir sobre o recebimento de créditos da falida, inclusive concedendo abatimentos, desde que sejam créditos de difícil recuperação, dispensando-se, nesta hipótese, a necessidade de autorização judicial ou concordância dos credores.

(C) na recuperação judicial, ao administrador judicial compete requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação prevista no plano, sem prejuízo da iniciativa de credores ou do Ministério Público.

(D) na falência, o administrador judicial representará a massa falida em Juízo.

76. Sobre as operações disciplinadas na Lei n.º 9.514/97 (regulamenta o Sistema Financeiro Imobiliário), é incorreto afirmar que

(A) a alienação fiduciária pode ter como objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.

(B) as operações de financiamento imobiliário serão garantidas por hipoteca e alienação fiduciária, sendo vedada a caução de direitos creditórios.

(C) o Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI é título de crédito nominativo e de livre negociação.

(D) o contrato que serve de título do negócio fiduciário deverá conter, dentre outros itens, o valor do principal da dívida, o prazo e condições de reposição do empréstimo, a taxa de juros e encargos e a descrição do imóvel objeto da alienação fiduciária.

77. A respeito do protesto de duplicatas, é incorreto afirmar que

(A) para exercício do direito de regresso contra endossantes e respectivos avalistas, o portador deverá tirar o protesto do título dentro do prazo de 30 dias, contados da data do seu vencimento.

(B) se a duplicata não mencionar a praça de pagamento, o protesto deverá ser tirado no domicílio do comprador.

(C) o protesto pode ser feito por falta ou recusa de aceite, falta ou recusa de pagamento e por falta de devolução do título.

(D) a ausência de protesto da duplicata por falta de aceite impede o protesto por falta de pagamento.

Direito Administrativo

78. São modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/93:

- (A) concorrência, tomada de preços, convite, leilão e hastas.
- (B) escritura pública, concorrência, tomada de preços, concurso e convite.
- (C) escritura pública, concorrência, convite, concurso e leilão.
- (D) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

79. Sobre consórcios públicos, é correto dizer que

- (A) os consórcios públicos serão realizados mediante constituição de autarquia, sendo vedada a instituição por pessoa jurídica de direito privado.
- (B) a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- (C) o consórcio público será celebrado mediante contrato de rateio, sendo vedada outra espécie de contratação.
- (D) o consórcio público não poderá exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos.

80. A respeito de mandado de segurança, é correto afirmar que

- (A) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (B) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (C) em hipótese alguma é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama, fax ou outro meio eletrônico.
- (D) pessoa jurídica não pode impetrar mandado de segurança.

81. O ato discricionário praticado por autoridade incompetente, ou realizado por forma diversa da prevista em lei é

- (A) passível de retificação.
- (B) juridicamente inexistente.
- (C) ilegítimo e nulo.
- (D) anulável.

82. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) O controle do contrato administrativo é um dos poderes inerentes à administração e, por isso mesmo, implícito em toda contratação pública.
- (B) O controle do contrato administrativo depende de estipulação de cláusula expressa.
- (C) O poder de controle do contrato administrativo retira ao particular a autonomia da execução dentro das cláusulas avançadas.
- (D) Em nenhuma hipótese é lícito à administração assumir provisória ou definitivamente a execução do objeto do contrato, com utilização dos materiais, pessoal e equipamento do contratado, a serem posteriormente indenizados.

83. A exceção de contrato não cumprido – *exceptio non adimpleti contractus* –, usualmente invocada nos ajustes de Direito Privado, aplica-se em contratos administrativos. No que se refere a essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) É inadmissível, porque os contratos administrativos regem-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público.
- (B) É incabível a invocação da exceção nas questões relativas aos contratos administrativos.
- (C) Em princípio, não se aplica aos contratos administrativos, quando a falta é da Administração. Esta, porém, pode arguir a exceção em seu favor, em face da inadimplência do particular contratado.
- (D) A inoponibilidade da exceção constitui regra absoluta, que não admite tergiversação.

84. Sobre desapropriação, é incorreto afirmar que

- (A) todos os bens móveis e imóveis, corpóreos ou incorpóreos podem ser desapropriados.
- (B) a desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.
- (C) a retrocessão é o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel desapropriado, quando não houver sido dada a ele destinação pública.
- (D) conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal (súmula 652), a imissão provisória na posse do imóvel desapropriado depende de prévia citação judicial do réu e depósito do preço.

85. Sobre Terras Devolutas, é incorreto afirmar que

- (A) as terras devolutas integram a categoria de bens de uso especial.
- (B) as terras devolutas constituem espécie do gênero terras públicas.
- (C) pela Constituição Federal, são bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
- (D) a ação discriminatória tem como objetivo separar terras públicas das particulares, mediante verificação da legitimidade dos títulos de domínio dos particulares, apurando-se, por exclusão, as terras de domínio público.

Direito Constitucional

86. A quem compete proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa?

- (A) Privativamente ao Senado Federal.
- (B) Privativamente à Câmara dos Deputados.
- (C) Conjuntamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) Ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

87. No âmbito nacional, a matéria constante de Projeto de Lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa?

- (A) Sim. Não há vedação ou ressalva no texto constitucional.
- (B) Não. Há proibição de ordem constitucional.
- (C) Sim, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- (D) Sim. Excepcionalmente em caso de iniciativa individual que contar com a maioria relativa dos membros do Congresso Nacional.

88. A competência da União para emitir moeda será exercida pelo(a)

- (A) órgão competente subordinado ao Ministério da Fazenda.
- (B) Banco Central.
- (C) Casa da Moeda do Tesouro Nacional.
- (D) instituição financeira vencedora de licitação.

89. Assinale a alternativa correta a respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- (A) Tem na sua composição um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Tem na sua composição dois desembargadores de Tribunal de Justiça, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Tem na sua composição dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados, um pela Câmara dos Deputados e outro, pelo Senado Federal.
- (D) É composto por 17 membros com mandato de 02 anos, admitida 01 recondução.

90. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) procedimento em matéria processual.
- (B) produção e consumo.
- (C) florestas, caça e pesca.
- (D) águas, energia e informática.

91. A Constituição Federal, quanto aos serviços notariais e de registro, não permite que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de

- (A) seis meses.
- (B) noventa dias.
- (C) um ano.
- (D) três anos.

92. Sobre a disciplina da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso na Constituição Federal, é incorreto afirmar que

- (A) o casamento religioso poderá ter efeito civil, nos termos da lei.
- (B) entende-se como entidade familiar, também, aquela formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- (C) a Constituição considerou idosa a pessoa com idade superior a 70 anos, para fins de proteção da lei, inclusive a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- (D) a Constituição definiu o princípio da absoluta prioridade em favor da criança e do adolescente, garantindo-se a eles o dever da família, da sociedade e do Estado para assegurar os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à cultura e à dignidade.

93. Assinale, dentre as alternativas apresentadas, o cargo privativo de brasileiro nato.

- (A) Desembargador do Tribunal de Justiça.
- (B) Ministro da Fazenda.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Oficial das Forças Armadas.

Versão 2 (GABARITO)

1 - A	2 - B	3 - D	4 - C	5 - D	6 - B	7 - D	8 - C	9 - B	10 - B
11 - A	12 - C	13 - A	14 - C	15 - D	16 - A	17 - A	18 - B	19 - C	20 - B
21 - A	22 - D	23 - B	24 - A	25 - B	26 - D	27 - C	28 - A	29 - B	30 - D
31 - B	32 - A	33 - C	34 - C	35 - A	36 - B	37 - C	38 - D	39 - D	40 - A
41 - B	42 - A	43 - D	44 - B	45 - C	46 - C	47 - D	48 - A	49 - D	50 - C
51 - D	52 - A	53 - C	54 - D	55 - B	56 - A	57 - C	58 - A	59 - B	60 - D
61 - B	62 - D	63 - C	64 - A	65 - A	66 - B	67 - C	68 - C	69 - B	70 - A
71 - D	72 - B	73 - C	74 - D	75 - B	76 - B	77 - D	78 - D	79 - B	80 - A
81 - C	82 - A	83 - C	84 - D	85 - A	86 - B	87 - C	88 - B	89 - C	90 - D
91 - A	92 - C	93 - D							

VERSÃO 3

Conhecimentos Gerais

01. Dos países relacionados, qual faz parte da "Zona Euro"?

- (A) Malta.
- (B) Inglaterra.
- (C) Dinamarca.
- (D) Suécia.

02. O poeta Paulo Bonfim, membro da Academia Paulista de Letras, escreveu o livro de poemas Antonio Triste, que foi ilustrado por

- (A) Candido Portinari.
- (B) Tarsila do Amaral.
- (C) Di Cavalcanti.
- (D) Alfredo Volpi.

03. Em 2010, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido ao

- (A) norte-americano Barack Obama.
- (B) brasileiro Dom Paulo Evaristo Arns.
- (C) italiano Norberto Bobbio.
- (D) chinês Liu Xiaobo.

04. Dentre os países elencados, qual deles é uma monarquia?

- (A) Portugal.
- (B) Itália.
- (C) Marrocos.
- (D) Cazaquistão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil

05. Analise as seguintes proposições a respeito da capacidade civil.

I. A emancipação voluntária pode ser concedida pelos pais, mediante instrumento particular autêntico, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.

II. São relativamente incapazes os ébrios habituais que tenham discernimento reduzido.

III. Pessoa que sofreu grave acidente e encontra-se em coma por vários meses pode ser interditada como absolutamente incapaz.

IV. Declarado nulo o matrimônio e reconhecido o casamento putativo em favor daquele que alcançou a capacidade por força do casamento, a emancipação continua válida e produz todos seus efeitos. Está correto o contido apenas em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

06. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

(A) A fundação pode ser criada por ato intervivos, mediante instrumento particular autêntico, com assinatura de duas testemunhas, ou por testamento.

(B) Segundo orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, admitindo responsabilização dos sócios sempre que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

(C) É possível criar fundação com finalidade político-partidária.

(D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é fundada no risco integral, não admitindo excludentes de caso fortuito/força maior ou culpa da vítima.

07. Analise as seguintes afirmações.

I. O menor com quinze anos de idade, que agindo de má-fé declarou-se maior, não poderá pleitear anulação do negócio jurídico.

II. Declarada a nulidade do negócio jurídico celebrado com incapaz, este não será obrigado a devolver os valores que havia recebido, salvo se a outra parte demonstrar que tal quantia reverteu em favor do incapaz.

III. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para se pleitear a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.

IV. A impossibilidade inicial relativa do objeto não invalida o negócio jurídico.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I é falsa e II é verdadeira.
- (B) I e IV são verdadeiras.
- (C) Todas as alternativas são falsas.
- (D) III e IV são verdadeiras.

08. O curador de um absolutamente incapaz, interditado em razão de enfermidade mental, celebrou contrato de locação no qual figurou simultaneamente como locatário e representante legal do locador. Sobre essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) O negócio é válido, pois se trata de ato de simples administração.
- (B) O negócio é nulo em razão do dolo.
- (C) O negócio é anulável.
- (D) O negócio é inexistente.

09. Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

- I. Não anula o negócio jurídico a coação praticada por terceiro da qual o beneficiário do contrato não tinha conhecimento.
 - II. Na fraude pauliana decorrente de ato de liberalidade, é irrelevante a boa-fé do beneficiário da doação.
 - III. A lesão, no Código Civil, não exige o dolo de aproveitamento.
 - IV. A ameaça de mal dirigido a pessoa não pertencente à família do contratante pode caracterizar coação.
- (A) Apenas a alternativa II é verdadeira.
(B) Todas as alternativas são falsas.
(C) Todas as alternativas são verdadeiras.
(D) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras.

10. A habilitação de casamento será feita perante o Oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público, conforme a regra prevista no artigo 1.526 do Código Civil. A autoridade que detém a atribuição para dirimir questionamentos do Oficial, ou decidir impugnação do Ministério Público, segundo orientação traçada no âmbito do Estado de São Paulo, é o

(A) Juiz Corregedor Permanente.
(B) Juiz da Vara da Família e das Sucessões.
(C) Juiz de Casamento.
(D) Juiz de Paz.

11. Assinale a alternativa incorreta a respeito do casamento.

(A) As causas suspensivas do casamento podem ser relevadas judicialmente, provando inexistência de prejuízo.
(B) O casamento do relativamente incapaz depende da anuência de ambos os pais e de autorização judicial.
(C) O companheiro viúvo não pode se casar com a filha de sua companheira, pois o parentesco por afinidade também se estabelece na união estável.
(D) Os pais, tutores e curadores podem, até o momento da celebração do casamento, revogar a autorização concedida ao incapaz para se casar.

12. Analise as proposições apresentadas e assinale a alternativa correta.

I. No regime de separação absoluta, o marido pode alienar ou gravar imóveis sem autorização da cônjuge.
II. No regime de comunhão parcial de bens, o cônjuge pode alienar imóvel adquirido antes do casamento independentemente da autorização do outro.
III. No regime de comunhão parcial, o cônjuge depende da autorização do outro para prestar aval, ressalvada a possibilidade de obter suprimento judicial.
IV. No regime de comunhão parcial, é nula a venda de imóvel adquirido onerosamente no curso do matrimônio sem anuência do cônjuge.

(A) As alternativas I e III são falsas.
(B) As alternativas II e IV são verdadeiras.
(C) A alternativa I é verdadeira e a IV é falsa.
(D) apenas a alternativa IV é verdadeira.

13. Sobre adoção, conforme disciplina da Lei n.º 8.069/90, é incorreto afirmar que

(A) a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento e antes de prolatada a sentença.
(B) a adoção é medida irrevogável.
(C) o adotante deve ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.
(D) a adoção por procuração exige escritura pública.

14. Leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

(A) Até a partilha, o direito dos herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível.
(B) O herdeiro não pode ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão se outro herdeiro quiser exercer seu direito de preferência.
(C) A cessão de direitos hereditários é ineficaz se tiver por objeto bem da herança considerado singularmente.
(D) A cessão de direitos hereditários pode ser realizada mediante instrumento particular.

15. Os imóveis pertencentes aos menores sob tutela

(A) somente podem ser vendidos quando houver manifesta vantagem, mediante prévia avaliação judicial e aprovação do juiz.
(B) são inalienáveis.
(C) somente podem ser vendidos mediante prévia avaliação judicial, aprovação do juiz e em hasta pública.
(D) somente podem ser vendidos por motivo de necessidade e aprovação do juiz, dispensada avaliação judicial se realizada alienação em hasta pública.

16. As hipotecas sobre as estradas de ferro serão registradas no

(A) Registro de Imóveis correspondente à estação final da respectiva linha.
(B) Registro de Imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.
(C) Registro de Imóveis correspondente à área de maior abrangência da respectiva via férrea.
(D) Registro de Títulos e Documentos correspondente à estação final da respectiva linha.

17. Em relação ao usufruto, é correto afirmar que

(A) não se pode transferir o usufruto por alienação.
(B) não se pode ceder seu exercício por título gratuito.
(C) não se pode ceder seu exercício por título oneroso.
(D) pode ser transferido por alienação.

18. Marcus Aurelius recebeu de Augustus um imóvel em doação, com condição resolutive. Posteriormente, Marcus Aurelius vendeu o imóvel a Tito, sendo ambos os negócios levados a registro na matrícula do imóvel. Algum tempo depois, houve implemento da condição resolutive. É correto afirmar que

- (A) a compra e venda é eficaz e Tito conserva o bem comprado.
- (B) a venda na pendência da condição é nula.
- (C) Tito deverá restituir o imóvel a Augustus apenas na hipótese de o donatário Marcus ter se tornado insolvente e não tiver condições de ressarcir o valor da coisa ao doador.
- (D) resolvida a propriedade do donatário pelo implemento da condição, também se encontra resolvido o direito do adquirente Tito, que deverá restituir a coisa ao doador.

19. Podem ser revogadas por ingratidão as doações

- (A) feitas para determinado casamento.
- (B) se o donatário cometeu contra o doador ofensa física.
- (C) puramente remuneratórias.
- (D) feitas em contemplação do merecimento do donatário.

20. O representante convencional recebeu procuração com poderes ilimitados para alienar imóvel do representado. Porém, ao contratar com terceiro, contrariou instruções verbais do mandante quanto ao preço mínimo de venda do bem. Nesse caso, pode-se afirmar que o negócio é

- (A) anulável.
- (B) nulo.
- (C) válido.
- (D) ineficaz perante o mandante.

21. César doou um imóvel a Brutus. Logo depois, o donatário vendeu o imóvel a Lívio. Anos mais tarde, Brutus atentou contra a vida de César e a doação foi revogada por ingratidão. Pode-se afirmar que

- (A) Lívio será obrigado a restituir a coisa a César, sem direito de indenização, pois não há evicção em contrato gratuito.
- (B) Resolvida a doação pela ingratidão, resolve-se o direito do adquirente Lívio, que deverá restituir a coisa a César.
- (C) Lívio será considerado proprietário perfeito e restará a César o direito de cobrar o valor da coisa de Brutus.
- (D) Lívio tem direito de preempção, pagando o valor da coisa a César e exercendo o direito da evicção contra Brutus.

Nas questões de números **22** a **24**, assinale a alternativa correta.

22.

- (A) A reserva mental é vício que acarreta nulidade do negócio jurídico.
- (B) O dolo acidental do terceiro acarreta nulidade do negócio jurídico.
- (C) O erro de direito não autoriza anulação do negócio jurídico, pois ninguém pode alegar ignorância da Lei.
- (D) Não é anulável o negócio se o destinatário da declaração, dotado da diligência normal, não tinha condições de perceber a existência do erro substancial no qual incidiu o declarante.

23.

- (A) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- (B) São úteis as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- (C) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de boa-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.
- (D) O possuidor de má-fé tem direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias e úteis, sem direito de retenção, e tem direito a levantar as benfeitorias voluptuárias.

24. A respeito da prescrição,

- (A) o simples protesto cambial não interrompe a prescrição.
- (B) a exceção prescreve na metade do prazo da pretensão.
- (C) a prescrição não pode ser reconhecida de ofício.
- (D) a prescrição interrompida contra um dos devedores solidários atinge os demais.

Direito Processual Civil

25. A sentença proferida por tribunal estrangeiro não terá eficácia no Brasil senão depois de homologada pelo

- (A) Tribunal de Justiça.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal de Justiça, após a expedição do "exequator".

26. A representação processual em juízo, ativa e passivamente, é atribuída da seguinte forma:

- (A) a massa falida, pelo maior credor.
- (B) o Município, pelo servidor público credenciado.
- (C) a herança jacente ou vacante, por seu procurador.
- (D) o espólio, pelo inventariante.

- 27.** O juiz autorizará a alienação antecipada dos bens penhorados, quando
- (A) sujeitos à deterioração ou depreciação.
 - (B) houver urgência no pagamento de indenização.
 - (C) o credor for beneficiário da justiça gratuita.
 - (D) a dívida tributária pendente, a cargo do devedor, exigir pronto pagamento.

Nas questões de números **28** e **29**, leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

28.

- (A) Na ação de consignação em pagamento fundada na dúvida sobre o legítimo credor, havendo disputa do crédito pelos réus, o juiz declarará extinta a obrigação do autor e a demanda prosseguirá apenas entre os credores, observando-se o rito ordinário.
- (B) Nas ações possessórias, é lícito ao autor cumular o pedido possessório com perdas e danos, cominação de multa para o caso de nova turbação ou esbulho e desfazimento de construção ou plantação. O réu poderá formular pedido para tutela de sua posse e que poderá abranger a indenização resultante da turbação ou esbulho imputado ao autor.
- (C) A ação de divisão poderá ser cumulada com a ação de demarcação, porém, nesta hipótese, deverá ser processada primeiramente a divisão, citando-se condôminos e confinantes.
- (D) Os embargos de terceiro podem servir para a defesa da posse de bens atingidos por arrolamento de bens em que o embargante não era parte.

29.

- (A) A conciliação é possível nas ações que tramitam nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- (B) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.
- (C) Liminares concedidas em mandados de segurança poderão ser suspensas em uma única decisão do Tribunal ao qual estiver vinculado o órgão prolator da decisão impugnada. A suspensão poderá, inclusive, atingir liminares supervenientes, bastando o aditamento do pedido de suspensão da segurança.
- (D) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, será cabível o mandado de segurança coletivo, sendo vedado o manejo do mandado de segurança individual.

30. Leia o que segue e assinale a alternativa correta.

- (A) A interrupção da prescrição se dará a partir da citação, quando ela ocorrer após 90 dias do ajuizamento da ação por problemas de eficiência do Poder Judiciário.
- (B) A citação será feita pelo correio, excetuadas aquelas demandas em que a parte solicite a citação por mandado ou que envolvam questões de estado, capacidade ou, ainda, que o réu seja uma pessoa jurídica de direito público.
- (C) A citação por edital prefere à citação por mandado.
- (D) A prescrição será interrompida de maneira retroativa à data de propositura da ação, independentemente do atraso na citação.

Direito Penal

31. Promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente

- (A) tipifica conduta penal de registro de nascimento inexistente.
- (B) tipifica conduta penal de sonegação de estado de filiação.
- (C) tipifica conduta penal de parto suposto, supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.
- (D) não configura ilícito penal.

32. Assinale a alternativa que indica hipótese de não aplicação da lei penal brasileira.

- (A) Crime praticado em navio de cruzeiro italiano, navegando em mar territorial brasileiro.
- (B) Crime praticado em navio de guerra brasileiro, navegando no mar territorial australiano.
- (C) Crime praticado em lancha de recreio brasileira no mar territorial uruguaio.
- (D) Falsificação de Reais (artigo 289 do Código Penal) praticada na China.

33. O artigo 312 do Código Penal, crime de peculato, pode ser imputado

- (A) ao particular em coautoria, desde que tenha conhecimento da qualidade de funcionário público do autor.
- (B) ao funcionário público desvinculado da função.
- (C) somente ao funcionário público independentemente do exercício de sua função.
- (D) somente ao particular.

34. O uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando

- (A) não pode ser absorvido.
- (B) se exaure sem mais potencialidade lesiva.
- (C) o crime de estelionato não for qualificado.
- (D) o agente é funcionário público.

35. O funcionário público ofendido no exercício de sua função

- (A) deverá promover ação por meio de queixa-crime.
- (B) deverá promover a ação por meio de representação ao órgão ministerial.
- (C) deverá aguardar a manifestação da autoridade policial.
- (D) poderá promover a ação, ou por meio de queixa-crime ou por meio de representação, ao órgão ministerial.

36. A sentença que concede perdão judicial
- (A) será considerada para efeitos de reincidência, vedada a reabilitação.
 - (B) não será considerada para efeitos de reincidência.
 - (C) está sujeita ao reexame necessário pelo juízo *ad quem*.
 - (D) será considerada para efeito de reincidência, mas se sujeita às regras da reabilitação.

Direito Processual Penal

37. Qual o recurso cabível da decisão, despacho ou sentença que concluir pela incompetência do juízo?
- (A) Correição Parcial.
 - (B) Apelação.
 - (C) Agravo.
 - (D) Recurso em Sentido Estrito.
38. Pode-se afirmar que a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de
- (A) infração punida com detenção.
 - (B) infração punida com prisão simples.
 - (C) infração punida com detenção ou prisão simples.
 - (D) infração punida com pena de multa.

Direito Tributário

39. Assinale a alternativa que contém o significado e o ente encarregado da arrecadação do ITCMD, respectivamente.
- (A) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Estado.
 - (B) Imposição Tarifária sobre o Crescimento Médio do Desenvolvimento; União.
 - (C) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Município.
 - (D) Imposto de Transferência e Circulação de Mercadoria; Estado.
40. Assinale a alternativa que contém afirmação correta quanto às limitações do poder de tributário.
- (A) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (B) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (C) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
 - (D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais e o papel destinado a sua impressão, cuja atribuição é reservada exclusivamente à União.
41. No Sistema Tributário Nacional, de acordo com o texto constitucional, a estipulação de normas gerais em matéria de legislação tributária cabe à
- (A) lei especial.
 - (B) lei complementar.
 - (C) lei ordinária.
 - (D) lei delegada.
42. De acordo com a jurisprudência iterativa do STF e com os princípios gerais de direito tributário, assinale a alternativa correta.
- (A) Nova tabela de emolumentos pode ser aplicada retroativamente a atos já praticados, mas para os quais ainda não ocorreu pagamento.
 - (B) Nova tabela, com majoração de emolumentos extrajudiciais, tem aplicação imediata a partir de sua publicação.
 - (C) A atualização do valor monetário da tabela de emolumentos não exige lei em sentido estrito.
 - (D) A definição do fato gerador dos emolumentos extrajudiciais pode ser feita por meio de Decreto do Poder Executivo Estadual.
43. A respeito da progressividade nas alíquotas dos tributos que incidem sobre imóveis, assinale a alternativa correta.
- (A) É possível para o ITBI, com objetivo extrafiscal.
 - (B) É possível para todos os impostos reais, com objetivo estritamente arrecadatório.
 - (C) É possível para o IPTU, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
 - (D) Não é possível para o ITR, por falta de previsão do constituinte derivado.
44. Sobre as hipóteses de exclusão do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que
- (A) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal do crédito excluído.
 - (B) a outorga de anistia somente poderá ser concedida por meio de lei específica que regule exclusivamente o correspondente tributo.
 - (C) a anistia não pode ser concedida em caráter geral.
 - (D) a lei concessiva de anistia pode abranger infrações que venham a ser cometidas posteriormente, desde que relacionadas ao mesmo tributo.

Direito Comercial

- 45.** Leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.
- (A) O empresário casado, exceto no caso de regime de separação de bens, não pode alienar bens imóveis que integram o patrimônio da empresa sem autorização do cônjuge.
 - (B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis.
 - (C) É possível ao empresário individual solicitar a transformação do seu registro para registro de sociedade empresária, caso venha a admitir sócios.
 - (D) Pode ser considerado empresário aquele que exerce profissão artística, conquanto o exercício da profissão constitua elemento de empresa.
- 46.** A consequência da interdição do empresário é
- (A) extinção da empresa.
 - (B) suspensão da atividade até obtenção de novo sócio capaz.
 - (C) dissolução parcial da empresa, com exclusão do interditado.
 - (D) continuação da empresa por meio de representante, com necessária autorização judicial.
- 47.** Sobre as práticas comerciais disciplinadas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) é facultado ao fornecedor de produtos encerrar a oferta de peças de reposição, logo que cessada a produção ou a importação dos mesmos.
 - (B) o orçamento de serviço obriga o fornecedor pelo prazo de 10 dias, salvo estipulação em contrário.
 - (C) o fornecedor dos produtos e serviços não responde perante os consumidores, quando os atos forem praticados pelos representantes autônomos.
 - (D) é vedado ao fornecedor de produtos e serviços condicionar o fornecimento, mesmo com justa causa, a limites quantitativos.
- 48.** Na sustação de protesto por ordem judicial, é correto afirmar que os títulos
- (A) serão remetidos obrigatoriamente ao Juízo que proferiu a ordem de sustação.
 - (B) serão remetidos obrigatoriamente ao Juiz Corregedor do Tabelião de Protestos.
 - (C) permanecerão no Tabelionato à disposição do Juízo que proferiu a ordem de sustação.
 - (D) serão retirados pelo credor para apresentação no processo judicial.
- 49.** Em relação às sociedades em nome coletivo disciplinadas no Código Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O credor do sócio poderá requerer a liquidação da quota do devedor, independente da dissolução da sociedade.
 - (B) A responsabilidade é sempre limitada à participação de cada sócio no capital social.
 - (C) Somente as pessoas jurídicas podem tomar parte do quadro societário.
 - (D) Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no ato da constituição da sociedade ou em momento posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.
- 50.** Sobre o administrador judicial disciplinado na Lei n.º 11.101/2005, é incorreto afirmar que
- (A) pode ser nomeada como administrador judicial uma pessoa jurídica especializada.
 - (B) na falência, o administrador judicial poderá transigir sobre o recebimento de créditos da falida, inclusive concedendo abatimentos, desde que sejam créditos de difícil recuperação, dispensando-se, nesta hipótese, a necessidade de autorização judicial ou concordância dos credores.
 - (C) na recuperação judicial, ao administrador judicial compete requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação prevista no plano, sem prejuízo da iniciativa de credores ou do Ministério Público.
 - (D) na falência, o administrador judicial representará a massa falida em Juízo.
- 51.** Sobre as operações disciplinadas na Lei n.º 9.514/97 (regulamenta o Sistema Financeiro Imobiliário), é incorreto afirmar que
- (A) a alienação fiduciária pode ter como objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.
 - (B) as operações de financiamento imobiliário serão garantidas por hipoteca e alienação fiduciária, sendo vedada a caução de direitos creditórios.
 - (C) o Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI é título de crédito nominativo e de livre negociação.
 - (D) o contrato que serve de título do negócio fiduciário deverá conter, dentre outros itens, o valor do principal da dívida, o prazo e condições de reposição do empréstimo, a taxa de juros e encargos e a descrição do imóvel objeto da alienação fiduciária.
- 52.** A respeito do protesto de duplicatas, é incorreto afirmar que
- (A) para exercício do direito de regresso contra endossantes e respectivos avalistas, o portador deverá tirar o protesto do título dentro do prazo de 30 dias, contados da data do seu vencimento.
 - (B) se a duplicata não mencionar a praça de pagamento, o protesto deverá ser tirado no domicílio do comprador.
 - (C) o protesto pode ser feito por falta ou recusa de aceite, falta ou recusa de pagamento e por falta de devolução do título.
 - (D) a ausência de protesto da duplicata por falta de aceite impede o protesto por falta de pagamento.

Direito Administrativo

53. São modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/93:

- (A) concorrência, tomada de preços, convite, leilão e hastas.
- (B) escritura pública, concorrência, tomada de preços, concurso e convite.
- (C) escritura pública, concorrência, convite, concurso e leilão.
- (D) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

- 54.** Sobre consórcios públicos, é correto dizer que
(A) os consórcios públicos serão realizados mediante constituição de autarquia, sendo vedada a instituição por pessoa jurídica de direito privado.
(B) a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
(C) o consórcio público será celebrado mediante contrato de rateio, sendo vedada outra espécie de contratação.
(D) o consórcio público não poderá exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos.
- 55.** A respeito de mandado de segurança, é correto afirmar que
(A) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
(B) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
(C) em hipótese alguma é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama, fax ou outro meio eletrônico.
(D) pessoa jurídica não pode impetrar mandado de segurança.
- 56.** O ato discricionário praticado por autoridade incompetente, ou realizado por forma diversa da prevista em lei é
(A) passível de retificação.
(B) juridicamente inexistente.
(C) ilegítimo e nulo.
(D) anulável.
- 57.** Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.
(A) O controle do contrato administrativo é um dos poderes inerentes à administração e, por isso mesmo, implícito em toda contratação pública.
(B) O controle do contrato administrativo depende de estipulação de cláusula expressa.
(C) O poder de controle do contrato administrativo retira ao particular a autonomia da execução dentro das cláusulas avançadas.
(D) Em nenhuma hipótese é lícito à administração assumir provisória ou definitivamente a execução do objeto do contrato, com utilização dos materiais, pessoal e equipamento do contratado, a serem posteriormente indenizados.
- 58.** A exceção de contrato não cumprido – *exceptio non adimpleti contractus* –, usualmente invocada nos ajustes de Direito Privado, aplica-se em contratos administrativos. No que se refere a essa afirmação, assinale a alternativa correta.
(A) É inadmissível, porque os contratos administrativos regem-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público.
(B) É incabível a invocação da exceção nas questões relativas aos contratos administrativos.
(C) Em princípio, não se aplica aos contratos administrativos, quando a falta é da Administração. Esta, porém, pode arguir a exceção em seu favor, em face da inadimplência do particular contratado.
(D) A inoponibilidade da exceção constitui regra absoluta, que não admite tergiversação.
- 59.** Sobre desapropriação, é incorreto afirmar que
(A) todos os bens móveis e imóveis, corpóreos ou incorpóreos podem ser desapropriados.
(B) a desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.
(C) a retrocessão é o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel desapropriado, quando não houver sido dada a ele destinação pública.
(D) conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal (súmula 652), a imissão provisória na posse do imóvel desapropriado depende de prévia citação judicial do réu e depósito do preço.
- 60.** Sobre Terras Devolutas, é incorreto afirmar que
(A) as terras devolutas integram a categoria de bens de uso especial.
(B) as terras devolutas constituem espécie do gênero terras públicas.
(C) pela Constituição Federal, são bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
(D) a ação discriminatória tem como objetivo separar terras públicas das particulares, mediante verificação da legitimidade dos títulos de domínio dos particulares, apurando-se, por exclusão, as terras de domínio público.

Direito Constitucional

- 61.** A quem compete proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa?
(A) Privativamente ao Senado Federal.
(B) Privativamente à Câmara dos Deputados.
(C) Conjuntamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
(D) Ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- 62.** No âmbito nacional, a matéria constante de Projeto de Lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa?
(A) Sim. Não há vedação ou ressalva no texto constitucional.
(B) Não. Há proibição de ordem constitucional.
(C) Sim, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

(D) Sim. Excepcionalmente em caso de iniciativa individual que contar com a maioria relativa dos membros do Congresso Nacional.

63. A competência da União para emitir moeda será exercida pelo(a)

- (A) órgão competente subordinado ao Ministério da Fazenda.
- (B) Banco Central.
- (C) Casa da Moeda do Tesouro Nacional.
- (D) instituição financeira vencedora de licitação.

64. Assinale a alternativa correta a respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- (A) Tem na sua composição um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Tem na sua composição dois desembargadores de Tribunal de Justiça, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Tem na sua composição dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados, um pela Câmara dos Deputados e outro, pelo Senado Federal.
- (D) É composto por 17 membros com mandato de 02 anos, admitida 01 recondução.

65. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) procedimento em matéria processual.
- (B) produção e consumo.
- (C) florestas, caça e pesca.
- (D) águas, energia e informática.

66. A Constituição Federal, quanto aos serviços notariais e de registro, não permite que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de

- (A) seis meses.
- (B) noventa dias.
- (C) um ano.
- (D) três anos.

67. Sobre a disciplina da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso na Constituição Federal, é incorreto afirmar que

- (A) o casamento religioso poderá ter efeito civil, nos termos da lei.
- (B) entende-se como entidade familiar, também, aquela formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- (C) a Constituição considerou idosa a pessoa com idade superior a 70 anos, para fins de proteção da lei, inclusive a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- (D) a Constituição definiu o princípio da absoluta prioridade em favor da criança e do adolescente, garantindo-se a eles o dever da família, da sociedade e do Estado para assegurar os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à cultura e à dignidade.

68. Assinale, dentre as alternativas apresentadas, o cargo privativo de brasileiro nato.

- (A) Desembargador do Tribunal de Justiça.
- (B) Ministro da Fazenda.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Oficial das Forças Armadas.

Registros Públicos

69. O Tabelião deve saber que o protesto por falta de aceite de uma Letra de Câmbio

- (A) dá ensejo ao lançamento apenas do nome do sacado nos índices da Serventia, bem como no termo de protesto.
- (B) dá ensejo ao lançamento do nome e documento do sacado nos índices da Serventia, bem como no termo de protesto.
- (C) somente poderá ser lavrado se comprovado o vínculo contratual, mediante apresentação do contrato firmado entre o sacador-apresentante e o sacado-devedor.
- (D) somente poderá ser lavrado antes do vencimento da obrigação representada no título, e desde que decorrido o prazo legal para o aceite ou a devolução.

70. É obrigatória a protocolização de todos os títulos e documentos de dívida apresentados ao Tabelionato de Protesto, observando estrita ordem cronológica de entrada. Em caso de impossibilidade de imediato registro no Livro Protocolo, por defeito no sistema de informática, ele deve ser feito no prazo o mais breve possível. Se o apresentante, porém, invoca situação de urgência, dizendo que o devedor está prestes a se mudar para o exterior, e pede imediata intimação do devedor, o Tabelião

- (A) expede a intimação e depois registra o apontamento do título no Livro Protocolo, ofertando a devida justificação na coluna "ocorrências" do livro.
- (B) não pode expedir intimação do devedor antes do registro no Livro Protocolo.
- (C) expede a intimação, mas orienta o funcionário incumbido da diligência que aguarde a protocolização do título e a posterior comunicação.
- (D) devolve o título ao apresentante, dizendo-se impossibilitado de dar início ao procedimento de protesto.

71. Hoje, diante da dinamização dos negócios realizados pela indústria e pelo comércio, as duplicatas mercantis materializadas em papel estão sendo substituídas pelas indicações eletrônicas, apresentadas, em geral, no Tabelionato de Protesto por intermédio dos bancos e que fazem uso de endosso-mandato. Em caso de ausência de aceite do sacado, nas indicações eletrônicas, o protesto é

- (A) proibido por lei, tendo em vista que o protesto feito por indicação eletrônica só é permitido quando há aceite do sacado.

(B) permitido somente com exibição dos originais que comprovem a origem do título, a entrega e o recebimento das mercadorias.

(C) permitido sem exigência de qualquer outra formalidade, bastando apenas que o apresentante seja banco ou outra empresa idônea.

(D) possível, mediante simples declaração de que o sacador ou o detentor do título tem em seu poder os documentos que comprovam a causa do saque, a entrega e o recebimento das mercadorias.

72. A tirada do protesto é de três dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento da dívida. Em caso de devedor residente em local certo e determinado, mas em Comarca diversa daquela do Tabelionato de Protesto, em função do local de pagamento, a intimação se faz

(A) por meio de delegação ao Tabelião do local onde residente o devedor para que promova a intimação.

(B) pelo correio, com aviso de recebimento.

(C) por edital afixado no Tabelionato de Protesto e publicado pela imprensa local, onde houver jornal de circulação diária.

(D) apenas pelo Tabelionato onde residente o devedor, devolvendo àquele do local do pagamento o título correspondente para que seja reapresentado a outro Tabelião.

73. O Livro Protocolo é de suma importância para o Tabelionato de Protesto e deve ser escriturado com rigoroso registro dos títulos e documentos de dívida apresentados. Exige-se, ainda,

(A) escrituração diária, especificando apenas o dia do lançamento, sem necessidade de qualquer termo de encerramento.

(B) escrituração diária, consignando, ao final do dia, termo de encerramento com número de títulos apresentados.

(C) escrituração semanal, especificando em cada período o número de títulos apresentados em cada dia, fazendo indicação, no termo de encerramento, do total daquela semana.

(D) escrituração mensal, indicando o total dos títulos apresentados naquele período.

74. Na qualificação da alienação fiduciária de bens imóveis, o Oficial de Registro de Imóveis deve saber que

(A) ela pode ser contratada por pessoa física ou jurídica, sendo, no entanto, privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI instituído pela Lei n.º 9.514/97.

(B) ela pode ter como objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.

(C) se constitui a propriedade fiduciária de coisa imóvel no momento da assinatura por todas as partes envolvidas no contrato, que servirá de título para o registro imobiliário.

(D) o fiduciante, mesmo com anuência expressa do fiduciário, fica proibido de transmitir os direitos de que seja titular sobre o imóvel objeto da alienação fiduciária.

75. Paulo prenotou no Registro de Imóveis Cédula de Crédito Bancário, representativa de dívida oriunda de um contrato de abertura de crédito firmado com o Banco X S/A, no corpo da qual alienara fiduciariamente imóvel de sua propriedade, como garantia das obrigações ali pactuadas. Diante de tal fato, o título deve ser qualificado

(A) positivamente pelo oficial, se não houver nenhum óbice sob o ponto de vista dos princípios registrários e estiverem preenchidos todos os requisitos formais e legais previstos em lei, tanto para a cédula de crédito bancário quanto para a alienação fiduciária.

(B) negativamente para registro pelo oficial, pois a alienação fiduciária deveria estar, necessariamente, instrumentalizada por escritura pública ou documento particular, em separado.

(C) negativamente para registro pelo oficial, pois a cédula de crédito bancário não constitui título hábil a ingressar no fôlio real.

(D) negativamente para registro pelo oficial, pois a alienação fiduciária deveria estar instrumentalizada por escritura pública.

76. A respeito do registro da instituição e especificação do condomínio edilício regulado pela Lei n.º 4.591/64, pelos artigos 1.331 a 1.358 do Código Civil e pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

(A) deve ser lançado no Livro n.º 3, juntamente com o da convenção de condomínio.

(B) depende, em todo e qualquer caso, do prévio registro da incorporação imobiliária.

(C) antes de averbada a construção e registrada a instituição do condomínio, será irregular a abertura de matrícula para o registro de atos relativos às futuras unidades autônomas.

(D) deve ser promovido em cada uma das matrículas das unidades autônomas abertas por ocasião do registro da incorporação.

77. Sobre incorporação e condomínio no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

(A) Para averbação da construção e registro de instituição cujo plano inicial não tenha sido modificado, será suficiente requerimento que enumere as unidades, com remissão à documentação arquivada com o registro da incorporação, acompanhado de certificado de conclusão da edificação e desnecessária anuência unânime dos condôminos.

(B) É dispensável a apresentação da certidão negativa de débito – CND relativa à obra, por ocasião da averbação da construção e do registro da instituição de condomínio, quando o incorporador já tiver apresentado documento comprobatório de inexistência de débito para com a

Previdência Social relativo à empresa incorporadora, quando do requerimento de registro da incorporação.

(C) O prazo para a qualificação registrária da incorporação imobiliária é de 30 dias contados da data da prenotação.

(D) Se contra os alienantes do terreno e o incorporador houver qualquer ação de indenização que possa comprometer o imóvel, tal fato impedirá o registro da incorporação.

78. A prenotação está diretamente relacionada ao princípio da

(A) Concentração.

(B) Especialidade.

(C) Prioridade.

(D) Continuidade.

79. De acordo com o artigo 215 do Código Civil, não é(são) requisito(s) da escritura pública:

- (A) manifestação clara da vontade das partes.
- (B) referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato.
- (C) declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes ou de que todos a leram.
- (D) data, local e horário da sua realização.

80. A lavratura de uma ata notarial não deve ser indicada pelo tabelião para formalizar uma

- (A) promessa de recompensa.
- (B) constatação de página em *site* da internet.
- (C) redução a termo do ocorrido em uma assembleia de S/A.
- (D) constatação de vídeo no *youtube*.

81. Segundo o Decreto do Estado de São Paulo n.º 46.655, de 01.04.2002, que regulamenta o ITCMD, é correto afirmar que

- (A) o imposto *causa-mortis* terá desconto de 5%, se recolhido até 90 dias da abertura da sucessão.
- (B) o imposto *causa-mortis* terá desconto de 10%, se recolhido até 30 dias da abertura da sucessão.
- (C) haverá incidência de juros e multa moratórios passado um ano da abertura da sucessão.
- (D) o mencionado decreto não prevê qualquer desconto para o imposto *causa-mortis*.

82. Sobre o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, é correto afirmar que

- (A) a sociedade por ações, a depender de seu objeto, pode ser considerada simples. Nesse caso, seu estatuto será registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (B) a sociedade simples pode assumir a forma de comandita simples e seu estatuto será registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (C) a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro de seu contrato no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de sua sede.
- (D) a sociedade cooperativa é sempre empresária, portanto, seu estatuto deve ser registrado na Junta Comercial de sua sede.

83. Sobre os livros obrigatórios do Registro Civil de Pessoa Jurídica, é correto afirmar que

- (A) o Livro Protocolo pode ser dispensado se a serventia utilizar-se de serviços de microfilmagem.
- (B) no Livro A devem ser lançados todos os requerimentos, documentos, papéis e títulos ingressados que digam respeito a atos de registro ou averbação.
- (C) a ocorrência do procedimento de dúvida deverá ser anotada no Livro Protocolo.
- (D) o Livro Protocolo pode ser o mesmo utilizado para o Registro de Títulos e Documentos, pois essas modalidades são sempre cumuladas.

84. É constituído, por meio do registro do instrumento em Registro de Títulos e Documentos,

- (A) penhor pecuário.
- (B) penhor de direito.
- (C) penhor mercantil.
- (D) penhor legal.

85. É obrigatório o registro em títulos e documentos:

- (A) cláusula de venda com reserva de domínio, para validade perante terceiros.
- (B) doação manual, para validade entre as partes.
- (C) propriedade fiduciária de coisa móvel fungível, para sua constituição.
- (D) cláusula de retrovenda de coisa móvel, para sua constituição.

86. Grávida, aos sete meses de gestação, deu à luz a bebê do sexo masculino, que veio a falecer após dez minutos. No caso em tela, em relação ao fruto da gestação, deve ser lavrado pelo oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais um registro de

- (A) óbito no Livro C-Auxiliar.
- (B) natimorto no Livro C-Auxiliar, sem consignação de nome do registrado.
- (C) óbito no Livro C.
- (D) nascimento no Livro A e um de óbito no Livro C, com todos os requisitos devidos, inclusive com consignação do nome da criança.

87. Genitora comparece munida da declaração de nascido vivo (DNV) perante o oficial registrador civil, acompanhada de menor relativamente capaz, com 16 anos de idade, que declara ser o pai da criança a ser registrada. Você, na qualidade de registrador civil, e supondo que os demais requisitos para lavratura do assento de nascimento estejam em termos,

- (A) lavra o registro de nascimento da criança apenas com o nome da mãe e orienta os pais a procurarem a Justiça para o reconhecimento judicial do filho e posterior inclusão do nome paterno.
- (B) lavra o registro de nascimento da criança normalmente e lança não apenas o nome de mãe, como o nome do pai da criança, colhendo a assinatura de ambos no assento.
- (C) não lavra o registro de nascimento e orienta o pai da criança a voltar posteriormente, acompanhado de seus genitores, para que eles possam representá-lo no ato de registro.
- (D) lavra o registro de nascimento da criança apenas com o nome da mãe e orienta o casal a esperar que o pai complete dezoito anos de idade para poder proceder a uma das espécies de reconhecimento voluntário do filho.

88. Poderão ser corrigidos de ofício pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante requerimento do interessado, quando se tratar de erros que não exijam qualquer indagação para constatação imediata de necessidade de sua correção?

- (A) Sim, após manifestação conclusiva do Ministério Público.
- (B) Sim, após decisão favorável do Juiz Corregedor Permanente, sem impugnação oferecida pelo representante do Ministério Público.
- (C) Sim, após sentença proferida pelo Juiz Corregedor Permanente, deferindo a retificação, sem intervenção do Ministério Público.
- (D) Sim, pelo próprio Oficial, sem intervenção do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente.

89. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) As partes devem procurar o tabelião de notas do local de sua residência ou domicílio.
- (B) É livre a escolha do Tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- (C) O tabelião pode colher assinaturas e lavrar atos fora de seu município, desde que autorizado pela parte.
- (D) Havendo mais de um tabelião de notas em sua localidade, será obrigatória a prévia distribuição dos serviços.

90. Os Oficiais de Registros e Notários estão sujeitos à seguinte penalidade:

- (A) perda da delegação, que não dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou decisão em processo administrativo.
- (B) multa, em caso de dupla reincidência.
- (C) repreensão, em caso de descumprimento dos deveres ou de falta grave.
- (D) suspensão, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.

91. Os livros, fichas, documentos, papéis, microfilmes e sistemas de computação deverão permanecer sempre sob a guarda e responsabilidade do titular de serviço notarial ou de registro, que zelará por sua ordem, segurança e conservação. Se houver necessidade de serem periciados, como ocorrerá a diligência?

- (A) O exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular.
- (B) O exame deverá ocorrer na sede do órgão encarregado de realizar a perícia, em dia e hora adrede designados, com a presença do titular e autorização do juízo competente.
- (C) O exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular e autorização do juízo competente.
- (D) O exame deverá ocorrer na sede do órgão encarregado de realizar a perícia, em dia e hora adrede designados, com a presença do titular e intervenção do representante do Ministério Público.

92. Sobre a reabilitação das penas disciplinares impostas aos notários e registradores, é correto afirmar que

- (A) poderá ser requerida após o prazo de dois anos do cumprimento da pena.
- (B) alcançará os efeitos da condenação.
- (C) alcançará quaisquer penas impostas.
- (D) será requerida à Corregedoria Permanente, sendo irrelevante o órgão que aplicou a pena em grau originário.

93. Leia o que segue.

I. Os oficiais devem manter, em segurança, permanentemente, os livros e documentos, bem como devem responder por sua ordem e conservação.

II. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.

III. Todas as diligências judiciais e extrajudiciais que exigirem a apresentação de qualquer livro, ficha substitutiva de livro ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório.

Sobre essas afirmações, assinale a alternativa correta.

- (A) I, II e III estão incorretas.
- (B) I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas I e III estão corretas.

Versão 3 (GABARITO)

1 - A	2 - B	3 - D	4 - C	5 - D	6 - B	7 - A	8 - C	9 - C	10 - A
11 - B	12 - C	13 - D	14 - D	15 - A	16 - B	17 - A	18 - D	19 - B	20 - C
21 - C	22 - D	23 - A	24 - D	25 - C	26 - D	27 - A	28 - C	29 - D	30 - B
31 - A	32 - C	33 - A	34 - B	35 - D	36 - B	37 - D	38 - C	39 - A	40 - A
41 - B	42 - C	43 - C	44 - B	45 - A	46 - D	47 - B	48 - C	49 - D	50 - B
51 - B	52 - D	53 - D	54 - B	55 - A	56 - C	57 - A	58 - C	59 - D	60 - A
61 - B	62 - C	63 - B	64 - C	65 - D	66 - A	67 - C	68 - D	69 - D	70 - B
71 - D	72 - C	73 - B	74 - B	75 - A	76 - C	77 - A	78 - C	79 - D	80 - A
81 - A	82 - B	83 - C	84 - B	85 - A	86 - D	87 - B	88 - A	89 - B	90 - D
91 - C	92 - A	93 - B							

VERSÃO 4

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Penal

- 01.** Promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente
(A) tipifica conduta penal de registro de nascimento inexistente.
(B) tipifica conduta penal de sonegação de estado de filiação.
(C) tipifica conduta penal de parto suposto, supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.
(D) não configura ilícito penal.
- 02.** Assinale a alternativa que indica hipótese de não aplicação da lei penal brasileira.
(A) Crime praticado em navio de cruzeiro italiano, navegando em mar territorial brasileiro.
(B) Crime praticado em navio de guerra brasileiro, navegando no mar territorial australiano.
(C) Crime praticado em lancha de recreio brasileira no mar territorial uruguaio.
(D) Falsificação de Reais (artigo 289 do Código Penal) praticada na China.
- 03.** O artigo 312 do Código Penal, crime de peculato, pode ser imputado
(A) ao particular em coautoria, desde que tenha conhecimento da qualidade de funcionário público do autor.
(B) ao funcionário público desvinculado da função.
(C) somente ao funcionário público independentemente do exercício de sua função.
(D) somente ao particular.
- 04.** O uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando
(A) não pode ser absorvido.
(B) se exaure sem mais potencialidade lesiva.
(C) o crime de estelionato não for qualificado.
(D) o agente é funcionário público.
- 05.** O funcionário público ofendido no exercício de sua função
(A) deverá promover ação por meio de queixa-crime.
(B) deverá promover a ação por meio de representação ao órgão ministerial.
(C) deverá aguardar a manifestação da autoridade policial.
(D) poderá promover a ação, ou por meio de queixa-crime ou por meio de representação, ao órgão ministerial.
- 06.** A sentença que concede perdão judicial
(A) será considerada para efeitos de reincidência, vedada a reabilitação.
(B) não será considerada para efeitos de reincidência.
(C) está sujeita ao reexame necessário pelo juízo *ad quem*.
(D) será considerada para efeito de reincidência, mas se sujeita às regras da reabilitação.

Direito Processual Penal

- 07.** Qual o recurso cabível da decisão, despacho ou sentença que concluir pela incompetência do juízo?
(A) Correição Parcial.
(B) Apelação.
(C) Agravo.
(D) Recurso em Sentido Estrito.
- 08.** Pode-se afirmar que a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de
(A) infração punida com detenção.
(B) infração punida com prisão simples.
(C) infração punida com detenção ou prisão simples.
(D) infração punida com pena de multa.

Direito Tributário

- 09.** Assinale a alternativa que contém o significado e o ente encarregado da arrecadação do ITCMD, respectivamente.
(A) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Estado.
(B) Imposição Tarifária sobre o Crescimento Médio do Desenvolvimento; União.
(C) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; Município.
(D) Imposto de Transferência e Circulação de Mercadoria; Estado.
- 10.** Assinale a alternativa que contém afirmação correta quanto às limitações do poder de tributário.
(A) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
(B) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
(C) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
(D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais e o papel destinado a sua impressão, cuja atribuição é reservada exclusivamente à União.

11. No Sistema Tributário Nacional, de acordo com o texto constitucional, a estipulação de normas gerais em matéria de legislação tributária cabe à

- (A) lei especial.
- (B) lei complementar.
- (C) lei ordinária.
- (D) lei delegada.

12. De acordo com a jurisprudência iterativa do STF e com os princípios gerais de direito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Nova tabela de emolumentos pode ser aplicada retroativamente a atos já praticados, mas para os quais ainda não ocorreu pagamento.
- (B) Nova tabela, com majoração de emolumentos extrajudiciais, tem aplicação imediata a partir de sua publicação.
- (C) A atualização do valor monetário da tabela de emolumentos não exige lei em sentido estrito.
- (D) A definição do fato gerador dos emolumentos extrajudiciais pode ser feita por meio de Decreto do Poder Executivo Estadual.

13. A respeito da progressividade nas alíquotas dos tributos que incidem sobre imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível para o ITBI, com objetivo extrafiscal.
- (B) É possível para todos os impostos reais, com objetivo estritamente arrecadatório.
- (C) É possível para o IPTU, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- (D) Não é possível para o ITR, por falta de previsão do constituinte derivado.

14. Sobre as hipóteses de exclusão do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que

- (A) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal do crédito excluído.
- (B) a outorga de anistia somente poderá ser concedida por meio de lei específica que regule exclusivamente o correspondente tributo.
- (C) a anistia não pode ser concedida em caráter geral.
- (D) a lei concessiva de anistia pode abranger infrações que venham a ser cometidas posteriormente, desde que relacionadas ao mesmo tributo.

Direito Comercial

15. Leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

- (A) O empresário casado, exceto no caso de regime de separação de bens, não pode alienar bens imóveis que integram o patrimônio da empresa sem autorização do cônjuge.
- (B) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (C) É possível ao empresário individual solicitar a transformação do seu registro para registro de sociedade empresária, caso venha a admitir sócios.
- (D) Pode ser considerado empresário aquele que exerce profissão artística, conquanto o exercício da profissão constitua elemento de empresa.

16. A consequência da interdição do empresário é

- (A) extinção da empresa.
- (B) suspensão da atividade até obtenção de novo sócio capaz.
- (C) dissolução parcial da empresa, com exclusão do interditado.
- (D) continuação da empresa por meio de representante, com necessária autorização judicial.

17. Sobre as práticas comerciais disciplinadas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) é facultado ao fornecedor de produtos encerrar a oferta de peças de reposição, logo que cessada a produção ou a importação dos mesmos.
- (B) o orçamento de serviço obriga o fornecedor pelo prazo de 10 dias, salvo estipulação em contrário.
- (C) o fornecedor dos produtos e serviços não responde perante os consumidores, quando os atos forem praticados pelos representantes autônomos.
- (D) é vedado ao fornecedor de produtos e serviços condicionarem fornecimento, mesmo com justa causa, a limites quantitativos.

18. Na sustação de protesto por ordem judicial, é correto afirmar que os títulos

- (A) serão remetidos obrigatoriamente ao Juízo que proferiu a ordem de sustação.
- (B) serão remetidos obrigatoriamente ao Juiz Corregedor do Tabelião de Protestos.
- (C) permanecerão no Tabelionato à disposição do Juízo que proferiu a ordem de sustação.
- (D) serão retirados pelo credor para apresentação no processo judicial.

19. Em relação às sociedades em nome coletivo disciplinadas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O credor do sócio poderá requerer a liquidação da quota do devedor, independente da dissolução da sociedade.
- (B) A responsabilidade é sempre limitada à participação de cada sócio no capital social.
- (C) Somente as pessoas jurídicas podem tomar parte do quadro societário.
- (D) Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no ato da constituição da sociedade ou em momento posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.

20. Sobre o administrador judicial disciplinado na Lei n.º 11.101/2005, é incorreto afirmar que
(A) pode ser nomeada como administrador judicial uma pessoa jurídica especializada.
(B) na falência, o administrador judicial poderá transigir sobre o recebimento de créditos da falida, inclusive concedendo abatimentos, desde que sejam créditos de difícil recuperação, dispensando-se, nesta hipótese, a necessidade de autorização judicial ou concordância dos credores.
(C) na recuperação judicial, ao administrador judicial compete requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação prevista no plano, sem prejuízo da iniciativa de credores ou do Ministério Público.
(D) na falência, o administrador judicial representará a massa falida em Juízo.

21. Sobre as operações disciplinadas na Lei n.º 9.514/97 (regulamenta o Sistema Financeiro Imobiliário), é incorreto afirmar que
(A) a alienação fiduciária pode ter como objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.
(B) as operações de financiamento imobiliário serão garantidas por hipoteca e alienação fiduciária, sendo vedada a caução de direitos creditórios.
(C) o Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI é título de crédito nominativo e de livre negociação.
(D) o contrato que serve de título do negócio fiduciário deverá conter, dentre outros itens, o valor do principal da dívida, o prazo e condições de reposição do empréstimo, a taxa de juros e encargos e a descrição do imóvel objeto da alienação fiduciária.

22. A respeito do protesto de duplicatas, é incorreto afirmar que
(A) para exercício do direito de regresso contra endossantes e respectivos avalistas, o portador deverá tirar o protesto do título dentro do prazo de 30 dias, contados da data do seu vencimento.
(B) se a duplicata não mencionar a praça de pagamento, o protesto deverá ser tirado no domicílio do comprador.
(C) o protesto pode ser feito por falta ou recusa de aceite, falta ou recusa de pagamento e por falta de devolução do título.
(D) a ausência de protesto da duplicata por falta de aceite impede o protesto por falta de pagamento.

Direito Administrativo

23. São modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/93:

- (A) concorrência, tomada de preços, convite, leilão e hastas.
- (B) escritura pública, concorrência, tomada de preços, concurso e convite.
- (C) escritura pública, concorrência, convite, concurso e leilão.
- (D) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.

24. Sobre consórcios públicos, é correto dizer que

- (A) os consórcios públicos serão realizados mediante constituição de autarquia, sendo vedada a instituição por pessoa jurídica de direito privado.
- (B) a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- (C) o consórcio público será celebrado mediante contrato de rateio, sendo vedada outra espécie de contratação.
- (D) o consórcio público não poderá exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos.

25. A respeito de mandado de segurança, é correto afirmar que

- (A) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (B) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (C) em hipótese alguma é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama, fax ou outro meio eletrônico.
- (D) pessoa jurídica não pode impetrar mandado de segurança.

26. O ato discricionário praticado por autoridade incompetente, ou realizado por forma diversa da prevista em lei é

- (A) passível de retificação.
- (B) juridicamente inexistente.
- (C) ilegítimo e nulo.
- (D) anulável.

27. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) O controle do contrato administrativo é um dos poderes inerentes à administração e, por isso mesmo, implícito em toda contratação pública.
- (B) O controle do contrato administrativo depende de estipulação de cláusula expressa.
- (C) O poder de controle do contrato administrativo retira ao particular a autonomia da execução dentro das cláusulas avançadas.
- (D) Em nenhuma hipótese é lícito à administração assumir provisória ou definitivamente a execução do objeto do contrato, com utilização dos materiais, pessoal e equipamento do contratado, a serem posteriormente indenizados.

28. A exceção de contrato não cumprido – *exceptio non adimpleti contractus* –, usualmente invocada nos ajustes de Direito Privado, aplica-se em contratos administrativos. No que se refere a essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) É inadmissível, porque os contratos administrativos regem-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público.
- (B) É incabível a invocação da exceção nas questões relativas aos contratos administrativos.
- (C) Em princípio, não se aplica aos contratos administrativos, quando a falta é da Administração. Esta, porém, pode arguir a exceção em seu favor, em face da inadimplência do particular contratado.

(D) A inoponibilidade da exceção constitui regra absoluta, que não admite tergiversação.

29. Sobre desapropriação, é incorreto afirmar que

(A) todos os bens móveis e imóveis, corpóreos ou incorpóreos podem ser desapropriados.

(B) a desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.

(C) a retrocessão é o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel desapropriado, quando não houver sido dada a ele destinação pública.

(D) a ação discriminatória sumulado pelo Supremo Tribunal Federal (súmula 652), a imissão provisória na posse do imóvel desapropriado depende de prévia citação judicial do réu e depósito do preço.

30. Sobre Terras Devolutas, é incorreto afirmar que

(A) as terras devolutas integram a categoria de bens de uso especial.

(B) as terras devolutas constituem espécie do gênero terras públicas.

(C) pela Constituição Federal, são bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

(D) a ação discriminatória tem como objetivo separar terras públicas das particulares, mediante verificação da legitimidade dos títulos de domínio dos particulares, apurando-se, por exclusão, as terras de domínio público.

Direito Constitucional

31. A quem compete proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa?

(A) Privativamente ao Senado Federal.

(B) Privativamente à Câmara dos Deputados.

(C) Conjuntamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

(D) Ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

32. No âmbito nacional, a matéria constante de Projeto de Lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa?

(A) Sim. Não há vedação ou ressalva no texto constitucional.

(B) Não. Há proibição de ordem constitucional.

(C) Sim, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

(D) Sim. Excepcionalmente em caso de iniciativa individual que contar com a maioria relativa dos membros do Congresso Nacional.

33. A competência da União para emitir moeda será exercida pelo(a)

(A) órgão competente subordinado ao Ministério da Fazenda.

(B) Banco Central.

(C) Casa da Moeda do Tesouro Nacional.

(D) instituição financeira vencedora de licitação.

34. Assinale a alternativa correta a respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

(A) Tem na sua composição um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

(B) Tem na sua composição dois desembargadores de Tribunal de Justiça, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

(C) Tem na sua composição dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados, um pela Câmara dos Deputados e outro, pelo Senado Federal.

(D) É composto por 17 membros com mandato de 02 anos, admitida 01 recondução.

35. Compete privativamente à União legislar sobre

(A) procedimento em matéria processual.

(B) produção e consumo.

(C) florestas, caça e pesca.

(D) águas, energia e informática.

36. A Constituição Federal, quanto aos serviços notariais e de registro, não permite que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de

(A) seis meses.

(B) noventa dias.

(C) um ano.

(D) três anos.

37. Sobre a disciplina da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso na Constituição Federal, é incorreto afirmar que

(A) o casamento religioso poderá ter efeito civil, nos termos da lei.

(B) entende-se como entidade familiar, também, aquela formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

(C) a Constituição considerou idosa a pessoa com idade superior a 70 anos, para fins de proteção da lei, inclusive a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

(D) a Constituição definiu o princípio da absoluta prioridade em favor da criança e do adolescente, garantindo-se a eles o dever da família, da sociedade e do Estado para assegurar os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à cultura e à dignidade.

38. Assinale, dentre as alternativas apresentadas, o cargo privativo de brasileiro nato.

- (A) Desembargador do Tribunal de Justiça.
- (B) Ministro da Fazenda.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Oficial das Forças Armadas.

Direito Civil

39. Analise as seguintes proposições a respeito da capacidade civil.

I. A emancipação voluntária pode ser concedida pelos pais, mediante instrumento particular autêntico, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.

II. São relativamente incapazes os ébrios habituais que tenham discernimento reduzido.

III. Pessoa que sofreu grave acidente e encontra-se em coma por vários meses pode ser interditada como absolutamente incapaz.

IV. Declarado nulo o matrimônio e reconhecido o casamento putativo em favor daquele que alcançou a capacidade por força do casamento, a emancipação continua válida e produz todos seus efeitos.

Está correto o contido apenas em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.

40. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

(A) A fundação pode ser criada por ato intervivos, mediante instrumento particular autêntico, com assinatura de duas testemunhas, ou por testamento.

(B) Segundo orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria menor da desconconsideração da personalidade jurídica, admitindo responsabilização dos sócios sempre que a personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

(C) É possível criar fundação com finalidade político-partidária.

(D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é fundada no risco integral, não admitindo excludentes de caso fortuito/força maior ou culpa da vítima.

41. Analise as seguintes afirmações.

I. O menor com quinze anos de idade, que agindo de má-fé declarou-se maior, não poderá pleitear anulação do negócio jurídico.

II. Declarada a nulidade do negócio jurídico celebrado com incapaz, este não será obrigado a devolver os valores que havia recebido, salvo se a outra parte demonstrar que tal quantia reverteu em favor do incapaz.

III. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para se pleitear a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.

IV. A impossibilidade inicial relativa do objeto não invalida o negócio jurídico.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I é falsa e II é verdadeira.
- (B) I e IV são verdadeiras.
- (C) Todas as alternativas são falsas.
- (D) III e IV são verdadeiras.

42. O curador de um absolutamente incapaz, interditado em razão de enfermidade mental, celebrou contrato de locação no qual figurou simultaneamente como locatário e representante legal do locador.

Sobre essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) O negócio é válido, pois se trata de ato de simples administração.
- (B) O negócio é nulo em razão do dolo.
- (C) O negócio é anulável.
- (D) O negócio é inexistente.

43. Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

I. Não anula o negócio jurídico a coação praticada por terceiro da qual o beneficiário do contrato não tinha conhecimento.

II. Na fraude pauliana decorrente de ato de liberalidade, é irrelevante a boa-fé do beneficiário da doação.

III. A lesão, no Código Civil, não exige o dolo de aproveitamento.

IV. A ameaça de mal dirigido a pessoa não pertencente à família do contratante pode caracterizar coação.

- (A) Apenas a alternativa II é verdadeira.
- (B) Todas as alternativas são falsas.
- (C) Todas as alternativas são verdadeiras.
- (D) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras.

44. A habilitação de casamento será feita perante o Oficial do Registro Civil, com a audiência do Ministério Público, conforme a regra prevista no artigo 1.526 do Código Civil. A autoridade que detém a atribuição para dirimir questionamentos do Oficial, ou decidir impugnação do Ministério Público, segundo orientação traçada no âmbito do Estado de São Paulo, é o

- (A) Juiz Corregedor Permanente.
- (B) Juiz da Vara da Família e das Sucessões.
- (C) Juiz de Casamento.
- (D) Juiz de Paz.

- 45.** Assinale a alternativa incorreta a respeito do casamento.
- (A) As causas suspensivas do casamento podem ser relevadas judicialmente, provando inexistência de prejuízo.
 - (B) O casamento do relativamente incapaz depende da anuência de ambos os pais e de autorização judicial.
 - (C) O companheiro viúvo não pode se casar com a filha de sua companheira, pois o parentesco por afinidade também se estabelece na união estável.
 - (D) Os pais, tutores e curadores podem, até o momento da celebração do casamento, revogar a autorização concedida ao incapaz para se casar.
- 46.** Analise as proposições apresentadas e assinale a alternativa correta.
- I. No regime de separação absoluta, o marido pode alienar ou gravar imóveis sem autorização da cônjuge.
 - II. No regime de comunhão parcial de bens, o cônjuge pode alienar imóvel adquirido antes do casamento independentemente da autorização do outro.
 - III. No regime de comunhão parcial, o cônjuge depende da autorização do outro para prestar aval, ressalvada a possibilidade de obter suprimento judicial.
 - IV. No regime de comunhão parcial, é nula a venda de imóvel adquirido onerosamente no curso do matrimônio sem anuência do cônjuge.
- (A) As alternativas I e III são falsas.
 - (B) As alternativas II e IV são verdadeiras.
 - (C) A alternativa I é verdadeira e a IV é falsa.
 - (D) apenas a alternativa IV é verdadeira.
- 47.** Sobre adoção, conforme disciplina da Lei n.º 8.069/90, é incorreto afirmar que
- (A) a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento e antes de prolatada a sentença.
 - (B) a adoção é medida irrevogável.
 - (C) o adotante deve ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.
 - (D) a adoção por procuração exige escritura pública.
- 48.** Leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.
- (A) Até a partilha, o direito dos herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível.
 - (B) O herdeiro não pode ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão se outro herdeiro quiser exercer seu direito de preferência.
 - (C) A cessão de direitos hereditários é ineficaz se tiver por objeto bem da herança considerado singularmente.
 - (D) A cessão de direitos hereditários pode ser realizada mediante instrumento particular.
- 49.** Os imóveis pertencentes aos menores sob tutela
- (A) somente podem ser vendidos quando houver manifesta vantagem, mediante prévia avaliação judicial e aprovação do juiz.
 - (B) são inalienáveis.
 - (C) somente podem ser vendidos mediante prévia avaliação judicial, aprovação do juiz e em hasta pública.
 - (D) somente podem ser vendidos por motivo de necessidade e aprovação do juiz, dispensada avaliação judicial se realizada alienação em hasta pública.
- 50.** As hipotecas sobre as estradas de ferro serão registradas no
- (A) Registro de Imóveis correspondente à estação final da respectiva linha.
 - (B) Registro de Imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.
 - (C) Registro de Imóveis correspondente à área de maior abrangência da respectiva via férrea.
 - (D) Registro de Títulos e Documentos correspondente à estação final da respectiva linha.
- 51.** Em relação ao usufruto, é correto afirmar que
- (A) não se pode transferir o usufruto por alienação.
 - (B) não se pode ceder seu exercício por título gratuito.
 - (C) não se pode ceder seu exercício por título oneroso.
 - (D) pode ser transferido por alienação.
- 52.** Marcus Aurelius recebeu de Augustus um imóvel em doação, com condição resolutiva. Posteriormente, Marcus Aurelius vendeu o imóvel a Tito, sendo ambos os negócios levados a registro na matrícula do imóvel. Algum tempo depois, houve implemento da condição resolutiva. É correto afirmar que
- (A) a compra e venda é eficaz e Tito conserva o bem comprado.
 - (B) a venda na pendência da condição é nula.
 - (C) Tito deverá restituir o imóvel a Augustus apenas na hipótese de o donatário Marcus ter se tornado insolvente e não tiver condições de ressarcir o valor da coisa ao doador.
 - (D) resolvida a propriedade do donatário pelo implemento da condição, também se encontra resolvido o direito do adquirente Tito, que deverá restituir a coisa ao doador.
- 53.** Podem ser revogadas por ingratidão as doações
- (A) feitas para determinado casamento.
 - (B) se o donatário cometeu contra o doador ofensa física.
 - (C) puramente remuneratórias.
 - (D) feitas em contemplação do merecimento do donatário.

54. O representante convencional recebeu procuração com poderes ilimitados para alienar imóvel do representado. Porém, ao contratar com terceiro, contrariou instruções verbais do mandante quanto ao preço mínimo de venda do bem. Nesse caso, pode-se afirmar que o negócio é

- (A) anulável.
- (B) nulo.
- (C) válido.
- (D) ineficaz perante o mandante.

55. César doou um imóvel a Brutus. Logo depois, o donatário vendeu o imóvel a Lívio. Anos mais tarde, Brutus atentou contra a vida de César e a doação foi revogada por ingratidão. Pode-se afirmar que

- (A) Lívio será obrigado a restituir a coisa a César, sem direito de indenização, pois não há evicção em contrato gratuito.
- (B) Resolvida a doação pela ingratidão, resolve-se o direito do adquirente Lívio, que deverá restituir a coisa a César.
- (C) Lívio será considerado proprietário perfeito e restará a César o direito de cobrar o valor da coisa de Brutus.
- (D) Lívio tem direito de preempção, pagando o valor da coisa a César e exercendo o direito da evicção contra Brutus.

Nas questões de números **56** a **58**, assinale a alternativa correta.

56.

- (A) A reserva mental é vício que acarreta nulidade do negócio jurídico.
- (B) O dolo acidental do terceiro acarreta nulidade do negócio jurídico.
- (C) O erro de direito não autoriza anulação do negócio jurídico, pois ninguém pode alegar ignorância da Lei.
- (D) Não é anulável o negócio se o destinatário da declaração, dotado da diligência normal, não tinha condições de perceber a existência do erro substancial no qual incidiu o declarante.

57.

- (A) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- (B) São úteis as benfeitorias que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- (C) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de boa-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.
- (D) O possuidor de má-fé tem direito ao ressarcimento das benfeitorias necessárias e úteis, sem direito de retenção, e tem direito a levantar as benfeitorias voluptuárias.

58. A respeito da prescrição,

- (A) o simples protesto cambial não interrompe a prescrição.
- (B) a exceção prescreve na metade do prazo da pretensão.
- (C) a prescrição não pode ser reconhecida de ofício.
- (D) a prescrição interrompida contra um dos devedores solidários atinge os demais.

Direito Processual Civil

59. A sentença proferida por tribunal estrangeiro não terá eficácia no Brasil senão depois de homologada pelo

- (A) Tribunal de Justiça.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal de Justiça, após a expedição do “exequator”.

60. A representação processual em juízo, ativa e passivamente, é atribuída da seguinte forma:

- (A) a massa falida, pelo maior credor.
- (B) o Município, pelo servidor público credenciado.
- (C) a herança jacente ou vacante, por seu procurador.
- (D) o espólio, pelo inventariante.

61. O juiz autorizará a alienação antecipada dos bens penhorados, quando

- (A) sujeitos à deterioração ou depreciação.
- (B) houver urgência no pagamento de indenização.
- (C) o credor for beneficiário da justiça gratuita.
- (D) a dívida tributária pendente, a cargo do devedor, exigir pronto pagamento.

Nas questões de números **62** e **63**, leia as afirmações e assinale a alternativa incorreta.

62.

(A) Na ação de consignação em pagamento fundada na dívida sobre o legítimo credor, havendo disputa do crédito pelos réus, o juiz declarará extinta a obrigação do autor e a demanda prosseguirá apenas entre os credores, observando-se o rito ordinário.

(B) Nas ações possessórias, é lícito ao autor cumular o pedido possessório com perdas e danos, cominação de multa para o caso de nova turbação ou esbulho e desfazimento de construção ou plantação. O réu poderá formular pedido para tutela de sua posse e que poderá abranger a indenização resultante da turbação ou esbulho imputado ao autor.

(C) A ação de divisão poderá ser cumulada com a ação de demarcação, porém, nesta hipótese, deverá ser processada primeiramente a divisão, citando-se condôminos e confinantes.

(D) Os embargos de terceiro podem servir para a defesa da posse de bens atingidos por arrolamento de bens em que o embargante não era parte.

63.

(A) A conciliação é possível nas ações que tramitam nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

(B) É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.

(C) Liminares concedidas em mandados de segurança poderão ser suspensas em uma única decisão do Tribunal ao qual estiver vinculado o órgão prolator da decisão impugnada. A suspensão poderá, inclusive, atingir liminares supervenientes, bastando o aditamento do pedido de suspensão da segurança.

(D) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, será cabível o mandado de segurança coletivo, sendo vedado o manejo do mandado de segurança individual.

64. Leia o que segue e assinale a alternativa correta.

(A) A interrupção da prescrição se dará a partir da citação, quando ela ocorrer após 90 dias do ajuizamento da ação por problemas de eficiência do Poder Judiciário.

(B) A citação será feita pelo correio, excetuadas aquelas demandas em que a parte solicite a citação por mandado ou que envolvam questões de estado, capacidade ou, ainda, que o réu seja uma pessoa jurídica de direito público.

(C) A citação por edital prefere à citação por mandado.

(D) A prescrição será interrompida de maneira retroativa à data de propositura da ação, independentemente do atraso na citação.

Registros Públicos

65. O Tabelião deve saber que o protesto por falta de aceite de uma Letra de Câmbio

(A) dá ensejo ao lançamento apenas do nome do sacado nos índices da Serventia, bem como no termo de protesto.

(B) dá ensejo ao lançamento do nome e documento do sacado nos índices da Serventia, bem como no termo de protesto.

(C) somente poderá ser lavrado se comprovado o vínculo contratual, mediante apresentação do contrato firmado entre o sacador-apresentante e o sacado-devedor.

(D) somente poderá ser lavrado antes do vencimento da obrigação representada no título, e desde que decorrido o prazo legal para o aceite ou a devolução.

66. É obrigatória a protocolização de todos os títulos e documentos de dívida apresentados ao Tabelionato de Protesto, observando estrita ordem cronológica de entrada. Em caso de impossibilidade de imediato registro no Livro Protocolo, por defeito no sistema de informática, ele deve ser feito no prazo o mais breve possível. Se o apresentante, porém, invoca situação de urgência, dizendo que o devedor está prestes a se mudar para o exterior, e pede imediata intimação do devedor, o Tabelião

(A) expede a intimação e depois registra o apontamento do título no Livro Protocolo, ofertando a devida justificação na coluna "ocorrências" do livro.

(B) não pode expedir intimação do devedor antes do registro no Livro Protocolo.

(C) expede a intimação, mas orienta o funcionário incumbido da diligência que aguarde a protocolização do título e a posterior comunicação.

(D) devolve o título ao apresentante, dizendo-se impossibilitado de dar início ao procedimento de protesto.

67. Hoje, diante da dinamização dos negócios realizados pela indústria e pelo comércio, as duplicatas mercantis materializadas em papel estão sendo substituídas pelas indicações eletrônicas, apresentadas, em geral, no Tabelionato de Protesto por intermédio dos bancos e que fazem uso de endosso-mandato. Em caso de ausência de aceite do sacado, nas indicações eletrônicas, o protesto é

(A) proibido por lei, tendo em vista que o protesto feito por indicação eletrônica só é permitido quando há aceite do sacado.

(B) permitido somente com exibição dos originais que comprovem a origem do título, a entrega e o recebimento das mercadorias.

(C) permitido sem exigência de qualquer outra formalidade, bastando apenas que o apresentante seja banco ou outra empresa idônea.

(D) possível, mediante simples declaração de que o sacador ou o detentor do título tem em seu poder os documentos que comprovam a causa do saque, a entrega e o recebimento das mercadorias.

68. A tirada do protesto é de três dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento da dívida. Em caso de devedor residente em local certo e determinado, mas em Comarca diversa daquela do Tabelionato de Protesto, em função do local de pagamento, a intimação se faz

(A) por meio de delegação ao Tabelião do local onde residente o devedor para que promova a intimação.

(B) pelo correio, com aviso de recebimento.

(C) por edital afixado no Tabelionato de Protesto e publicado pela imprensa local, onde houver jornal de circulação diária.

(D) apenas pelo Tabelionato onde residente o devedor, devolvendo àquele do local do pagamento o título correspondente para que seja reapresentado a outro Tabelião.

69. O Livro Protocolo é de suma importância para o Tabelionato de Protesto e deve ser escriturado com rigoroso registro dos títulos e documentos de dívida apresentados. Exige-se, ainda,

(A) escrituração diária, especificando apenas o dia do lançamento, sem necessidade de qualquer termo de encerramento.

(B) escrituração diária, consignando, ao final do dia, termo de encerramento com número de títulos apresentados.

(C) escrituração semanal, especificando em cada período o número de títulos apresentados em cada dia, fazendo indicação, no termo de encerramento, do total daquela semana.

(D) escrituração mensal, indicando o total dos títulos apresentados naquele período.

70. Na qualificação da alienação fiduciária de bens imóveis, o Oficial de Registro de Imóveis deve saber que

(A) ela pode ser contratada por pessoa física ou jurídica, sendo, no entanto, privativa das entidades que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI instituído pela Lei n.º 9.514/97.

(B) ela pode ter como objeto o direito real de uso, desde que suscetível de alienação.

(C) se constitui a propriedade fiduciária de coisa imóvel no momento da assinatura por todas as partes envolvidas no contrato, que servirá de título para o registro imobiliário.

(D) o fiduciante, mesmo com anuência expressa do fiduciário, fica proibido de transmitir os direitos de que seja titular sobre o imóvel objeto da alienação fiduciária.

71. Paulo prenotou no Registro de Imóveis Cédula de Crédito Bancário, representativa de dívida oriunda de um contrato de abertura de crédito firmado com o Banco X S/A, no corpo da qual alienara fiduciariamente imóvel de sua propriedade, como garantia das obrigações ali pactuadas. Diante de tal fato, o título deve ser qualificado

(A) positivamente pelo oficial, se não houver nenhum óbice sob o ponto de vista dos princípios registrários e estiverem preenchidos todos os requisitos formais e legais previstos em lei, tanto para a cédula de crédito bancário quanto para a alienação fiduciária.

(B) negativamente para registro pelo oficial, pois a alienação fiduciária deveria estar, necessariamente, instrumentalizada por escritura pública ou documento particular, em separado.

(C) negativamente para registro pelo oficial, pois a cédula de crédito bancário não constitui título hábil a ingressar no fôlio real.

(D) negativamente para registro pelo oficial, pois a alienação fiduciária deveria estar instrumentalizada por escritura pública.

72. A respeito do registro da instituição e especificação do condomínio edilício regulado pela Lei n.º 4.591/64, pelos artigos 1.331 a 1.358 do Código Civil e pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

(A) deve ser lançado no Livro n.º 3, juntamente com o da convenção de condomínio.

(B) depende, em todo e qualquer caso, do prévio registro da incorporação imobiliária.

(C) antes de averbada a construção e registrada a instituição do condomínio, será irregular a abertura de matrícula para o registro de atos relativos às futuras unidades autônomas.

(D) deve ser promovido em cada uma das matrículas das unidades autônomas abertas por ocasião do registro da incorporação.

73. Sobre incorporação e condomínio no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

(A) Para averbação da construção e registro de instituição cujo plano inicial não tenha sido modificado, será suficiente requerimento que enumere as unidades, com remissão à documentação arquivada com o registro da incorporação, acompanhado de certificado de conclusão da edificação e desnecessária anuência unânime dos condôminos.

(B) É dispensável a apresentação da certidão negativa de débito – CND relativa à obra, por ocasião da averbação da construção e do registro da instituição de condomínio, quando o incorporador já tiver apresentado documento comprobatório de inexistência de débito para com a Previdência Social relativo à empresa incorporadora, quando do requerimento de registro da incorporação.

(C) O prazo para a qualificação registrária da incorporação imobiliária é de 30 dias contados da data da prenotação.

(D) Se contra os alienantes do terreno e o incorporador houver qualquer ação de indenização que possa comprometer o imóvel, tal fato impedirá o registro da incorporação.

74. A prenotação está diretamente relacionada ao princípio da

(A) Concentração.

(B) Especialidade.

(C) Prioridade.

(D) Continuidade.

75. De acordo com o artigo 215 do Código Civil, não é(são) requisito(s) da escritura pública:

(A) manifestação clara da vontade das partes.

(B) referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato.

(C) declaração de ter sido lida na presença das partes e demais comparecentes ou de que todos a leram.

(D) data, local e horário da sua realização.

76. A lavratura de uma ata notarial não deve ser indicada pelo tabelião para formalizar uma

(A) promessa de recompensa.

(B) constatação de página em *site* da internet.

(C) redução a termo do ocorrido em uma assembleia de S/A.

(D) constatação de vídeo no *youtube*.

77. Segundo o Decreto do Estado de São Paulo n.º 46.655, de 01.04.2002, que regulamenta o ITCMD, é correto afirmar que

(A) o imposto *causa-mortis* terá desconto de 5%, se recolhido até 90 dias da abertura da sucessão.

(B) o imposto *causa-mortis* terá desconto de 10%, se recolhido até 30 dias da abertura da sucessão.

(C) haverá incidência de juros e multa moratórios passado um ano da abertura da sucessão.

(D) o mencionado decreto não prevê qualquer desconto para o imposto *causa-mortis*.

78. Sobre o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, é correto afirmar que

(A) a sociedade por ações, a depender de seu objeto, pode ser considerada simples. Nesse caso, seu estatuto será registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

(B) a sociedade simples pode assumir a forma de comandita simples e seu estatuto será registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

(C) a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro de seu contrato no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de sua sede.

(D) a sociedade cooperativa é sempre empresária, portanto, seu estatuto deve ser registrado na Junta Comercial de sua sede.

79. Sobre os livros obrigatórios do Registro Civil de Pessoa Jurídica, é correto afirmar que

(A) o Livro Protocolo pode ser dispensado se a serventia utilizar-se de serviços de microfilmagem.

(B) no Livro A devem ser lançados todos os requerimentos, documentos, papéis e títulos ingressados que digam respeito a atos de registro ou averbação.

(C) a ocorrência do procedimento de dúvida deverá ser anotada no Livro Protocolo.

(D) o Livro Protocolo pode ser o mesmo utilizado para o Registro de Títulos e Documentos, pois essas modalidades são sempre cumuladas.

80. É constituído, por meio do registro do instrumento em Registro de Títulos e Documentos,

(A) penhor pecuário.

(B) penhor de direito.

(C) penhor mercantil.

(D) penhor legal.

81. É obrigatório o registro em títulos e documentos:

(A) cláusula de venda com reserva de domínio, para validade perante terceiros.

(B) doação manual, para validade entre as partes.

(C) propriedade fiduciária de coisa móvel fungível, para sua constituição.

(D) cláusula de retrovenda de coisa móvel, para sua constituição.

82. Grávida, aos sete meses de gestação, deu à luz a bebê do sexo masculino, que veio a falecer após dez minutos. No caso em tela, em relação ao fruto da gestação, deve ser lavrado pelo oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais um registro de

(A) óbito no Livro C-Auxiliar.

(B) natimorto no Livro C-Auxiliar, sem consignação de nome do registrado.

(C) óbito no Livro C.

(D) nascimento no Livro A e um de óbito no Livro C, com todos os requisitos devidos, inclusive com consignação do nome da criança.

83. Genitora comparece munida da declaração de nascido vivo (DNV) perante o oficial registrador civil, acompanhada de menor relativamente capaz, com 16 anos de idade, que declara ser o pai da criança a ser registrada. Você, na qualidade de registrador civil, e supondo que os demais requisitos para lavratura do assento de nascimento estejam em termos,

(A) lavra o registro de nascimento da criança apenas com o nome da mãe e orienta os pais a procurarem a Justiça para o reconhecimento judicial do filho e posterior inclusão do nome paterno.

(B) lavra o registro de nascimento da criança normalmente e lança não apenas o nome de mãe, como o nome do pai da criança, colhendo a assinatura de ambos no assento.

(C) não lavra o registro de nascimento e orienta o pai da criança a voltar posteriormente, acompanhado de seus genitores, para que eles possam representá-lo no ato de registro.

(D) lavra o registro de nascimento da criança apenas com o nome da mãe e orienta o casal a esperar que o pai complete dezoito anos de idade para poder proceder a uma das espécies de reconhecimento voluntário do filho.

84. Poderão ser corrigidos de ofício pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante requerimento do interessado, quando se tratar de erros que não exijam qualquer indagação para constatação imediata de necessidade de sua correção?

(A) Sim, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

(B) Sim, após decisão favorável do Juiz Corregedor Permanente, sem impugnação oferecida pelo representante do Ministério Público.

(C) Sim, após sentença proferida pelo Juiz Corregedor Permanente, deferindo a retificação, sem intervenção do Ministério Público.

(D) Sim, pelo próprio Oficial, sem intervenção do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente.

85. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

(A) As partes devem procurar o tabelião de notas do local de sua residência ou domicílio.

(B) É livre a escolha do Tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

(C) O tabelião pode colher assinaturas e lavrar atos fora de seu município, desde que autorizado pela parte.

(D) Havendo mais de um tabelião de notas em sua localidade, será obrigatória a prévia distribuição dos serviços.

86. Os Oficiais de Registros e Notários estão sujeitos à seguinte penalidade:

(A) perda da delegação, que não dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou decisão em processo administrativo.

(B) multa, em caso de dupla reincidência.

- (C) repreensão, em caso de descumprimento dos deveres ou de falta grave.
- (D) suspensão, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.

87. Os livros, fichas, documentos, papéis, microfilmes e sistemas de computação deverão permanecer sempre sob a guarda e responsabilidade do titular de serviço notarial ou de registro, que zelará por sua ordem, segurança e conservação. Se houver necessidade de serem periciados, como ocorrerá a diligência?

- (A) O exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular.
- (B) O exame deverá ocorrer na sede do órgão encarregado de realizar a perícia, em dia e hora adrede designados, com a presença do titular e autorização do juízo competente.
- (C) O exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular e autorização do juízo competente.
- (D) O exame deverá ocorrer na sede do órgão encarregado de realizar a perícia, em dia e hora adrede designados, com a presença do titular e intervenção do representante do Ministério Público.

88. Sobre a reabilitação das penas disciplinares impostas aos notários e registradores, é correto afirmar que

- (A) poderá ser requerida após o prazo de dois anos do cumprimento da pena.
- (B) alcançará os efeitos da condenação.
- (C) alcançará quaisquer penas impostas.
- (D) será requerida à Corregedoria Permanente, sendo irrelevante o órgão que aplicou a pena em grau originário.

89. Leia o que segue.

I. Os oficiais devem manter, em segurança, permanentemente, os livros e documentos, bem como devem responder por sua ordem e conservação.

II. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.

III. Todas as diligências judiciais e extrajudiciais que exigirem a apresentação de qualquer livro, ficha substitutiva de livro ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório. Sobre essas afirmações, assinale a alternativa correta.

- (A) I, II e III estão incorretas.
- (B) I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas I e III estão corretas.

Conhecimentos Gerais

90. Dentre os países elencados, qual deles é uma monarquia?

- (A) Portugal.
- (B) Itália.
- (C) Marrocos.
- (D) Cazaquistão.

91. Em 2010, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido ao

- (A) norte-americano Barack Obama.
- (B) brasileiro Dom Paulo Evaristo Arns.
- (C) italiano Norberto Bobbio.
- (D) chinês Liu Xiaobo.

92. O poeta Paulo Bonfim, membro da Academia Paulista de Letras, escreveu o livro de poemas Antonio Triste, que foi ilustrado por

- (A) Candido Portinari.
- (B) Tarsila do Amaral.
- (C) Di Cavalcanti.
- (D) Alfredo Volpi.

93. Dos países relacionados, qual faz parte da "Zona Euro"?

- (A) Malta.
- (B) Inglaterra.
- (C) Dinamarca.
- (D) Suécia.

Versão 4 (GABARITO)

1 - A	2 - C	3 - A	4 - B	5 - D	6 - B	7 - D	8 - C	9 - A	10 - A
11 - B	12 - C	13 - C	14 - B	15 - A	16 - D	17 - B	18 - C	19 - D	20 - B
21 - B	22 - D	23 - D	24 - B	25 - A	26 - C	27 - A	28 - C	29 - D	30 - A
31 - B	32 - C	33 - B	34 - C	35 - D	36 - A	37 - C	38 - D	39 - D	40 - B
41 - A	42 - C	43 - C	44 - A	45 - B	46 - C	47 - D	48 - D	49 - A	50 - B
51 - A	52 - D	53 - B	54 - C	55 - C	56 - D	57 - A	58 - D	59 - C	60 - D
61 - A	62 - C	63 - D	64 - B	65 - D	66 - B	67 - D	68 - C	69 - B	70 - B
71 - A	72 - C	73 - A	74 - C	75 - D	76 - A	77 - A	78 - B	79 - C	80 - B
81 - A	82 - D	83 - B	84 - A	85 - B	86 - D	87 - C	88 - A	89 - B	90 - C

91 - D	92 - B	93 - A	
--------	--------	--------	--

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.
São Paulo, 1º de março de 2011.

(a) **CARLOS EDUARDO DONEGÁ MORANDINI - DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DO 7º CONCURSO**